

RICTS

**REVISTA INTERNACIONAL DE
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

mundis
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

RICTS

REVISTA INTERNACIONAL
DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

2023/24

≡ ANUÁRIO ≡

≡ 2023 / 24 ≡

RICTS

© RICTS

Título: Anuário RICTS 2023/04

Autor: AA.VV.

Editor: MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura

Coordenação: Levi Leonido

Organizadores: Levi Leonido, João Bartolomeu, Elsa Morgado e Carminda Carvalho

Capa e Contracapa: Levi Leonido

Edição, Design e Execução Gráfica: Levi Leonido

Data da edição: fevereiro de 2026

ISBN: 978-989-36764-0-0

Classificação THEMA - Nível 1: J - Sociedade & ciências sociais

Classificação THEMA - Nível 2: JB - Sociedade & cultura: generalidades

ÍNDICE

CIÊNCIAS

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Reinaldo Sena, Elsa Morgado

[5-16]

TECNOLOGIA

A importância do balcão único e do espaço cidadão na esfera pública: Uma reflexão à luz do paradigma S-DL

Maria Margarida Carvalho

[18-58]

SOCIEDADE

O MITO DO DILÚVIO: NAS OBRAS ATRAHAIS, GILGAMES E BÍBLIA

Guilhermina Costa, João Bartolomeu Rodrigues

[60-72]

MODERNISMO: “ORPHEU” E “PRESENÇA”

Ana Margarida Coutinho, Francisco Castro, Maria Helena Rodrigues

[73-88]

A FAMÍLIA O ESPELHO DA SOCIEDADE

Augusto Cacande Cotingo

[89-100]

*A EDUCAÇÃO HUMANISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
ERASMO DE ROTERDÃO E THOMAS MORE*

Mário Santos

[101-110]

*ILUMINISMO DE ROUSSEAU NO DESENVOLVIMENTO DA PEDAGOGIA
MODERNA*

Ramiro Correia

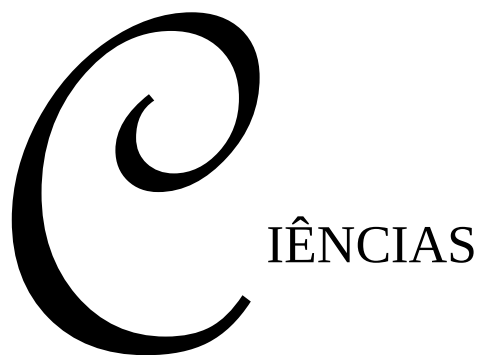
[111-117]

A EDUCAÇÃO BURGUESA EM PORTUGAL E ALEXANDRE HERCULANO

Alexandre Santos

[118-130]





DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Reinaldo Sena, Elsa Morgado

| 5-16

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

DEFORESTATION IN THE AMAZON: causes, consequences and solutions

SENA, Reinaldo¹; & MORGADO, Elsa²

Resumo

O desmatamento da Amazônia é um problema global e motivo de séria preocupação entre ambientalistas, políticos e cidadãos comuns. À medida que a maior floresta tropical do mundo enfrenta mudanças rápidas devido às atividades humanas, os impactos dessas mudanças estendem-se para além das fronteiras regionais, afetando o equilíbrio ecológico do planeta e a estabilidade climática. Portanto, este estudo bibliográfico visa aprofundar nossa compreensão sobre o desmatamento na Amazônia e suas consequências, causas e possíveis soluções, revisando uma variedade de fontes confiáveis e atualizadas. A Amazônia abriga uma biodiversidade incomparável, incluindo inúmeras espécies únicas de plantas e animais. Muitas dessas espécies ainda não foram devidamente investigadas. Além disso, a floresta amazônica desempenha um papel importante na regulação do clima global, atuando como sumidouro de carbono, absorvendo dióxido de carbono da atmosfera e ajudando a estabilizar os padrões climáticos em todo o mundo. Mudanças significativas no ecossistema amazônico têm, portanto, impacto direto não apenas na região, mas também no planeta como um todo. O estudo começa com uma análise das causas. Abordamos fatores como a expansão agrícola, a exploração madeireira, e as queimadas, examinamos como esses fatores interagem para criar o problema da deflorestação.

Abstract

Deforestation in the Amazon is a global problem and a cause for serious concern among environmentalists, politicians and ordinary citizens. As the world's largest rainforest faces rapid changes due to human activities, the impacts of these changes extend beyond regional borders, affecting the planet's ecological balance and climate stability. Therefore, this bibliographical study aims to deepen our understanding of deforestation in the Amazon and its consequences, causes and possible solutions by reviewing a variety of reliable and up-to-date sources. The Amazon is home to unrivalled biodiversity, including countless unique species of plants and animals. Many of these species have yet to be properly investigated. In addition, the Amazon rainforest plays an important role in regulating the global climate, acting as a carbon sink, absorbing carbon dioxide from the atmosphere and helping to stabilise weather patterns around the world. Significant changes in the Amazon ecosystem therefore have a direct impact not only on the region, but also on the planet as a whole. The study begins by analysing the causes. We look at factors such as agricultural expansion, logging and fires, and examine how these factors interact to create the problem of deforestation.

Palavras-chave: *Sustentabilidade; Ambiente; Mudanças climáticas; Desmatamento.*

Key-words: *Sustainability; Environment; Climate change; Deforestation.*

Data de submissão: setembro de 2023 | **Data de publicação:** dezembro 2023.

¹ REINALDO SENA | Universidade Federal de Minas Gerais. BRASIL. Email: reinaldosena96@hotmail.com

² ELSA MARIA GABRIEL MORGADO – Instituto Politécnico de Bragança. CEEI: Centro de Estudos em Educação e Inovação – Instituto Politécnico de Viseu. PORTUGAL. Email: elsa.morgado@ipb.pt

INTRODUÇÃO

O desmatamento da Amazônia é um dos principais desafios ambientais contemporâneos, gerando preocupações que vão além das fronteiras dos países sul-americanos e se estendem para o mundo todo. Como a maior floresta tropical do planeta, a Amazônia desempenha um papel crucial na manutenção da biodiversidade e na regulação climática global. A devastação dessa região não apenas ameaça inúmeras espécies de plantas e animais, muitas das quais ainda desconhecidas pela ciência, mas também compromete a capacidade da floresta de atuar como um sumidouro de carbono, essencial para a absorção de dióxido de carbono e para a mitigação das mudanças climáticas. Assim, o desmatamento da Amazônia representa um problema de dimensões globais, afetando a estabilidade ecológica e climática do planeta.

Neste contexto, a compreensão das causas, consequências e possíveis soluções para o desmatamento amazônico torna-se fundamental. As causas do desmatamento são complexas e multifacetadas, envolvendo fatores econômicos, sociais e políticos. A expansão da fronteira agrícola, impulsionada pela demanda global por *commodities* como soja e carne bovina, é uma das principais forças motrizes. A exploração madeireira, muitas vezes ilegal, continua a ser uma fonte significativa de degradação, e as queimadas, frequentemente usadas para abrir espaço para a agricultura, agravam o cenário. Além disso, a falta de fiscalização eficaz e as políticas públicas que favorecem o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental contribuem para a crescente taxa de desmatamento.

As consequências são profundas e afetam diversos aspectos da vida no planeta. A perda de habitats resulta na extinção de espécies e na redução da biodiversidade, alterando os ecossistemas locais e globais. A liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera, resultado das queimadas e da decomposição da biomassa, contribui para o aquecimento global, acelerando as mudanças climáticas. A degradação dos solos, o aumento da temperatura regional e a alteração no ciclo hidrológico são algumas das consequências diretas para o clima local e global. Diante desses desafios, este estudo bibliográfico propõe-se a revisar e analisar uma gama de fontes confiáveis e atualizadas para entender melhor a magnitude do problema e as possíveis soluções. Serão exploradas iniciativas que vão desde políticas públicas e programas de conservação até o papel das comunidades indígenas e a utilização de novas tecnologias para monitoramento e fiscalização. A abordagem do estudo busca proporcionar uma visão abrangente das

complexidades do desmatamento na Amazônia, destacando a necessidade de uma ação coordenada que envolva governos, empresas, ONGs e cidadãos. Somente com um esforço global conjunto será possível reverter o processo de degradação da Amazônia e garantir sua preservação para as gerações futuras, assegurando o equilíbrio ecológico do planeta.

Ao abranger os impactos, origens e estratégias de redução do desmatamento na Amazônia, busca-se instigar um diálogo esclarecido sobre a necessidade de preservação desse ecossistema crucial e abordar os desafios que ele enfrenta.

Abordando Causas, Consequências e Soluções

A Amazônia Legal é o território compreendido pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e pelas regiões situadas ao norte do paralelo 13° S do Estado de Tocantins, e a oeste do meridiano 44° W do Estado do Maranhão, totalizando uma área de 5.114.798,30 km², sendo que, deste total, o que representa o Bioma Amazônia é aproximadamente de 4.221.420,81 km².

Da área total de 4.221.420,81 km² do Bioma Amazônia, 9,84% foi desmatado entre 1988 e 2022. Portanto, essa área desmatada nesse período de tempo equivale a 415.736 km² (cf. Tabela 4), sendo que a área mais representativa se localiza no arco do desmatamento. A taxa de desmatamento anual de 1988 até 2009 e o total de cada Estado podem ser verificados nas Tabelas 1.

Estados	Bioma Amazônia (km²)	Somatória do desmatamento
<i>Acre</i>	153.149,90	17.508,00 km² - (3.63%)
<i>Amazonas</i>	1.577.820,20	33.384,00 km² - (6.93%)
<i>Amapá</i>	143.453,70	1.670,00 km² - (0.35%)
<i>Maranhão</i>	113.344,30	26.374,00 km² - (5.47%)
<i>Mato Grosso</i>	489.675,71	152.078,00 km² - (31.56%)
<i>Pará</i>	1.253.164,50	166.774,00 km² - (34.61%)
<i>Rondônia</i>	235.650,64	103,00 km² - (13.72%)
<i>Roraima</i>	230.104	9.188,00 km² - (1.91%)
<i>Tocantins</i>	25.057,86	8.790,00 km² - (1.82%)
<i>TOTAL</i>	4.221.420,81	415.736

FONTE: Instituto Nacional de Pesquisa – INPE.

O desmatamento na Amazônia, uma das regiões mais biodiversas e cruciais para a estabilidade climática global, é impulsionado por uma interseção complexa de fatores. A expansão agrícola e pecuária representa uma das principais causas, à medida que a demanda por terras para agricultura e pastagem aumenta. Além disso, a exploração madeireira, muitas vezes ilegal, contribui significativamente para a perda da cobertura florestal. Projetos de infraestrutura, como estradas e represas, também exercem pressão sobre a Amazônia, abrindo caminho para atividades humanas que resultam em desmatamento. A mineração, incluindo práticas ilegais, apresenta outra ameaça, comprometendo ecossistemas e desencadeando impactos adversos. Por fim, deficiências nas políticas e na governança criam um ambiente propício para práticas insustentáveis. O entendimento desses diversos fatores é crucial para implementar estratégias eficazes de conservação e gestão sustentável na Amazônia. Autores como Carvalho dos Santos et al. (2008) destacam que, a evolução do desmatamento está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da agropecuária, cuja trajetória, por sua vez, encontra-se entrelaçada aos programas governamentais direcionados à região.

Além disso, outro fato determinante para o desmatamento da Floresta Amazônica são as queimadas. De acordo com a Nota Técnica intitulada “Queimadas, desmatamentos e imóveis rurais no bioma Amazônia” elaborada por Miranda et al. (2019) a pedido da EMBRAPA, os procedimentos de geoprocessamento utilizando o banco de dados do satélite AQUA M-T13 revelaram a ocorrência de 89.178 queimadas na área correspondente ao recorte total do bioma Amazônia ao longo de 2019. Em uma análise mais específica, considerando apenas as áreas monitoradas pelo programa Prodes do INPE, foram identificadas 84.632 queimadas no mesmo período, correspondendo a expressivos 94,9% do total registrado no bioma Amazônia.

Em um enfoque adicional, por meio de um tratamento geocodificado dos dados realizado pela equipe da Embrapa Territorial, foram identificadas 76.016 queimadas nas áreas de desmatamento acumulado no bioma Amazônia até julho de 2019. Essas áreas, caracterizadas por atividades agropecuárias consolidadas ao longo de anos, décadas e até séculos, correspondem a 89,8% das queimadas ocorridas em 2019 na área original florestal do bioma Amazônia. Esses resultados destacam a estreita relação entre desmatamento e incidência de queimadas na região.

Em síntese, a análise das causas do desmatamento na Amazônia revela uma teia complexa de fatores que ameaçam a estabilidade ecológica dessa região vital para o equilíbrio global. A expansão das atividades agropecuárias, a exploração madeireira ilícita, projetos de infraestrutura, a mineração e lacunas nas políticas e na governança convergem para resultar em perdas significativas na cobertura florestal. Os estudos de Carvalho dos Santos et al. (2008) enfatizam a interconexão entre o desmatamento e o desenvolvimento da agropecuária governamentais. Adicionalmente, a Nota Técnica de Miranda et al. (2019) revela a correlação expressiva entre áreas desmatadas e incidência de queimadas, conforme destacado na pesquisa, sublinha a urgência de abordagens abrangentes e sustentáveis para a conservação da Amazônia.

O desmatamento na Amazônia não apenas representa uma ameaça imediata à biodiversidade exuberante e à rica rede de ecossistemas, mas também desencadeia uma série de consequências significativas que reverberam em escala global. A perda constante da cobertura florestal contribui para mudanças climáticas, aumentando as emissões de carbono e comprometendo o papel vital da Amazônia na regulação do clima. Além disso, o desmatamento está intrinsecamente ligado ao surgimento de incêndios florestais, exacerbando os impactos ambientais e ameaçando comunidades locais e indígenas que dependem dessas florestas para seu sustento. O desequilíbrio ecológico resultante, afeta a disponibilidade de água, a diversidade genética e a estabilidade dos ecossistemas, representando não apenas uma perda localizada, mas uma preocupação global que exige abordagens urgentes e sustentáveis para mitigação e preservação.

No trabalho elaborado por Dietrich et al. (2020), “Desmatamento da Amazônia, Impactos Ambientais e Desafios para a Espiritualidade Cristã: Responsabilidade Mundial para uma Ecologia Integral” a profundidade dos impactos resultantes do desmatamento na Amazônia é minuciosamente explorada. O estudo aponta para uma relação intrínseca entre a degradação ambiental e fenômenos climáticos extremos, como secas, ondas de calor, furacões intensos e enchentes, destacando sua visibilidade em diversas regiões do mundo. A eliminação de reservas naturais, povos indígenas e espécies animais e vegetais é indicada como uma consequência direta do desmatamento, assim como o aumento significativo nas emissões de gás carbônico, intensificando o efeito estufa. Dietrich et al. (2020) citam dados do Sistema de Estimativa de Gases de Efeito Estufa (SEEG) que revelam um aumento expressivo na emissão de CO₂ relacionada ao desmatamento, ressaltando a urgência de abordagens eficazes para conter essas tendências preocupantes.

Além disso, o artigo contextualiza a problemática do desmatamento na Amazônia ao abordar as palavras de Ilmar Soares, que destaca os danos ambientais resultantes das práticas insustentáveis de empresas na região, visando lucros imediatos sem considerar as consequências a longo prazo. As observações de Bernard Smith sobre a perda significativa das florestas tropicais em diferentes continentes, devido à exploração madeireira e desmatamento, ressoam como um alerta sobre a fragilidade dos ecossistemas frente às atividades humanas. Harald Sioli, por sua vez, aponta os impactos negativos da construção de usinas hidrelétricas, destacando a correlação entre esses projetos e a propagação de doenças, como malária e leishmaniose, além da degradação das florestas. O conjunto dessas perspectivas sublinha a complexidade e a multiplicidade de impactos ambientais associados ao desmatamento na Amazônia, destacando a urgência de estratégias integradas para a conservação desse ecossistema fundamental.

O desafio do desmatamento na Amazônia demanda abordagens inovadoras e eficazes para garantir a preservação desse ecossistema vital. Diante da complexidade dos fatores que impulsionam a perda da cobertura florestal, a busca por soluções requer uma análise aprofundada e um compromisso abrangente. Encontrar maneiras sustentáveis de equilibrar as necessidades humanas com a conservação ambiental é crucial, e a construção de abordagens integradas torna-se essencial para promover um futuro mais resiliente para a Amazônia. As soluções efetivas devem considerar não apenas as dimensões ambientais, mas também os aspectos sociais e econômicos, visando um equilíbrio harmonioso entre o desenvolvimento humano e a preservação dos ecossistemas amazônicos.

Diante desses desafios, em 2003, Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) foi estabelecido pelo Governo Federal, conforme descrito no Decreto sem número, datado de 3 de julho. A principal responsabilidade deste grupo é formular e coordenar iniciativas destinadas a diminuir os níveis de desmatamento na região amazônica.

Assim, a partir de 2004, com o lançamento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, a taxa de desmatamento anual sofreu drástica redução, chegando a 6.418 km² para o período 2010-2011, de acordo com os dados do sistema PRODES, gerando, segundo dados recentes, uma área acumulada de desmatamento de cerca de 18% da floresta da região (cerca de 748 mil km²). Em 2012, a taxa de desmatamento atingiu o menor valor histórico da série de monitoramento do INPE chegando a 4.656 km², de acordo com os dados preliminares do sistema PRODES.

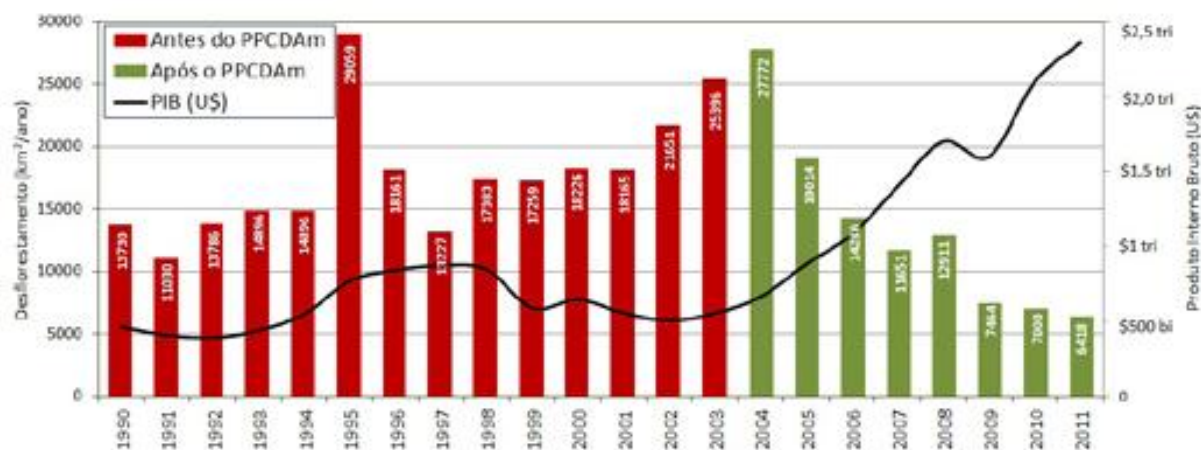


Gráfico 1 -Taxas de desmatamento na Amazônia Legal medidos por meio do PRODES/INPE e a evolução do Produto Interno Bruto brasileiro no mesmo período.

A análise do gráfico revela que a taxa anual de desmatamento da Amazônia em 2011, registrando 6.418 km², atingiu o ponto mais baixo na série histórica, indicando uma redução significativa de 77% em comparação com a taxa anual observada em 2004. Paralelamente, durante esse período, a economia do país experimentou um crescimento extraordinário, com o Produto Interno Bruto (PIB) aumentando mais de 300%.

Embora não haja uma relação direta de causa e efeito evidente, essa correlação sugere a possibilidade de conciliar o desenvolvimento econômico e o crescimento com a conservação da Amazônia. Nesse contexto político-institucional, o governo federal tem fortalecido políticas e instrumentos para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável. Essas abordagens fundamentam-se na conservação dos biomas e na utilização sustentável e economicamente viável dos recursos ambientais, com foco na inclusão social e geração de renda. No entanto, o desafio persiste, uma vez que o compromisso do país demanda uma redução ainda mais acentuada do desmatamento na Amazônia, abaixo dos níveis registrados pelo INPE em 2011.

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) apresentou uma série de ações e resultados abrangentes em suas diversas áreas de atuação. No âmbito da preservação ambiental, foram criados mais de 50 milhões de hectares em Unidades de Conservação federais e estaduais, principalmente nas regiões sob pressão do desmatamento. Além disso, mais de 10 milhões de hectares em Terras Indígenas foram homologados, mais de 60.000 títulos de imóveis rurais foram inibidos, e houve demarcação e sinalização do perímetro de Unidades de Conservação na área de influência da BR-319.

No que diz respeito ao monitoramento e controle, destaca-se a criação do sistema DETER para detecção quase em tempo real do desmatamento, o aprimoramento do PRODES e a realização de operações de fiscalização em parceria com diversas forças de segurança. Foram aplicadas multas totalizando R\$ 7,2 bilhões, apreendidos 864 mil m³ de madeira, e cerca de 600 mil hectares foram embargados. Adicionalmente, mais de 600 pessoas envolvidas em crimes ambientais foram presas, evidenciando o combate à corrupção e a criação de instâncias de investigação, como a Comissão Interministerial de Combate a Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA).

Em conclusão, a eficácia na redução das taxas de desmatamento na Amazônia Legal depende da colaboração contínua e efetiva entre os governos federal e estaduais. A trajetória do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDAm) destaca a importância crescente da atuação estadual, evidenciada desde a segunda fase do programa. Com a elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDs), os estados têm se posicionado como agentes cruciais na implementação de ações estratégicas.

O diálogo aprimorado entre as esferas federal e estadual, marcado por oficinas de integração e seminários técnicos, promove uma compreensão abrangente dos desafios e das oportunidades. Os PPCDs, alinhados aos eixos principais do PPCDAm, desempenham um papel essencial ao ampliar as ações federais e incorporar particularidades locais, especialmente diante da crescente relevância dos pequenos polígonos no cenário de desmatamento.

A sinergia entre os PPCDs, embora com variações na execução, reflete uma abordagem coesa e integrada, visando fomento, ordenamento e monitoramento. A proximidade dos governos estaduais com os problemas locais e sua articulação eficaz com os municípios reforçam a importância dessa atuação descentralizada.

A implementação bem-sucedida das ações propostas exige uma abordagem conjunta de União, Estado e Município, conforme delineado no novo modelo de governança do PPCDAm. A participação ativa dos estados, ao impulsionar seus planos e fortalecer institucionalmente suas Secretarias de Meio Ambiente, é fundamental para alcançar as metas de redução do desmatamento na região. Em última análise, a colaboração contínua entre todas as esferas governamentais é essencial para preservar a Amazônia e promover um desenvolvimento sustentável para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmatamento na Amazônia continua sendo um dos maiores desafios ambientais do século XXI, impulsionado principalmente pela expansão agrícola, pecuária, extração ilegal de madeira e mineração. Essas atividades são frequentemente motivadas por fatores econômicos e pela falta de políticas públicas eficazes que promovam o uso sustentável da floresta. As consequências desse desmatamento são graves e abrangem desde a perda de biodiversidade até o agravamento das mudanças climáticas, já que a Amazônia desempenha um papel crucial na regulação do clima global, sendo um dos maiores sumidouros de carbono do planeta.

Recentemente, a COP29 destacou a urgência de ações mais concretas para frear o desmatamento, colocando em evidência a necessidade de políticas internacionais coordenadas. A conferência enfatizou a importância de financiar iniciativas de conservação e restaurar áreas degradadas, além de incentivar a economia sustentável que valorize a floresta em pé. O G20, por sua vez, reiterou o compromisso de fortalecer o financiamento climático para países em desenvolvimento, reconhecendo que a proteção da Amazônia não é apenas uma responsabilidade local, mas global, dada sua importância para o equilíbrio climático. Como soluções, é essencial intensificar a fiscalização contra atividades ilegais, promover práticas agropecuárias sustentáveis e aumentar os incentivos para a preservação. A adoção de tecnologias de monitoramento e a valorização das comunidades indígenas, que desempenham um papel crucial na conservação, são caminhos necessários. O compromisso das potências mundiais, reforçado na COP29 e nas reuniões do G20, demonstra que a comunidade internacional está mais atenta à importância de proteger a Amazônia. No entanto, é preciso transformar essas promessas em ações concretas, garantindo recursos e apoio técnico para que o Brasil e outros países amazônicos possam implementar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, preservando a floresta para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, A., Asner, G. P., & Knapp, D. E. (2020). Land use, deforestation, and forest fragmentation in the Amazon. *Environmental Research Letters*, 15(11), 115008. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/abbc92>
- Aragão, L. E. O. C., & Shimabukuro, Y. E. (2016). The incidence of fire in Amazonian forests with implications for REDD policy. *Global Change Biology*, 22(5), 1741-1752. <https://doi.org/10.1111/gcb.13153>
- Barlow, J., & Peres, C. A. (2016). Fire-mediated dieback and compositional cascade in Amazonian forests. *Science Advances*, 2(11), e1600936. <https://doi.org/10.1126/sciadv.1600936>
- Barona, E., Ramankutty, N., Hyman, G., & Coomes, O. T. (2016). The role of pasture and soybean in deforestation of the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, 11(9), 094020. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/11/9/094020>
- Brando, P. M., & Coe, M. T. (2017). Deforestation and its impact on the Amazon's carbon cycle. *Environmental Research Letters*, 12(2), 024014. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa690b>
- Bustamante, M. M. C., Nobre, A. D., & Sampaio, G. (2019). Changes in climate and land use in Amazonia. *Science Advances*, 5(12), eaav1758. <https://doi.org/10.1126/sciadv.aav1758>
- Butler, R. A., & Laurance, W. F. (2018). New strategies for conserving tropical forests. *Trends in Ecology & Evolution*, 33(4), 299-301. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2018.01.005>
- Carvalho dos Santos, J., José Braga, M., & Kingo Oyama Homma, A. (2008, julho). *Determinantes de desmatamento em pólos de produção agropecuária no estado do Acre, Amazônia Brasileira*. Trabalho apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, AC. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
- Dietrich, L. J., & Almeida, N. M. (2020). Desmatamento da Amazônia, impactos ambientais e desafios para a espiritualidade cristã: responsabilidade mundial para uma ecologia integral. *Franciscanum*, 173(62), 1-29.

Fearnside, P. M. (2018). Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates, and consequences. *Conservation Biology*, 32(5), 1386-1397.

<https://doi.org/10.1111/cobi.13122>

Ferrante, L., & Fearnside, P. M. (2020). Amazonian forest fires: A global challenge. *Environmental Conservation*, 47(4), 267-269.

<https://doi.org/10.1017/S0376892920000373>

Gatti, L. V., Basso, L. S., Miller, J. B., & Gloor, E. (2021). Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature*, 595(7868), 388-393.

<https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>

Gibbs, H. K., Rausch, L., Munger, J., & Schelly, I. (2019). Commodity-driven deforestation and the post-2020 agenda. *Global Environmental Change*, 56, 28-39.

<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2019.02.001>

Laurance, W. F., & Williamson, G. B. (2020). Amazonian deforestation and fragmentation: Implications for wildlife conservation. *Biodiversity and Conservation*, 29(10), 2483-2496. <https://doi.org/10.1007/s10531-020-01962-5>

Lovejoy, T. E., & Nobre, C. (2019). Amazon tipping point: Last chance for action. *Science Advances*, 5(12), eaax7449. <https://doi.org/10.1126/sciadv.aax7449>

Malhi, Y., Roberts, J. T., Betts, R. A., & Nobre, C. A. (2019). Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. *Annual Review of Environment and Resources*, 44(1), 509-534. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-101718-033239>

Matricardi, E. A. T., & Pedlowski, M. A. (2017). Remote sensing of deforestation in Brazilian Amazonia. *Remote Sensing of Environment*, 231, 111246.

<https://doi.org/10.1016/j.rse.2019.111246>

Ministério da Ciência, Tecnologia e Educação. (2022, 1 de dezembro). *Bases de dados das Coleções Biológicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Recuperado de <https://www.gov.br/inpe/pt-br>

Ministério do Meio Ambiente. (2013). *Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 3ª fase (2012-2015) pelo uso sustentável e conservação da floresta*. Recuperado de <file:///C:/Users/reina/Downloads/PPCDAM-3aFase.pdf>

Miranda, E. E. de, Martinho, P. R., & Carvalho, C. A. de. (2020). Nota técnica sobre queimadas, desmatamentos e imóveis rurais no bioma Amazônia em 2019. Recuperado de <https://www.embrapa.br>

Morton, D. C., & Defries, R. S. (2018). Tackling the drivers of deforestation in the Amazon. *Environmental Research Letters*, 13(3), 030201. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aaae fb>

Moutinho, P., & Nepstad, D. (2018). The Amazon and global climate change: Carbon emissions from deforestation and forest degradation. *Climatic Change*, 147(1), 5-12. <https://doi.org/10.1007/s10584-017-2129-5>

Nepstad, D. C., Schwartzman, S., & Moutinho, P. (2019). Interactions among agricultural expansion, deforestation, and climate change in the Amazon. *Nature Sustainability*, 2(8), 659-667. <https://doi.org/10.1038/s41893-019-0350-1>

Nobre, A. D., & Sampaio, G. (2020). Climate impacts of Amazon deforestation: A review of evidence and research directions. *Frontiers in Environmental Science*, 8, 516. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2020.00516>

Oliveira, P. J. C., Anderson, L. O., & Landau, E. C. (2020). Deforestation in Brazilian Amazonia: A review of contemporary issues. *Global Environmental Change*, 65, 102183. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102183>

Ray, D., Nepstad, D., & Moutinho, P. (2019). Micrometeorological influences on carbon exchange and evapotranspiration in Amazonia. *Ecological Applications*, 29(2), e01861. <https://doi.org/10.1002/eap.1861>

Richards, P. D., Walker, R. T., & Arima, E. (2021). Deforestation dynamics in the Amazon. *Environmental Research Communications*, 3(4), 045002. <https://doi.org/10.1088/2515-7620/abf5cc>

Silva, J. M. C., Rylands, A. B., & Fonseca, G. A. B. (2017). The fate of the Amazonian areas protected in the conservation strategy. *BioScience*, 67(6), 506-512. <https://doi.org/10.1093/biosci/bix060>

Soares-Filho, B. S., Rajão, R., Macedo, M., & Carneiro, A. (2018). Cracking Brazil's forest code. *Science*, 344(6182), 363-364. <https://doi.org/10.1126/science.1246663>

Tollefson, J. (2019). Brazil's deforestation is rising—but there are signs of hope. *Nature News*, 574(7776), 159-160. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-02998-8>

T ECNOLOGIA

A importância do balcão único e do espaço cidadão na esfera pública: Uma reflexão à luz do paradigma S-DL
Maria Margarida Carvalho

| 18-58

A IMPORTÂNCIA DO BALCÃO ÚNICO E DO ESPAÇO CIDADÃO NA ESFERA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO PARADIGMA S-DL

*The importance of the one-stop shop and the citizen's space in the public sphere: A
reflection in the light of the S-DL paradigm*

CARVALHO, Maria Margarida Melo de³

Resumo

Apresenta-se como um imperativo repensar um modelo de serviço público que, simultaneamente, responda às necessidades individuais e sociais e, por outro, facilite a emergência de valor colaborativo. Face à volatilidade, complexidade e incerteza dos contextos, as organizações públicas são convocadas a transformar os seus métodos e estratégias para melhor servir os cidadãos, cada vez mais exigentes, mais informados, mais digitais, sob a égide dos conceitos de viabilidade e auto-sustentabilidade. Concorrem para esse desafio as interações, as práticas experienciais, as interconectividades, nas suas múltiplas estratificações ecossistémicas de nível micro, meso e macro. Tudo está interligado, ecossistemicamente, o que expande as oportunidades de todos os atores apresentarem soluções inovadoras. Sob o amplo chapéu do paradigma Service Dominant Logic (S-DL) identificamos o novo modelo da Administração Pública fazendo uma leitura da sua representação ontognoseológica e do seu impacto nos contextos económicos e sociais. O balcão único e o espaço cidadão são duas propostas estratégicas com elevado impacto de valor societal. O serviço público é um constructo de práticas emergentes, é um locus sistémico de experiências, um laboratório transformativo, em que são convocados todos os atores que, direta ou indiretamente se encontram envolvidos através dos arranjos institucionais gerando valor integrativo e colaborativo – o qual resulta da combinação de recursos integrados (resourceness) -, num contexto aberto e expansivo. Aqueles, sendo portadores de um capital humano (competências, conhecimentos e motivação) transpõem-nas para o terreno através de interações e práticas experienciais podendo, intencionalmente, gerar ou não valor. Os modelos de serviço público representados pelo Balcão Único e Espaço do cidadão patenteiam duas propostas inovadoras governamentais, hodiernas no espaço da modernização administrativa, e que surgem como resposta ao novo desafio colocado à inovação do serviço público, nas suas múltiplas vertentes, abrindo caminho para a instauração da cocriação de valor. O Service Ecosystem é o paradigma de serviço que se ajusta a este novo modelo, um constructo multigranular e multidimensional, que assenta plenamente na afirmação do modelo colaborativo do valor experiencial e interativo.

³ MARIA MARGARIDA MELO DE CARVALHO – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PORTUGAL. Email: mcarvalhodosreis@gmail.com

Abstract

It is imperative to rethink a public service model that both responds to individual and societal needs and facilitates the emergence of collaborative value. Faced with volatile, complex and uncertain contexts, public organizations are called upon to transform their methods and strategies in order to better serve citizens who are increasingly demanding, more informed and more digital, under the aegis of the concepts of viability and self-sustainability. Contributing to this challenge are interactions, experiential practices, interconnectivity, in their multiple ecosystemic stratifications at micro, meso and macro levels. Everything is ecosystemically interconnected, which expands the opportunities for all players to come up with innovative solutions. Under the broad umbrella of the Service Dominant Logic (S-DL) paradigm, we identify the new Public Policies Administration model by reading its ontogenetic representation and its impact on economic and social contexts. The Municipal Public Service Point and the Citizen Space are two strategic proposals with a high impact on societal value. The public service is a construct of emerging practices, it is a systemic locus of experiences, a transformative laboratory, in which all actors who are directly or indirectly involved through institutional arrangements are summoned, generating integrative and collaborative value - which results from the combination of integrated resources (resourceness) -, in an open and expansive context. Those with human capital (skills, knowledge and motivation) transpose them to the field through interactions and experiential practices, and may or may not intentionally generate value. The public service models represented by the One Stop Shop (OSS) and the Citizen's Space are two innovative government proposals, modern in the area of administrative modernization, which have emerged as a response to the new challenge posed to public service innovation in its many aspects, paving the way for the establishment of value co-creation. The Service ecosystem is the service paradigm that fits this new model, a multi-granular and multi-dimensional construct that is fully based on the affirmation of the collaborative model of experiential and interactive value.

Palavras-chave: *Service Dominant Logic (S-DL); Administração Pública -Balcão Único – Espaço Cidadão; Cocriação de valor; Ecossistema de serviço; Inovação.*

Key-words: *Service Dominant Logic (S-DL); Public Administration – One Stop Shop (OSS)- Citizen Space; Value co-creation; Service Ecosystem; Innovation.*

Data de submissão: outubro de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023.

INTRODUÇÃO

Repensar o modelo de prestação de serviço nas organizações públicas assume-se, nos dias de hoje, como um imperativo. Perante um contexto gradativamente mais complexo, imprevisível, disruptivo e evolutivo, as organizações públicas não se compadecem com um anquilosamento e uma atitude de fechamento aos desafios da mudança. A insistência da manutenção de sistemas cristalizados e ultrapassados face às novas exigências, sustentados pela adoção generalizada de normativos rígidos e inflexíveis nas suas rotinas e práticas diárias, tem desencadeado, nos nossos dias, uma hecatombe de não conformidades e de um conjunto de desajustamentos que interferem e bloqueiam o bem-estar individual e social. É essencial que as organizações tomem consciência da necessidade em reconfigurar a lente e transformar a perspectiva de análise para se re(i)novarem e capacitarem o serviço no sentido da excelência.

As organizações públicas necessitam de ser reinventadas e capazes de se reconstruírem numa lógica transdisciplinar e oniparte, centradas na conceção hodierna de serviço, entendido como uma aplicação de competências especializada de recursos operativos, conhecimentos e competências, em benefício de outrem (Wibowo, Sumarwan, Suharjo & Simanjuntak, 2021; Koskela-Huotari & Vargo, 2018; Mele, Colurcio e Spena, 2011, Vargo & Lusch, 2004, 2006, 2008). É exigido às organizações públicas, no século XXI, que sejam mais dinâmicas, flexíveis, ajustáveis, abertas, expansivas, criativas e, simultaneamente, mais integrativas, propiciando a emersão de territórios geradores de práticas transformadoras, abrindo o caminho à mudança, à inovação, à modernização, sob um amplo chapéu de uma visão estratégico-prospectiva de valor holístico. O cidadão|cliente é o principal ator na criação de valor pois é ele que o determina, sendo gerado, conjunta e reciprocamente, através de interações. Estas constituem-se em elementos fundacionais da integração, da inovação e da cocriação de valor.

Nesta reflexão, pretendemos revisitar o território do serviço público, na perspectiva ecossistémica, à luz da teoria contemporânea de *Service Dominant Logic* (S-DL), contribuindo, dessa forma, para a construção de uma nova entidade – o serviço inovacional ecossistémico, expandindo a sua esfera de ação contributiva no sentido de bem-estar e felicidade de todos os cidadãos.

A NOVA LÓGICA DE SERVIÇO

De acordo com Vargo (2018, p.722), a atividade económica era observada à luz de relações díades entre produtores|fornecedores e consumidores. A lógica designada por *Goods Dominant Logic* (GD-L), estabelecia a base da unidade de produção na troca de bens ou serviços⁴ tendo como matriz os recursos com valor incorporado (Azkan, Meisel, Moller & Otto, 2020; Mele, Colurcio & Spena, 2011). A subtração ou isenção do papel do cliente na sua relação com o produtor ou fornecedor de bens ou serviços condicionava a sua esfera de atuação, ‘forçando-o’ a adotar uma atitude estático-passiva, isenta de interações, pensamento crítico, construtivo e/ou colaborativo, relativamente àquelas transações. O valor, na matriz GD-L, é determinado pelo fornecedor, reside nos bens e o cliente é apenas o destinatário daqueles (Ojasalo & Ojasalo, 2018) e a “ *wealth consists of owning, controlling, and producing tangible resources*”⁵ (idem, p.28), como se se tratasse de um negócio ou transação linear e determinista (Vargo *et al*, 2023). Esta forma de abordagem da atuação do mercado económico social foi evoluindo nas suas relações (B2B, B2C), condicionou e moldou mentalidades e culturas, tendo propiciado uma espécie de clivagem na relação produtor|fornecedor e cliente(s)-ator(es). Esta ideia reducionista quanto à construção de relações tipificadas, unidireccionais e diádicas e, - que se enquadram na perspetiva G-DL -, consequente, quanto à moldagem de valor com foco no produtor-fornecedor -, tornou o contexto pouco apelativo tendo sido o mote para o surgimento de um novo paradigma, mais contemporâneo, centrado em conectividades radiais, facultadas pelos avanços tecnológicos, vincadas pela celeridade da informação, pela digitalização, pela consciência ecológica e economia circular, pela inclusão, tendo modificado todas as relações económicas e sociais.

⁴ Vargo e Lusch (2008) estabeleceram uma distinção entre o conceito de serviço no singular e no plural. Os serviços (plural) são vistos como uma alavanca de apoio à produção de bens, como uma ferramenta de valor acrescentado. “Value was seen as something internally produced by an organisation and distributed in a market, without any interference by or input from customers”. (Sønderskov & Rønning 2021, p.65). O serviço (singular) insere-se num novo modelo de abordagem epistemológica e é encarado como um processo iterativo que usa e aplica recursos (operantes-conhecimentos e competências) e operados (materiais) de uma entidade em benefício de outrem. As lógicas são diferenciadas em termos de significação: os serviços estão mais associados à lógica G-DL e o serviço (singular) ao paradigma S-DL. O serviço consiste num conjunto de atividades que ocorrem e desenvolvem num contexto imerso em relações i(n)terativas e uso de recursos em que o fornecedor surge como facilitador de valor.

⁵ “a riqueza consiste em possuir, controlar e produzir recursos tangíveis” (trad. nossa) (Ojasalo & Ojasalo, 2018, p. 28).

As organizações e empresas operam, nos dias de hoje, “(...) *in increasingly interconnected contexts, which generate significant complexity and transformational pressures for these organizations*”⁶ (Koskela-Huotari, Patrício, Zhang, Karpen, Sangiorgi, Anderson & Bogicevic, 2021, p.343). A volatilidade e as complexas impermanências contextuais exigem redobrada atenção e uma capacidade de percepção prospectiva e antecipadora face à realidade estratégica a convocar, o que requer uma demanda, por parte dos líderes, uma visão amplificada, sistémicoconstrutiva-integrativa, ajustável e assertiva, que vai muito além das relações díades (Vargo & Lusch, 2016, 2017), abrindo o território emergente à inovação. É impossível que as unidades de troca se esgotem num ato único, sem impactos. Tudo está interligado e a rede de atores envolvidos expande-se, conectando outros sistemas, outros atores, outros contextos. Daí que a configuração das relações tríade, seja considerada, por Vargo (2018), como a unidade de análise mais pequena, num sistema serviço conectado em rede, aberto, ou seja, num serviço aberto, ecossistémico, multidimensional, omniparte ou multipartes, que tem a capacidade de se adaptar e melhorar continuamente, partilhando recursos ou fazendo apelo a outros recursos, agregando potencial valor através de um serviço de interações. As organizações e as empresas não estão isoladas. São encaradas como atores ativos. Estando tudo interligado e interconectado, são estruturas ecossistémicas – económicas – sociais, abertas e expansivas. E são constituídas por estruturas emergentes, agregadas em camadas, o que gera, por sua vez, outros sistemas dinâmicos mais ou menos vulneráveis, evolucionários e resilientes (Goda & Kijima, 2015).

A ATUALIDADE DO PARADIGMA SERVICE DOMINANT LOGIC (S-DL)

O paradigma *Service Dominant Logic* (S-DL) surge como resposta a um estado de inércia, estagnado, de imutabilidade quanto à abordagem e compreensão sistémicas perante um contexto ou cenário em evolução constante. Representa uma mudança estrutural no modo como onto-gnosiológica e epistemologicamente se analisa, questiona, interpreta e atua nos atuais contextos económicos e sociais. A *Lógica do Service Dominant* é metateórica (Vargo *et al*, 2023) podendo ser aplicada a todos os contextos mercados e organizações. Desde logo, as empresas e as organizações passam a ser

⁶ “(...) em contexto interconectados, o que gera uma complexidade significativa e pressões transformacionais para essas organizações” (Koskela-Huotari, Patrício, Zhang, Karpen, Sangiorgi, Anderson & Bogicevic, 2021, p.343) [trad. nossa].

observadas como entidades dinâmicas que atuam como facilitadoras e integradoras de recursos no processo de criação de valor (Vargo & Lusch, 2016, 2017; Vargo, 2018). Os sistemas de serviço são também eles encarados como “(...) *dynamic entities that are capable of adapting to changing conditions through transformation*”⁷ (Koskela-Huotari, et al, 2021, p. 344). As trocas são dinâmicas e o valor assume-se elusivo e multidimensional, procedendo do contexto, do uso e partilha de recursos, das interações e das experiências fenomenológicas que ocorrem e se desenvolvem, facultadas pela dinâmica que a integração de recursos propicia. Quem determina o valor são os clientes-atores. O cliente|ator não é um mero recipiente de valor (paradigma G-DL) mas um recurso operante, um cocriador de valor, que é capaz de agir sobre outros recursos (Kuzgun & Asugman, 2015). O ator é, nas palavras de Vargo et al (2023, p.17)⁸, “*refers to any entity capable of acting in the cocreation of value, either positively or negatively valanced*”. Nesse sentido, existe uma visão integrativa de valor cuja lente converge para o processo dinâmico de interações que, por sua vez, se encontra inter e intra relacionada numa complexa e gradativa composição agregada.

Estamos na era C2C, A2A⁹. A própria noção de troca é afetada (Blaschke, Haki, Aier & Winter, 2018) e transformada. O valor não existe isoladamente, de *per se* (Vargo & Lusch, 2004, 2008; Plè & Cáceres, 2010) mas apenas decorre de um processo contínuo, dinâmico, ininterrupto e de natureza emergente¹⁰. O valor é encarado como um constructo sistémico que integra recursos operantes (conhecimentos, competências e habilidades) e operados (materiais) e que é determinado pelo Cliente-Ator. “*Essentially, resources are not; they become*”¹¹ (Vargo & Lusch, 2004, p.2)¹². Todos os atores económicos e sociais são integradores de recursos (Vargo & Lusch, 2017) que, nos momentos de interação,

⁷ “(...) entidades dinâmicas capazes de se adaptarem às condições variáveis através de um processo de transformação” (Koskela-Huotari, et al, 2021, p. 344) [trad. nossa].

⁸ “qualquer entidade capaz de atuar na cocriação de valor, positiva ou negativamente valorizado” (Vargo & Lusch, 2023, p.17) [trad. nossa].

⁹ O acrónimo C2C significa Cliente(s) para Cliente(s); a designação A2A representa ator(es) para ator(es)

¹⁰ Para Vargo et al, 2023, o valor, a experiência, o serviço, o significado da marca e a inovação constituem-se fenómenos emergentes sendo o conceito de emergência associado à cocriação de valor que resulta de processos dinâmicos e interativos também eles encarados como emergentes que reforçam os próprios sistemas.

¹¹ “Essencialmente, os recursos não são; tornam-se” (Vargo & Lusch, 2004, p.2) [trad. nossa].

¹² “With the emergence of the service dominant logic, marketing thought about the creation of product-related value shifted from the product itself to a “value-in-use” perspective, which stipulates that customers create/cocreate value (Vargo and Lusch 2004). Correspondingly, the definition of resources was again modified to reflect the notion that resources existed only when exchangeable competences are used (operant resources) and assets (referred to as appliances) are acted upon (operand resources) to achieve a consumer’s goal (Vargo and Lusch, 2004).” (Dorsch, Törnblom & Kazemi, 2017, p.2).

aplicam os recursos e competências especializadas através de atividades e processos em benefício próprio e dos outros. O valor reside, neste novo paradigma, no processo de uso e integração de recursos (Azkan *et al* 2020), num contexto onde se operam as trocas, e resulta das interações experienciais “*value has to be understood in terms of the holistic experiences of referent beneficiaries*”¹³ (Vargo, 2018, p. 721). O valor¹⁴ é um constructo e o valor-em-uso surge como um dos fundamentos da lógica do *Service Dominant* (Vargo & Lusch, 2004). Sob este ângulo de visão, os clientes|atores são vistos como entidades e atores sociais que cocriam valor, através e nas suas práticas, as quais assumem uma dimensão colaborativa, ie, coconstrutiva (Camilleri & Neuhofer, 2017), gerando valor. Todos participam na criação de valor, o que requer um envolvimento dinâmicocolaborativo, complexo, através das interações e de recursos integrados e usados na troca de serviço com outros atores (Vargo, 2018). Há, por conseguinte, uma ideia de viabilidade contínua, autossustentável dinâmico-evolutiva e processual, presente nas trocas de serviço por serviço e uma ampliação de efeitos na rede de um ecossistema em permanente transformação, e que decorre da multidimensionalidade do valor-em-contexto, valor-em-uso, baseado nas experiências holísticas assim como na emersão da cocriação de valor (Vargo & Lusch, 2017).

De acordo com Ojasalo e Ojasalo (2018, p.31) “(...) collaborative and cocreative processes in understanding, developing, and creating value-in-use can be facilitated with (...) service innovation, which is based on learning from and experimenting with customers and other relevant actors through a cocreative and cyclical innovation process”¹⁵.

As ideias centrais do S-DL quanto ao valor e ao papel do cliente|ator estão congregadas e representadas nas onze premissas fundacionais e agrupadas em 5 axiomas (Vargo & Lusch, 2017; Merz, Zarantonello & Grappi, 2017), que mais adiante apresentaremos (cf quadro 1, p. 14).

¹³ “o valor deve ser entendido em termos das experiências holísticas dos beneficiários em referência.” (Vargo, 2018, p. 721) [trad. nossa].

¹⁴ O valor, na perspetiva do S-DL (Vargo et al, 2023, p. 17) é “uma mudança emergente no bem-estar ou na viabilidade de um determinado sistema/ator, que pode ser valorizada positiva ou negativamente.”

¹⁵ (...) os processos colaborativos e cocriativos de compreensão, desenvolvimento e criação de valor de uso podem ser facilitados pela (...) inovação de serviços, que se baseia na aprendizagem e na experimentação com os clientes e outros atores relevantes através de um processo de inovação cocriativo e cíclico” (Ojasalo & Ojasalo, 2018, p.31) [trad. nossa].

O valor é um fenómeno emergente, é um conceito idiossincrático, experiencial, contextual e carregado de significado (Vargo & Lusch, 2008). Pela sua multidimensionalidade semântica, a noção de valor é relativamente abstrata (Laud & Karpen, 2017) e pode emergir em diferentes dimensões, tais como, na troca (*value exchange*), em contexto (*value-in-context*), no uso (*value-in-use*), nas experiências (*experiential value*) e no contexto cultural das práticas (*value-in-cultural-context*)¹⁶. Segundo Cavalcanti (2023, p.33) “a cocriação de valor funciona como uma narrativa dos axiomas, é formada por atores que integram recursos e trocam serviço”, e de acordo com Vargo (2018, p.720) “*value is cocreated by multiple actors, rather than created by one actor and subsequently delivered*”¹⁷, tornando-o complexo quanto à sua natureza e substância. A atual literatura sobre cocriação de valor exige-nos uma compreensão e explicação diferenciadas e profundas quanto à sua essência, pois o modo como este é gerado, conjuntamente e por múltiplos atores, numa economia e sociedade cada vez mais interconectada, volátil, complexa, dinâmico-evolutiva (Akaka, Koskela-Huotari & Vargo, 2021; Midgley & Lindhult, 2021), vai permitir uma disparidade de resultados. As dimensões do valor para os clientes|atores, no processo de serviço, incorporam um conjunto heteróclito de efeitos que vão desde os aspetos simbólicos, passando pelos utilitário-pragmáticos, económicos, hedónicos e estéticos. E, segundo Bapat e Hollebeek (2023, p.6), as “*subdimensions of customer engagement include immersion, absorption, attention, passion, dedication, and activation.*”¹⁸, às quais acrescentaríamos as noções de interação, cocriação, inovação e emergência.

A ideia de cocriação de valor emerge, portanto, de um contexto complexo, abstrato, mas não menos apelativo, um território *open ecosystem*, estratégico, viável, adaptável e inovador, abrindo um leque de múltiplas oportunidades oferecidas pela Inteligência Artificial (IA) e práticas experienciais e interativas, integradoras de recursos. Estas são de cardinal importância para a cocriação de valor. Para Vargo *et al* (2023, p.

¹⁶ As práticas apresentam-se, segundo Akaka, Shau e Vargo (2013), como fenómeno central, sendo um constructo social de relevo, determinante para o processo de cocriação de valor.

¹⁷ “o valor é cocriado por múltiplos atores, em vez de ser criado por um ator e subsequentemente entregue” (Vargo, 2018, p.720).

¹⁸ “subdimensões do envolvimento do cliente incluem a imersão, a absorção, a atenção, a paixão, a dedicação, a ativação” Bapat & Hollebeek (2023, p.6) [trad. nossa].

19) a cocriação de valor é um “*process through which multiple actors, often unaware of each other, jointly contribute to na actor’s/systems wellbeing*”¹⁹.

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS E DAS EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE COCRIAÇÃO DE VALOR E DA EMERGÊNCIA INOVACIONAL

As práticas são os momentos de valor onde se realizam a integração de recursos através de rede de relações de natureza interativa e interconectiva. As práticas são “*pontos de encontro da mente, da atividade e da sociedade*” (Carvalho, 2016, p.43). Uma prática é um modo como o indivíduo vê o mundo, realiza e experiencia tarefas e atividades, podendo afetar as práticas instituídas, ie, as normalizadas. A prática é um modo como cada ator desenvolve as suas ações e atividades abrindo campo para a emersão de momentos criativos e inovadores através da integração de recursos holísticos. As práticas são de natureza sistêmica e contextual. Nesse sentido, são pragmáticas, localizadas num tempo e num espaço, incorporando uma multiplicidade de fatores que são manifestações da vida quotidiana. Como a realidade está em constante mudança, as práticas são fenômenos dinâmicos complexos e, nesse âmbito, refletem as próprias transformações da natureza humana.

As práticas são formas como o indivíduo constrói a sua relação com o mundo, realiza tarefas e propósitos dos seus projetos de vida. As práticas são micro construções do domínio social (Carvalho, 2016), são modos de agir que envolvem competências, conhecimentos, motivação - decifreadores de realidades multidimensionais -, e são alavancas nucleares de suporte para a emersão da cocriação de valor. Incluem rotinas partilhadas, hábitos, modos de realização e transformação, crenças, cultura e valores. As práticas permitem compreender as interações micro, meso e macro dos sistemas e subsistemas.

As práticas, enquanto unidades de análise, moldam a esfera social de um sistema interativo de relações complexas. As regras (arranjos institucionais) são estruturas sociais resilientes, centrais no S-DL e que dão orientação às rotinas e suporte à estabilidade do sistema, de um modo estruturante, permitido a auto-renovação, a auto-organização e a

¹⁹ A cocriação de valor é um “processo através do qual múltiplos atores, muitas vezes desconhecidos uns dos outros, contribuem conjuntamente para o bem-estar de um ator/sistema” (Vargo et al, 2023, p.19).

auto-sustentabilidade sistêmicas, podendo fazer resultar novos padrões de orientação indo ao encontro das necessidades e satisfação dos clientes.

O serviço é, portanto, um constructo de práticas, é um *locus* sistêmico de experiências, é um laboratório transformativo que faz emergir valor colaborativo que resulta da combinação de recursos operantes (*operant resources*) – conhecimento, informação e competência, que são de natureza intangível e dinâmicos –, e recursos operados (*operand resources*) – que são recursos tangíveis e estáticos – convocando outros potenciais atores, também eles portadores de recursos, também eles integradores de recursos. Segundo Haug & Mergel (2021, p.75) “(...) co-creation processes are characterized by collaboration between the different participants sharing knowledge and experiences which enables the development of innovative solutions and services.”²⁰

Sendo uma alavanca sistêmica, a dimensão colaborativa assente nas práticas, coloca as organizações e empresas numa posição de charneira, ao nível da vantagem estratégico competitiva e de competição, reforçando o seu posicionamento através de um aprimoramento de base experiencial, que resulta da aplicação e integração de recursos, num conjunto de práticas substantivas, que estruturam e reforçam relações de proximidade, e inclusão, nas relações micro, meso e macro.

As relações que influenciam as práticas podem ser de natureza multinível: i) as relações micro – que integram avaliações individuais das práticas experienciais, ou seja, baseiam-se na troca direta de serviço-por-serviço entre os atores, ou seja, cada ator recorre aos seus recursos (operantes e operados) para servir outro ator de forma direta, ou seja, reciprocidade diádica; ii) relações meso, que são constituídas por normas relacionais onde se evidenciam as relações tríades com sinergias de troca e emersão potencial da cocriação de valor e iii) as relações macro, cuja significação repousa sobre a coletividade, o societal (Akaka, Vargo, 2013, p.269; Vargo *et al*, 2023), ou seja trocas diretas e indiretas multipartes sustentando a noção de ecossistema de serviço. Neste sentido, a cocriação de valor decorre de uma tipologia diferenciada de valor envolvida em cada dimensão inter e intra relacional, atores – integradores de recursos-, troca de serviço, instituições e arranjos institucionais, num ecossistema dinâmico e evolutivo de serviço, de natureza expansiva, adaptativa, viável e ecossustentável (Vargo& Lusch, 2016; Vargo, 2018) e que Laud e

²⁰ “os processos de cocriação caracterizam-se pela colaboração entre os diferentes participantes, partilhando conhecimentos e experiências que permitem o desenvolvimento de soluções e serviços inovadores” Haug & Mergel (2021, p. 75) [trad. nossa].

Karpen (2017) tipificaram com base em posturas ativas e participativas que representam diferentes manifestações, que propiciam esboços contextuais potencialmente inovadores e que envolvem i) a procura da informação, ii) a partilha da informação, iii) o comportamento ético e, iv) a interação pessoal. Estas valências capacitam as buscas por melhores experiências, as expectativas de resultados, o modo justo de agir e a reciprocidade de processos expansivos de valor. Por outro lado, aqueles autores também reforçam a importância de quatro (4) outras sub-dimensões, igualmente nucleares à construção de um contexto social aprazível, e que concorrem para reconfiguração da cocriação de valor, nomeadamente, i) o feedback das suas experiências – que as otimiza a longo prazo, ii) a defesa dos seus interesses – predisposição em credibilizar o serviço, iii) a ajuda – aumenta a eficácia e eficiência do serviço, e iv) a tolerância – ajuda a aceitar as idiossincrasias de outros atores, no sentido da interdependência da integração de recursos.

A VISÃO ECOSSISTÉMICA DE SERVIÇO

Encarar o serviço através da lente ecossistémica, potencia e capacita as organizações a desenvolverem perspetivas de leitura sobre a realidade através de um posicionamento holístico e emergente e, simultaneamente, mais ajustável, tornando-o num palco de atuação auto- sustentável através da emersão de cenários prospetivos, sob um amplo chapéu da viabilidade ecossistémica. *“A service ecosystem refers to such a complex service system that is relatively self-contained, self-adjusting systems of resource-integrating actors connected by shared institutional logics and mutual value creation through service exchange with emphasis on dynamic features like adaptation, viability and sustainability.”* (Goda & Kijima, 2015, p.85²¹; Vargo e Lusch, 2016²²; Vargo, 2014; Vargo e Akaka, 2012, p. 207). De acordo com Strokosch & Osborne (2020b, p.430) *“Service ecosystems are defined as the integration of actors, resources and technologies and the interactions between them within a specific context”*²³. Tais

²¹ “Um ecossistema de serviço refere-se a um sistema de serviço complexo, relativamente autónomo e autoajustável, constituído por atores que integram recursos, ligados por lógicas institucionais partilhadas e pela criação de valor mútuo através do intercâmbio de serviços, com ênfase em características dinâmicas como a adaptação, a viabilidade e a sustentabilidade”. Goda & Kijima, 2015, p.85 [trad. nossa].

²² Vargo e Lusch (2016, p.10-11) caracterizam o service ecosystem como “a relatively self-contained, self adjusting system of resource-integrating actors connected by shared institutional arrangements and mutual value creation through service exchange”.

²³ “Os ecossistemas de serviços são definidos como a integração de atores, recursos e tecnologias e as interações entre eles num contexto específico” Strokosch & Osborne (2020b, p.430) [tradução nossa].

formulações, que caracterizam a natureza de um serviço ecossistêmico, leva-nos a questionar e indagar sobre quais os fatores e condições que influenciam e concorrem para a emergência dos processos de cocriação de valor num serviço ecossistêmico.

A nova concepção de serviço, designada por *service ecosystem*²⁴, é um conceito hodierno, multigranular e multidimensional. É um novo modelo de práticas experienciais gestionárias que integra as noções de evolução e inovação assentes em redes adaptativas de valor (Akaka, Koskela-Huotari & Vargo, 2021) e que ampliam o sistema de valor, do binómio relacional tríade A2A (Ator-Ator) para uma relação ecossistémica multiparte A4A (Ator para atores), aumentando o resultado das ofertas e, consequentemente, o efeito da cocriação de valor e da inovação.

De acordo com Trischler, Johnson & Kristensson (2020), muitas das iniciativas inovacionais orientadas para a sustentabilidade, ocorrem no âmbito das propostas macro da Agenda 2030 e seus respetivos ODS. Estando esta matriz em agenda, o conceito de ecossistema de serviço apresenta-se como conceito chave *“The service ecosystem has become a key concept in S-D logic, where it provides the unit of analysis for value co-creation activities among actors integrating resources and exchanging services within dynamic networks, which are facilitated by institutional arrangements* (Trischler, Johnson & Kristensson, 2020, p.554)²². Nesta abrangência aberta e expansiva, o serviço ecossistêmico ao relevar o foco nos atores|cliente, fornece radial e holisticamente todas as possibilidades relacionais micro, meso e macro que, naturalmente, emergem num contexto de práticas, com reciprocidade de benefícios para todos os atores envolvidos, sendo o Ator (Cliente)²⁵ quem atribui e determina valor, através da integração de recursos (operantes e operados), num dado momento experiencial mas, ao mesmo tempo, dependente da ação dos outros atores (idem). Isto significa que esta lógica coloca o foco no processo colaborativo, em rede, baseado em inter(relações), num evoluir dinâmicosistemático, contingencial e adaptativo sendo o valor gerado conjunta e

²⁴ Laud e Karpen (2017, p. 782) definem sistema de serviço como uma adição de recursos (que inclui pessoas, tecnologias, informação) associada a outros sistemas de serviço através de propostas de valor cujo objetivo é usar e rentabilizar os próprios recursos e dos demais para melhorar e qualificar a sua situação e a dos outros. ²² “(...) torna-se a pedra angular da lógica do service dominant, e arrasta consigo a predominância da unidade de análise para a cocriação de valor entre atores que integram recursos e trocam serviços em redes dinâmicas as quais são facilitadas pelos arranjos institucionais” Trischler, Johnson & Kristensson (2020, p.554).

²⁵ Um ator é, segundo Lusch & Vargo (2014, p.740) “uma entidade capaz de atuar sobre os recursos para cocriar valor que positivo quer negativo” “An entity capable of acting on potential resources to cocreate value, either positively or negatively valanced” (Lusch & Vargo, 2014, p. 740).

colaborativamente, decorrendo da ação direta ou indireta dos diferentes atores. E os diferentes atores são, de acordo com Akaka, Koskela-Huotari e Vargo (2021), uma extensa constelação de entidades - organizações, clientes, família, empresas -, que integram recursos e beneficiam do serviço fazendo emergir a cocriação de valor. Uma das características deste paradigma constituído por redes de sistemas complexos é o conceito de emergência que faz eclodir novos resultados que decorrem das relações dinâmicas e i(n)terativas (Vargo *et al*, 2023). A noção de emergência é, de acordo com estes autores, “*a phenomenon that arises from the relationships among existing system’s elements but that is qualitatively different from and irreducible to them.* (Vargo *et al*, 2023, p.3)²⁶. A emergência é um elemento fundacional de um serviço de natureza ecossistémica.

Esta imagem de serviço que se expande e contrai como se se tratasse de um organismo em permanente e ininterrupta transformação e adaptação, amplia e co-responsabiliza os diferentes sistemas de atores que direta ou indiretamente se envolvem na coconstrução do valor, afetando as relações e as interações sistémicas (Vargo, Koskela-Huotari, Baron, Edvardsson, Reynoso, & Colurcio, 2017) bem como os resultados emergentes (valor, experiências, satisfação, etc.), reforçando as capacidades adaptativas do sistema, ele próprio de natureza complexa e dinâmica. As instituições, que operam no *ecosystem service* do paradigma do S-DL, não se podem confundir com as organizações ou empresas. São esquemas, normas e regulações que são socialmente gerados e constituem-se como modos rotinizados de pensar e agir que determinam a orientação e conduta humanas, ou seja, as práticas (Vargo, 2018). Esses princípios normativos e orientadores constituem-se em elementos vitais para a cocriação de valor que integra, logicamente, recursos públicos e privados para a sua emersão, sendo, eles, e segundo Vargo (2014), a linguagem, os símbolos, as leis, as tradições e a cultura. No fundo, são estes arranjos institucionais que geram robustez e sinergias multivariadas à estrutura de um ecossistema serviço e, respetivamente, às práticas experienciais associadas aos diferentes contextos, que ocorrem no seu seio, preparando o território para a inovação.

A mudança de foco para o ecossistema de serviço (Vargo *et al*, 2017) oferece uma perspetiva diferenciada na análise do sistema de trocas económicas e sociais, sustentada por uma lógica colaborativa e coconstrutiva, relevando os recursos operantes

²⁶ De acordo com Vargo *et al*, 2023, p.3), citando Capra e Luisi, 2014, o conceito emergente é encarado como “um fenómeno que surge das relações entre os elementos de um sistema existente, mas que é qualitativamente diferente e irreduzível” [trad. nossa].

(conhecimento, informação e competência) como o ingrediente diferencial e paradigmático de um serviço evolutivo e transformacional em que o(s) ator(es)-cliente(s) desempenha(m) um papel determinante e próativo no retorno dessa interação, cujo denominador comum assenta na reciprocidade dos benefícios (Vargo & Lusch, 2016). O ator-cliente usa e aplica os recursos, que podem ser públicos, privados e de mercado, ligados pela instituição (conjunto de regras), e gera valor através da sua experiência interativa, fenomenológica e idiossincrática, cujo resultado pode ser cocriado ou codestruido. (Plé, 2017; Echeverri & Skalen, 2011; Plé & Cáceres 2010). Gerar valor com o foco nas experiências vivenciadas, num contexto de serviço ecossistêmico, pressupõe uma tomada de consciência e uma co-responsabilização da sua relevância quanto ao potencial papel de cocriador de valor. As práticas experienciais decorrem das componentes regulativas, normativas e cognitivas das instituições (Vargo & Lusch, 2016), que dão substância e legitimidade às atividades processuais desenvolvidas, conferindo sustentabilidade e resiliência ao serviço ecossistêmico, abrindo, assim, o eixo da inovação multipartes. Assim, a relação experiencial sistêmica e em rede, pode gerar um valor positivo ou destrutivo. Referenciando a Premissa Fundacional (PF) 6 e respetivo axioma 2, em que Vargo e Lusch (2006, 2017) anunciam que “*value is co-created by multiple actors, always including the beneficiary*”²⁷ que “*all economies are service economies*” (PF5), sendo este “*the fundamental basis of the Exchange*” (Axioma 1 e PF 1), exige, aos gestores|líderes, observação cuidada e vigilante quanto ao papel das instituições e dos seus arranjos, interdependentes, que regulam o serviço e o mercado, através de um conjunto de regras, normas, significados, símbolos, práticas, a fim de potenciarem a coopetição e reposicionamento estratégico distintivo do serviço, através de propostas de valor capazes de serem cocriadas, em que a “*value co-creation is coordinated by the generation of actors and agreements between institutions*” (PF11, Axioma 5)²⁸ (Vargo, Koskela-Huotari, Baron, Edvardsson, Reynoso, & Colurcio, 2017). A importância dos líderes reside na capacidade de observarem o todo nas suas multi-interligações, através de uma lente estratégico- prospectiva, sendo vistos como os verdadeiros facilitadores e catalisadores do processo de emersão do valor colaborativo

²⁷ “o valor é cocriado por múltiplos atores sempre incluindo o beneficiário” (PF6) e que “todas as economias são economias de serviço” (PF5), sendo este” a base fundamental da troca” (Axioma 1 e PF 1) [trad. nossa].

²⁸ a cocriação de valor é coordenada pela geração de atores e acordos entre instituições” (PF11, Axioma 5) [trad.nossa].

(Haug & Mergel, 2021). Nas palavras de Dixon *et al* (2021), uma forte liderança²⁹ num serviço público de natureza transformativa, imerso em contextos disruptivos e incertos, revela-se uma pedra angular que modifica, inspira e valoriza, que sabe conduzir, mediar e facilitar os fluxos processuais e as interações entre atores. Gerir interações, combinar estratégias gestonárias e promover a aprendizagem são capacidades que um líder deve possuir para almejar o grande desafio que se coloca ao serviço público sob a égide da: i) a confiança, ii) a legitimidade, iii) a transparência, iv) a sustentabilidade institucional, v) a legitimidade social, vi) a inovação e vii) a modernização administrativa.

O novo modelo de serviço público em agenda é, por conseguinte, todo um ecossistema em expansão e articulação, em que “os atores excedem a troca imediata de serviço e criam redes e recursos para cocriar valor” (Silva-Lacerda, Castro & Veiga, 2018, p. 118), fazendo eclodir sistemas e processos de inovação. Um serviço público de base ecossistémica é uma estrutura osmótica em que uma multiplicidade de atores - envolvendo uma diversidade combinatória de relações, que vão desde os decisores políticos, passando por organizações, empresas e outras associações -, concebem, planeiam, atuam e usam, com base em interações, e *institutional arrangements*, acumulando valor nas diferentes estratificações e dimensões: micro, meso e macro (Strokosch & Osborne, 2020b), gerando robustez em posicionamento, criatividade e inovação, tornando o sistema resiliente e auto-eco-sustentável. Segundo, Vargo *et al* (2023, p.16) para melhorar a resiliência dos ecossistemas de serviço é fundamental “to ensure processes and structures that allow flexible and responsive adjustment of institutions”³⁰

O PARADIGMA DA INOVAÇÃO NO SERVICE ECOSYSTEM

A realidade é um vasto território multidimensional e polissémico. Os olhares que repousam sobre ela convocam predisposições atentas, críticas e construtivas. A própria realidade não sendo estanque, apela e convida-nos a entrar no caminho do questionamento, da descoberta, da seleção, da avaliação, da criatividade e da inovação.

²⁹ A este propósito veja-se “As the 2030 deadline nears, the SDG agenda requires strong global leadership to coordinate and drive the world’s global economy and institutions towards innovative sustainable solutions”. (Kurup, Freeman, Arora & Sarkar, 2023, p.8).

³⁰ “Para melhorar a resiliência dos ecossistemas de serviços a qualquer escala face a perturbações graves, é fundamental assegurar processos e estruturas que permitam um ajustamento flexível e reativo das instituições.” (Vargo et al, 2023, p.16) [trad.nossa].

A inovação, na lógica do S-D³¹ encontrase, intrinsecamente, associada à emergência da cocriação de valor e pode ter uma natureza tangível e intangível. Sendo a cocriação de valor um dos eixos centrais do paradigma S-DL, a inovação³² surge como um motor propulsor daquela. Segundo Torfing, Ferlie, Jukic & Ongaro

(2021, p.10) a cocriação pode ser vista como um estimulador da inovação que “ (...) *it brings together public and private actors with different experiences, perspectives, and forms of knowledge in a problem- or task-focused e (...) as shorthand for collaborative innovation*”.³³ Segundo Hansen & Fuglsang (2020), a abordagem do valor público também fornece, num serviço ecossistémico público, uma nova forma de pensar a inovação como uma atividade, uma prática experiencial e construtiva e uma plataforma para gerar e promover o valor público firmando um (com)promisso com os princípios democráticos e transparentes.

As inovações ocorrem em contexto social, e são de natureza aberta. Surgem a partir de uma rede interconectiva de agentes e atores que direta ou indiretamente contribuem e cooperam para a estratégia das organizações, quanto às soluções que preconizam na resolução de problemas e situações específicas (Huarng, Cervera & Mas-Verdu, 2018). Normalmente, as inovações provocam mudanças podendo afetar todo o ecossistema de serviço. Geradora de novas práticas, as inovações transformam estruturas, processos, atividades e, nesse sentido, são vistas como elementos essenciais à emersão da cocriação de valor. Contudo, as inovações podem igualmente, nas palavras de Jaakkola, Aarikka-Stenroos e Ritala (2019, p. 498), causar disrupções “ (...) *innovations aim at enabling better value co-creation; but also cause disruption in the service ecosystem. In order to create value, the innovation has to resonate with the needs, practices, values, and institutional structures of the market and all of society, so that actors are able to*

³¹ “Service-dominant knowledge is increasingly being recognized as a viable approach in service innovation research” (Huarng, 2018, p.455; Badinelli, et al, 2012). “O conhecimento sobre o S-DL está sendo gradativamente reconhecido como uma abordagem viável na investigação sobre inovação nos serviços” [trad. nossa].

³² Entendemos o conceito de inovação com proximidade da noção de modernização administrativa tão essencial para o serviço público. Há toda um posicionamento implícito (i)novacional para que ocorra a modernização na modernização do serviço público e que pressupõe uma atitude aberta, flexível e integrada.

³³ “A cocriação estimula a inovação, uma vez que reúne atores públicos e privados com diferentes experiências, perspetivas e formas de conhecimento num processo centrado num problema ou numa tarefa “(...) a cocriação pode ser vista como uma abreviatura de inovação colaborativa” [trad. nossa].

make use of the new resource or in their value processes”³⁴, tendo um impacto sinérgico em todo o ecossistema de serviço. Pretende-se que o seu efeito seja mobilizador de práticas, de interações e que fomente um espírito mais eficiente e eficaz no sentido do bem-estar societal.

Um paradigma reflete um modo válido, viável e diferenciado de observar o mundo, a realidade e a ciência. Estas são complexa e dinâmicas não sendo, por conseguinte, de natureza estanque. Na esteira onto-epistemológica do S-DL, Vargo e Lusch (2016, p. 8) avançam com a apresentação de uma matriz sùmula, analítico-comparativa, que representa o estado da evolução teórica das premissas fundacionais no decurso do tempo. A lente de observação permite aprofundar os contextos complexos, em expansão e contração, e as transformações operadas na atualização e criação das premissas fundacionais. Importa suspender e mergulhar na evolução teórica do S-DL. Façamos, então, uma revisitação.

Em 2004, Vargo e Lusch estabelecem oito premissas básicas que rapidamente se expandiram para 11 premissas fundacionais às quais, em 2016, agregam e fazem convergir 5 axiomas (Hekkula & Arnould, 2022). Esta evolução representa um *open ecosystem paradigm*, configurando um processo analítico, metódico e expansivo do *modus operandi* do próprio ecossistema de serviço, ativando o diafragma interconectivo às suas atualizações sistemáticas como se se tratasse de uma obra aberta, em permanente coconstrução, expansiva, contribuindo, dessa forma, para uma melhor compreensão sobre a realidade económica e social, tributando qualidade e melhoria nas trocas, nas interações, na felicidade individual e social. Essa revisitação não diz apenas respeito à adição, subtração ou eliminação de meros conceitos linguísticos. Antes reflete e é consequência de um debate académico reflexivo sobre a fundamentação epistemológica que sustenta toda a arquitetura ontognosiológica do ServiceDominant Logic (Cf quadro infra), destacando-o como uma lente prospetiva que capta e integra todas as *nuances* da realidade supra invocada.

³⁴ “Essencialmente, as inovações têm como objetivo permitir uma melhor cocriação de valor, mas também causam perturbações no ecossistema de serviço. Para criar valor, a inovação tem de estar em sintonia com as necessidades, práticas, valores e estruturas institucionais do mercado e de toda a sociedade, para que os atores possam utilizar o novo recurso ou os seus processos de valor (Jaakkola, Aarikka-Stenroos & Ritala, 2019 p. 498) [trad. nossa].

O quadro (cf.infra) reflete, por si mesmo, os efeitos, as evidências colaborativo-constructiva, evolutivas. A partir de integração dos Axiomas³⁵, os autores Lusch e Vargo, fundamentam a abordagem do *ecosystem service* que legitima e reforça a instauração sistêmico-estratégica das redes de atores que, potencialmente, integram recursos e que, conjuntamente, cocriam valor através das suas práticas interativas experienciais.

Tabela 1

Premissas Fundacionais	Vargo & Lusch (2004) Enunciados /Statements	Vargo & Lusch (2008) Enunciados /Statements	Vargo & Lusch (2016) Enunciados /Statements	Axiomas A1 a A4 em 2014 e o A5 em (2016)
PF1	A aplicação de competências e conhecimentos especializados é a unidade fundamental da troca.	Serviço é a base fundamental de troca. <i>“Service is the fundamental basis of Exchange”</i>	Sem alteração	Adquire estatuto de Axioma em 2014 (A1) e, em 2016 é consolidado
PF2	Transações indiretas escondem a unidade fundamental da troca.	A troca indireta esconde a base fundamental da troca.	Sem alteração	
PF3	Bens são mecanismos de distribuição para prestação de serviços.	Sem mudanças.	Sem alteração	
PF4	Conhecimento é a fonte fundamental da vantagem competitiva.	Recursos operantes são a fonte fundamental da vantagem competitiva	Os recursos operantes são a fonte fundamental de benefício estratégico	
PF5	Todas as economias são economias de serviços.	Todas as economias são economias de serviço.	Sem alteração	
PF6	O cliente é sempre coprodutor.	O cliente é sempre um cocriador de valor. <i>“The customer is always a cocreator of value”</i>	O valor é cocriado por múltiplos atores, incluindo sempre o beneficiário. <i>“Value is cocreated by multiple actors, always including the beneficiary”</i>	Adquire estatuto de Axioma em 2014 (A2) e, em 2016, é atualizado
PF7	A empresa apenas pode apresentar proposições de valor	A empresa não pode apresentar valor, mas apenas oferecer proposições de valor.	Os atores não podem fornecer valor, mas podem participar na criação e oferta de propostas de valor.	
PF8	Uma visão centrada em serviço é orientada para o cliente relacional	Uma visão centrada no serviço é inerentemente orientada para o cliente para o cliente e relacional	Uma visão centrada nos serviços é inerentemente orientada para o beneficiário e relacional	
PF9	As organizações existem para integrar e transformar competências micro especializadas em serviços complexos que são procurados no mercado	Todos os atores sociais e económicos são integradores de recursos <i>“ All economies and social actors are resource integrators ”</i>	Sem alteração	Adquire estatuto de Axioma em 2014 (A3) e, em 2016, é consolidado
PF10	--	O valor é sempre único e fenomenologicamente determinado pelo beneficiário <i>“Value is always uniquely and phenomenologically determined by the beneficiary”</i>	Sem alteração	Adquire estatuto de Axioma (A4) em 2014 e, em 2016 é consolidado
PF11 (Novo)	--	--	A cocriação de valor é coordenada através de instituições geradas por atores e arranjos institucionais. <i>“Value cocreation is coordinated through actor-generated institutions and institutional arrangements”</i>	Adquire estatuto de Axioma (A5) em 2016

Adaptado da “Foundational premise development” (Lusch & Vargo, 2014, p.15; Vargo & Lusch, 2016, p.8; Vargo & Lusch 2017, p.47) .

³⁵ Um axioma é um postulado ontológico que qualifica a validade de uma premissa. Não carece, portanto, de demonstração

Num recente artigo, Vargo *et al* (2023, p. 7) estabelecem uma correlação entre o paradigma SDL e os seus 5 axiomas e o conceito de *emergence* que resulta das interações num sistema de serviço e que, se apresenta irreduzível e qualitativamente diferente. Existe uma correspondência atualizada dos axiomas conferindo maior robustez ao modelo de pensamento S-DL. Segundo aqueles autores o Axioma 1 – *Service is the fundamental basis of exchange* - Troca de serviço por serviço - é um postulado que determina as constelações i(n)terativas essenciais ao processo de criação de valor; o Axioma 2 - *Value is cocreated by multiple actors, always including the beneficiary* – permite acoplar as redes ou estruturas sistémico-dinâmicas à cocriação de valor; o Axioma 3 - *All economies and social actors are resource integrators* – estabelece o conceito composto de integração de recursos como a base que confere orientação ao ecossistema em rede; o Axioma 4 - *Value is always uniquely and phenomenologically determined by the beneficiary* - incorpora a experiência fenomenológica e holística como a premissa nuclear da esfera da criação de valor, consagrando o conceito hodierno de emergência enquanto elemento imprevisível e impermanente que gera valor; e o Axioma 5 – *Value cocreation is coordinated through actor-generated institutions and institutional arrangements* - confere legitimidade às estruturas emergentes - normas, regras, etc - enquanto substratos que regulam e orientam os integradores de recursos na prossecução da cocriação de valor. Ao axioma 5, aqueles autores reforçam a ideia sublinhando que as instituições decorrem das interações entre atores, as quais são irreduzíveis, e emergentes. E que a emergência é uma componente que inevitavelmente está presente nos ecossistemas de serviço conferindo-lhes auto-organização e auto-ajustamento e auto-sustentabilidade.

Os ecossistemas de serviço são sistemas de serviço que interagem entre si (Kuppelwieser & Finsterwalder, 2016). São entidades abertas, ajustáveis, adaptativas e evolutivas que estão interligadas e interconectadas com outros sistemas através de processos dinâmicos geradores de valor (Goda & Kijima, 2015). A sua viabilidade, enquanto sistema aberto, é determinada pela ampliação do contexto social e da inovação, conceito de valor muito caro ao paradigma SDL.

Vargo, Wieland & Akaka (2015, p.8)³⁶ definem inovação como uma cocriação ou recombinação de práticas colaborativas que fornecem soluções ímpares para a resolução

³⁶ “Innovation can be broadly conceptualized as the co-creation or collaborative recombination of practices that provide novel solutions for new or existing problems (...)”. “A inovação pode ser amplamente conceptualizada como a cocriação ou recombinação colaborativa de práticas que fornecem soluções novas para problemas novos ou existentes (...)”. (Vargo, Wieland & Akaka, 2015, p.8).

de problemas novos ou existentes. A inovação, enquanto fenómeno emergente, existe em função do uso ou aplicação de recursos disponíveis num contexto espaço e tempo. A inovação assume a sua entidade ontognoseológica e epistemológica nas atividades, nos processos, nas práticas, e nesse sentido, encontra-se sempre presente e em evolução, não sendo, logicamente, um processo linear. A inovação não assume o estatismo. O próprio conceito de inovação é, portanto, oposto ao de inércia.

O conceito de inovação tem uma narrativa dinâmica consentânea com a própria evolução da história da humanidade. Nessa medida, e de acordo com Granstrand & Holgersson (2020), a inovação é um conceito repleto de tensões e paradoxos cuja significação e valor foram sendo alterados ao longo dos tempos. Hoje em dia, é um conceito chapéu (*umbrella*) que serve de panaceia a todos os problemas socioeconómicos (Godin, 2015), cujo foco incide sobre atores, atividades, recursos, artefactos, comportamentos, trocas, relações e arranjos institucionais³⁷. A centralidade no ser humano (ator) e nas suas capacidades de criação, criatividade e inovação de novos produtos e serviço(s), como soluções transformadoras, logo inovadoras (KoskelaHuotari, *et al*, 2021) é o foco a eleger, nunca descurando os atores sociais que ampliam e enriquecem o contexto da inovação. Num ecossistema de serviço, os atores³⁸ podem estar direta ou indiretamente envolvidos, quer na integração de recursos quer na cocriação de valor (Helkkula & Arnould, 2022). Tal desiderato dilata e fundamenta toda a arena dinâmica da inovação, em torno de todo o processo que envolve a cocriação de valor e a criatividade, tornando-a elusiva, idiossincrática, distintiva, complexa e emergente.

Em 2016, Vargo e Lusch (p.7)³⁹, apresentam uma figura que ilustra os elementos constituintes do processo de cocriação de valor num ecossistema de serviço. Todos estes elementos, a saber, os atores, a integração de recursos, a troca de serviço, as instituições

³⁷ Arranjos institucionais na perspetiva do S-DL.

³⁸ No paradigma S-DL os atores podem ser governos, decisores políticos, produtores, consumidores, clientes, instituições.

³⁹ Este modelo foi explicado e atualizado por Ng & Vargo (2018, p. 518-519) “This integrated framework, in turn, provides a narrative of value cocreation occurring through actors’ integration of resources and exchange of service, enabled and constrained by endogenously generated, shared institutions (social norms, rules, symbols and other normative and heuristic guidelines) establishing dynamic, nested and overlapping service ecosystems, which provide the context for further value cocreation”. Este modelo integrado, fornece uma narrativa da cocriação de valor que ocorre através da integração de recursos e da troca de serviços pelos atores, possibilitada e condicionada por instituições partilhadas geradas endogenamente (normas sociais, regras, símbolos e outras orientações normativas e heurísticas) que estabelecem ecossistemas de serviços dinâmicos, aninhados e sobrepostos, que fornecem o contexto para uma maior cocriação de valor.” [trad. nossa].

e arranjos institucionais, o próprio conceito de serviço ecossistêmico, configuram todo um sistema iterativo que legitima a teoria que funda o seu foco na cocriação do valor e na evolução dialética do conceito emergente, sendo encarado como o elemento que aciona as re(i)novações e modernizações do serviço público.



Vargo & Lusch, 2016, p.7.

Este modelo metateórico, assim designado por Ng & Vargo (2018), reforça a interligação das valências nucleares que fundamentam o ecossistema de serviço e a regeneração da cocriação de valor, e que repousam sobre i) os papéis e as capacidades dinâmicas dos atores (recursos operantes) nas suas múltiplas conexões de agregação micro, meso e macro; ii) a ativa integração de recursos também caracterizada como dinâmica; iii) a coordenação do serviço de troca; iv) os arranjos institucionais e sua relevante função ao nível da cultura, estrutura, processos, comunicação, práticas, legislação e crenças e que sustentam o território de recocriação de valor induzindo a uma mudança e transformação institucional. Os arranjos institucionais são encarados, no paradigma no S-DL, como centrais no processo de inovação, e as práticas sociais, assumem-se como os ingredientes das fontes de inovação (Vargo *et al*, 2015). Este modelo epistêmico coconstrutivo apresentado por Vargo e Lusch (2016) e reforçado por Ng e Vargo (2018), é uma ferramenta poderosa que permite ler, perceber e atuar ciclicamente sobre o real, reajustando, reaproximando, re(i)novando olhares estratégico-prospectivos. Daí a sua relevância na contemporaneidade. Os modelos não são cercas (vedações) delimitadas. São instrumentos que permitem acercar-se do objeto de estudo com acuidade, estruturar de forma expansiva a representatividade do conhecimento para dele extrair, com clareza e sagacidade, as inferências propositivas, tornando o quadro

referencial uma estrutura sistémica robusta, imersa de autenticidade. E isso permite gerar confiança e auto-sustentabilidade ao próprio sistema. Há, portanto, cinco (5) grandes pilares que sustentam o edifício metateórico do S-DL, a saber: i) o(s) ator(es), ii) o serviço ecossistémico, iii) o valor, iv) os mecanismos institucionais e v) a emergência.

Não há uma equação predefinida que tudo explica. O modelo representa os elementos fundamentais que melhor ilustram e representam a realidade, composta e em rede, não descurando a multiplicidade de interconectividades subjacentes ao arquétipo. A rotatividade cíclica espelha a ampliação do conhecimento holístico, em permanente evolução, permitindo ajustamentos e adaptações necessárias face à volatilidade dos acontecimentos. Este modelo adapta-se a diferentes cenários socioeconómicos e busca respostas viáveis – sempre abertas - face aos ambientes de incerteza, volatilidade, complexidade e ambiguidade⁴⁰. Isto pressupõe uma mudança de mentalidade, uma mudança na cultura organizacional e no modo como se gera e como se lidera a organização e serviço.

Liderar um serviço público sob a égide do paradigma S-DL pressupõe um posicionamento positivo e construtivo, com visão prospetiva e antecipadora, num contexto emergente, requerendo uma visão, simultaneamente, integrada e inclusiva. Liderar é a chave que sustenta qualquer organização-serviço, conectada e em rede, e que assume a coopetição como vetor principal e diferenciador dos demais contextos-sistemas. Liderar, em contextos VUCA, é um desafio que pressupõe uma atitude adaptativa e proficiente, ágil e versátil, mobilizadora de equipas colaborativas alinhadas à estratégia organizacional, também ela adaptativa e coconstrutiva, com ganhos para todos os atores e clientes envolvidos. Saber liderar em contexto de mudança é um ativador que gera novos contextos, desafios, motivação e confiança⁴¹ e num contexto onde o(s) serviço(s) est(á)ão imerso(s) pressupõe uma enorme capacidade flexível e uma habilidade perseverante e mobilizadora para manter uma mente aberta que permita instaurar os apelos e desafios à emersão de territórios inovacionais.

O Serviço Público, enquanto ecossistema, pressupõe uma configuração complexa de constelações. Cada sistema interage com outros sistemas, - a incorporação dinâmica de recursos, pessoas, tecnologia e informação-, em redes adaptativas auto-sustentáveis. O

⁴⁰ Comumente designado por VUCA este acrónimo designa: Volatility (V), Uncertainty (U), Complexity (C) y Ambiguity (A).

⁴¹ A motivação e a confiança são indutores das práticas inovacionais.

serviço é uma estrutura social funcional, uma arquitetura em rede, constituído por entidades interdependentes que visam assegurar a coopetição e a inovação, num fluxo que determina a viabilidade, a eficiência, a eficácia e a economia. O sucesso reside nesta organicidade sistémicoexistencial, inter e intra relacional, onde emerge o co-envolvimento, a co-aprendizagem, a coreadaptação, a co-evolução, e co-transformação, validado e valorizado por pessoas, atores, clientes que determinam em rede a cocriação de valor (Carvalho, 2016) e a inovação. A cocriação, nas palavras Russo-Spena e Mele (2012) é um processo de “co-s”⁴² cuja variabilidade determina uma multiplicidade de perspetivas, de experiências, de práticas originando uma pluralidade de soluções inovadoras. O valor reside no modo como cada ator integra os recursos (*operant* e *operand*), num sistema aberto, iterativo e processual. Cada ator age de acordo com as regras e normas sociais (*institutions*). Como as estruturas sociais são contextuais e contingenciais, a multiplicidade de soluções é extensa e o território da criação de valor, um campo fértil para se re(i)novar.

De acordo com Lusch e Vargo (2014, p.17), a organização tem como propósito “*to serve itself by serving others*”⁴³ e isso é realizado através da integração de recursos internos e recursos disponíveis para que possam gerar novos recursos os quais são reconvocados para benefício de outras entidades (individuais, famílias, empresas, organizações). Nesta espiral de realizações mútuas, os recursos disponíveis estão sempre a mudar abrindo o leque de oportunidades inovadoras e transformadoras do serviço (idem)⁴⁴. As transformações são viáveis pela expansividade e porosidade do próprio ecossistema que gera os alicerces ideais para a instauração da inovação e da emergência. Pelo exposto falar de ecossistema de serviço é falar de um serviço transformacional. A inovação surge, inevitavelmente, associada ao serviço ecossistémico.

⁴² “Co-creation as a process of ‘Co-s’” (Russo-Spena & Mele, 2012, p. 530).

⁴³ “(...) servir-se a si próprio servindo os outros” (Lusch & Vargo, 2014, p.17).

⁴⁴ “This is done by integrating internal resources and the resources it has available to it through various public and market sources to create new resources that it can apply for the benefit of others enterprises (individuals, family, firms, etc). Since the resources available to both the serving and the beneficial actors are continually changing, so too are service opportunities” (Idem, Lusch & Vargo, 2014, p.17).

O VALOR DO SERVIÇO PÚBLICO, EM REDE

“Sendo a prestação dos serviços uma incumbência do Estado estabelecida por lei, e tendo o Estado trilhado um conjunto de transformações ao longo dos últimos séculos, tal implicou uma alteração no paradigma da prestação dos serviços públicos.” Correia, Mendes, Dias & Pereira (2020, p. 45).

Há uma necessidade premente em expandir o conhecimento sobre o modo como emerge a cocriação de valor em organizações de serviço público⁴⁵. Os acadêmicos têm procurado investigar e expor novas abordagens que configurem olhares diversificados sobre a gestão do serviço público tornando-o mais impactante nas sociedades contemporâneas. A sua multidimensionalidade determina a sua complexidade. Decorrentes dos modelos de governança, os serviços públicos são uma incumbência do Estado e existem para servir o(s) cidadão(s)|ator/(es). O Estado surge como regulador e posiciona-se, atualmente, num novo contexto de governança colaborativa⁴⁶. Há um território fértil para se apostar na mudança de paradigma de Serviço.

Servir é um verbo operatório (ação) cuja função é ajudar o outro, contribuindo para o seu bemestar procurando responder, de forma proficiente e eficaz, à volatilidade evolutiva das sociedades, expressão utilizada por Correia *et al* (2020), apresentando-se, desse modo, mais próximo dos cidadãos, mais ágil, mais comunicativo-participativo, mais humanista, mais aberto (*open system*). *“In representative democracies, public organisations are componentes of societies’ political organisations (...) in representative democracies, the main aim of public service organisations is to create public value (i.e., collective value that benefits society overall)”*⁴⁷ (Sønderskov & Rønning, 2021, p. 75). Sob este prisma, a cocriação é vista como um modo de governança (Torfing *et al*, 2021, p.25).

⁴⁵ “Researchers have made efforts to combine service management theory with public administration theory to develop an enhanced model of public service logic and help the public sector to develop services through cocreation with service users” (Doring & Carty, 2021, p.59). “The concept of co-creation is of increasing interest to academics, policymakers, and practitioners alike. It has been applied in two streams of developing literature on public innovation and collaborative governance, and on value creation and the PSL.” (Rubalcaba *et al*, 2022, p.42).

⁴⁶ Veja-se o caso dos orçamentos participativos.

⁴⁷ “Nas democracias representativas, as organizações públicas são componentes das organizações políticas das sociedades (...) nas democracias representativas, o principal objetivo das organizações de serviço público é criar valor público (ou seja, valor coletivo que beneficia a sociedade em geral).” (Sønderskov & Rønning, 2021, p. 75).

Mas o que se entende por valor público? De acordo com a interpretação de Chen, Walker & Sawhney (2020, p.1677) “*Public value is the desirable outcome relating to the quality of individual and collective life for citizens shaped by the normative consensus of society, policies, and governance*”⁴⁸. Imerso num ecossistema de interações plurais, o valor público assenta na rede colaborativa de atores (tais como cidadãos, atores, sociedade civil, parceiros públicos, e privados, utilizadores do serviço e membros internos – trabalhadores) que prestam serviço público a fim de obter benefícios mútuos. Para Haug e Mergel (2021) e Scupola e Mergel (2021), o valor público assenta nas interações e pode assumir dois significados: i) como uma forma de captar os efeitos diretos e indiretos das interações entre a organização pública e o contexto envolvente; ii) o valor individual que decorre de orientações normativas tais como a prestação de contas, a responsabilidade e o comportamento ético dos trabalhadores públicos. Estes autores categorizam quatro tipos de valor público⁴⁹, a saber, i) o administrativo – que se centra na melhoria dos processos; ii) o cívico|democrático – que otimiza as relações entre as organizações públicas e os cidadãos|atores; iii) o societal – que melhora a transparência, a prestação de contas e a responsabilidade em prol da sociedade em geral;⁵⁰ e, iv) o económico - que torna as organizações mais proficientes e eficazes, reduzindo os custos.

Um serviço público é um serviço de interações que se apoia em proposições de valor facilitadoras de cocriação de valor, promotoras de contextos inovacionais, emergentes, e que, por sua vez, se caracteriza pela aspiração ao ato da criação “*the service and reflect the value it aspires to create*”⁵¹ (Strokosch & Osborne, 2020b, p. 431). O valor, num serviço público, é uma aspiração, uma inspiração, uma volatilidade, uma emergência, um estado, que anseia por realização ou efetivação no sentido do bem-estar individual e societal. Os serviços públicos são encarados como processos evolutivos que não se esgotam num único ato e que assumem valor através da integração de recursos,

⁴⁸ “O valor público é o resultado desejável relacionado com a qualidade de vida individual e colectiva dos cidadãos, moldado pelo consenso normativo da sociedade, das políticas e da governação ” (trad. nossa)

⁴⁹ (Haug & Mergel, 2021) *From the public value literature (Fuglsang et al. 2021), four types of public value can be distinguished: (1) administrative values that focus on the improvement of administrative processes (Tönurist et al. 2017), (2) citizen values that aim to improve the relationships between public administrations and citizens (Bergvall-Kåreborn and Ståhlbröst 2009), (3) societal values that improve transparency, accountability and responsibility for the sake of the larger society (Dekker et al. 2019; Evans et al. 2015; Følstad 2008), and (4) economic values that improve how public administrations deliver services, save costs, and generally become more efficient and effective”.*

⁵⁰ Os valores societais correspondem às ações estratégicas com elevado teor de transparência, responsabilidade e de natureza transformacional.

⁵¹ “define o serviço e refletem o valor que este aspira a criar”. (Strokosch & Osborne, 2020b, p. 431) [trad. nossa].

quando usados pelo beneficiário. Pela sua natureza, os atores (incluindo cidadãos, organizações, empresas, decisores políticos) usam recursos, num determinado contexto ecossistémico, e interagem entre si, num processo inter e intra relacional, fazendo emergir, num movimento dialético, a cocriação de valor, “*citizen participation leads to public value because the decision-making process becomes more open and inclusive*”⁵²(Haug & Mergel, 2021, p.78).

A cocriação num serviço público surge, desse modo, como um constructo inclusivo, colaborativo e evolutivo que gera impacto na economia e na sociedade em geral e no indivíduo em particular. As organizações públicas, enquanto sistemas sociais promotoras de boas práticas, necessitam de conceber mecanismos que facilitem a integração de recursos de forma a poderem apresentar novas propostas (inovação) para emersão de momentos de cocriação de valor. Esse é o território das interações, “*(...) interactive and dynamic relationships between users and service providers*”⁵³, nas palavras de Sønderskov & Rønning (p.64). Agilidade (celeridade) e proficiência são as dimensões que nutrem as diferentes geografias temáticas que o serviço público agrega. Para o efeito, é essencial que haja um profundo conhecimento quer das práticas experienciais envolvidas em contexto social, quer dos esquemas institucionais, quer ainda dos atores envolvidos e das suas necessidades “*to understand the key drivers of value cocreation in service ecosystems, it is necessary to understand how and why service beneficiaries (e.g., customers) integrate resources to cocreate for themselves (and for others)*”⁵⁴ (Vargo & Akaka, 2012, p. 211). No paradigma S-DL as organizações agem como cimento unificador e congregador, facilitando a integração de recursos e o intercâmbio de serviço por serviço numa espiral contínua “*(...) glue that holds service ecosystems together by facilitating resource integration and service exchange*” (Vargo, 2018, p.724)⁵⁵.

⁵² “*a participação dos cidadãos gera valor público porque o processo de tomada de decisões se torna mais aberto e inclusivo*”(Haug & Mergel, 2021, p.78). [trad. nossa]

⁵³ “*(...) relações interativas e dinâmicas entre os utilizadores e o serviço fornecedor*”(Sønderskov & Rønning,

⁵⁴ “*para compreender os principais fatores de cocriação de valor nos ecossistemas de serviços, é necessário compreender como e porquê os beneficiários dos serviços (por exemplo, os clientes) integram recursos para cocriarem para si próprios (e para os outros)*” (Vargo & Akaka, 2012, p. 211). [trad. nossa].

⁵⁵ “*(...) cimento que mantém unidos os ecossistemas de serviços*” (Vargo, 2018, p.724) [trad. nossa] ⁵⁴

O serviço público não escolhe os seus mercados.

⁵⁵ “*(...) cimento que mantém unidos os ecossistemas de serviços*” (Vargo, 2018, p.724) [trad. nossa]

Com os avanços económicos sociais e tecnológicos intensificou-se a necessidade de transformar a cultura de serviço público orientado para os cidadãos|atores, tornando a esfera de ação da Administração pública, simultaneamente mais ampla e mais complexa, escrutinada quanto à eficácia da boa gestão pública e da boa governança. As novas exigências económicas, políticas e sociais das sociedades modernas assim como os seus valores e cultura, têm promovido uma transformação de mentalidades que não se compadece com a forma burocrática como as organizações públicas anteriormente se situavam. A Administração Pública é impelida a responder aos novos desafios e exigências societais, incorporando sistemas de interconectividades, complementaridades, parcerias e protocolos na sua esfera de ação para servir todos os cidadãos|atores. Estes passam a assumir um papel mais ativo, tão interveniente quanto exigente, transformando as atividades e procedimentos no sentido de uma melhoria contínua, sob a égide da qualidade da prestação dos serviços, das suas interações bem como da prestação de contas (*accountability*) e transparência. O serviço público desempenha um papel central na criação de valor público ao fornecer valor coletivo que beneficia os cidadãos e à sociedade em geral (Sønderskov & Rønning, 2021). Sob a lógica do servir com o foco nos cidadãos, com território multivariado e de cariz multidimensional⁵⁶, o serviço público tem por missão gerar|promover valor público colaborativamente, interagindo sob a égide de normas e normativos (*arrangements*) para nortear uma prestação distributiva igualitária.

Sob este prisma o papel do serviço público visa gerar condições e propostas de valor, através de uma miríade de interdependências, capacitadas pelas redes colaborativas, com e para os cidadãos|atores, criando condições para que estes, através dos seus conhecimentos, competências e experiências, transformem as ofertas em evidências reais, indo ao encontro da sua satisfação, expectativas, ampliando o seu bem-estar. Nesta esfera de ação, papel interventivo do cidadão |ator apresenta-se determinante.

Mas como podem as organizações de serviço público definir o valor público? O valor público depende do contexto num dado tempo político; o valor público é alusivo, idiossincrático, é evolutivo e é consentâneo com a dinâmica experiencial que se vivencia. Assente num presente contínuo, o valor público que se assume como holístico-sistémico vai variando de acordo com as diferentes constelações políticas, num palco de interesses decisórios variados (Sønderskov & Rønning, 2021). O valor é um fenómeno experiencial, interativo, emergente. (Vargo *et al*, 2023). Existe uma densificação de normativos que

⁵⁶ O serviço público não escolhe os seus mercados.

alicerçam a realização dos processos e que o serviço deve relevar para gerir as expectativas de atores sociais e alinhar-se com as decisões das autoridades políticas. Isso torna o sistema pesado, complexo e com pouca margem de manobra para inovar. Os serviços públicos não escolhem os seus mercados ou clientes, devendo responder a todas as solicitações, com transparência, imparcialidade e eficácia. Ou seja, a sua ambição reside na fluidez dos processos, na desburocratização, modernização, e na confluência de diferentes interesses individuais e coletivos.

No diploma que fundamenta a atuação da Agência da Modernização Administrativa (AMA), no que tange aos serviços públicos, existe um conjunto de medidas de aperfeiçoamento e qualificação que vincula um conjunto de orientações no sentido da promoção de atitudes, comportamentos e ações e que vão encontro da gestão de proximidade, da desmaterialização, das transferências de novas missões para a administração local (descentralização) no sentido da concretização dos princípios subjacentes à nova filosofia que a, presentemente, a Administração Pública abraça. Segundo Osborne e Strokosch (2022, p.121) “(...) *is essential to the development of resilient and sustainable public services for the future and that this orientation needs to privilege creating value in the lives of public service users rather than internal organisational efficiency in isolation from such value*”⁵⁷. É importante criar espaços resilientes e sustentáveis de agregação de valor económico-social, em contexto emergente e potencialmente inovacional. Como a emergência está, nas palavras de Vargo *et al* (2023) sempre ativa e é imprevisível, é preciso promover a inovação e gerar laboratórios criativos.

O SISTEMA EM REDE DO BALCÃO ÚNICO E ESPAÇO CIDADÃO: O PRIMADO DE UM BANCO DE OPORTUNIDADES DE VALOR

A noção de balcão único é uma designação agregadora e potenciadora de valor. É uma inovação no serviço público. Mas a sua natureza diferencia-se da inovação no setor privado. Enquanto para este a inovação é um fator de crescimento e diferenciação, para o setor público e, nas palavras de Torfing *et al* (2021), pode ser um oxímoro⁵⁸. Contudo,

⁵⁷ “ (...) *é essencial para o desenvolvimento de serviços públicos serem resilientes e sustentáveis para o futuro e que esta orientação deverá privilegiar a criação de valor na vida dos utilizadores dos serviços públicos e não a eficiência organizacional interna isolada desse valor*” (Osborne e Strokosch, 2021, p.121).

⁵⁸ “While innovation in the private sector is considered a key driver of growth and prosperity, public innovation has been regarded as an oxymoron due to bureaucratic red tape, centralised control, and the lack of competition and entrepreneurship”. (Torfing *et al* 2021, p.21)

convém salvaguardar a sua arena enquanto *locus* aglutinador de ideias, que estimula a aprendizagem, promove a partilha de recursos e conhecimentos e boas práticas, alargando o espaço de soluções, e devolvendo valor para todos. O balcão único é um serviço que opera em rede, dando primazia à proximidade com o cidadão|cliente|ator. Tem como objetivo nuclear servir de forma célere, proficiente e com qualidade, transformando interações. Agilização e simplificação são as palavras-chaves que dão sentido à criação de pontos agregadores, facilitadores e difusores. A filosofia de base reside na integração, no envolvimento, na colaboração para melhor apresentação de propostas de valor, que possam ir ao encontro das necessidades das pessoas, fazendo apelo às parcerias (públicas e privadas) para otimizar diligências diversas. Pode ter uma natureza presencial ou virtual.

O balcão único valoriza o *touch point* e procura, através de múltiplas interações e comunicações, destacar a proximidade como um eixo agregador e de envolvimento com o cidadão para melhor o escutar, o servir e estabelecer pontes resolutivas para situações ou problemas de natureza específica. Neste sentido, um balcão único é um *touch point* que prioriza

“momentos de verdade”⁵⁹. A designação “momento de verdade” surge como parte constituinte e integrante da experiência do cidadão|cliente|ator (integrador de recursos)⁶⁰ que “usa” o serviço num espaço e num tempo únicos e que podem não esgotar a natureza do próprio serviço. Nessa medida, estabelece uma dinâmica i(n)terativa. Associado a experiências emergentes, estes momentos podem ser decifradores da máxima necessidade humana e, nesse sentido, consideram-se agregadores e ilustradores de valor. Assim, estes momentos são designados, igualmente, como instantes críticos que desencadeiam impactos, positivos ou negativos, na opinião daquele que usa a troca de serviço num determinado contexto. Como é o cidadão|cliente|ator| que determina o valor, é relevante que as interações sejam de qualidade e possam gerar reações positivas, reforçando a imagem do balcão, dos seus trabalhadores especializados, preenchendo níveis gradativos de satisfação para todos os atores envolvidos. O balcão é uma constelação agregada que

A inovação pública é um domínio de investigação relativamente novo. Enquanto a inovação no sector privado é considerada um fator-chave de crescimento e prosperidade, a inovação pública tem sido considerada um oximoro devido à burocracia, ao controlo centralizado e à falta de concorrência e de empreendedorismo (trad. nossa).

⁵⁹ *Moments of Truth* é uma designação associada ao seu autor, Jan Carlzon (1978) tendo sido recuperada para a gestão por Richard Normann e Jan Carlzon.

⁶⁰ “This is because as actors enact practices to integrate resources, they interact with other actors and contribute to value cocreation processes.” (Vargo & Akaka, 2012, p.211)

faz irradiar efeitos energéticos (*Top of mind*). É o azimute que orienta a viagem ao porto central de abastecimento. O balcão único é um *service system* (nível meso), integrado numa comunidade autárquica (nível macro), com uma cultura, regras, normas e instituições específicas (*institutional arrangements*), onde os diferentes atores (nível micro) dessa comunidade, e que usam esse sistema de serviço (meso), podem gerir e gerar encontros e interações inter e intra conectivos com os vários estratos macro, meso e micro, no eixo de inovação e cocriação de valor⁶¹. Esses encontros ou pontes|pontos de contacto podem ocorrer física ou virtualmente, podem ser visíveis e invisíveis, fazendo apelo à integração de recursos (operantes e operados), durante as práticas quotidianas experienciais (*daily life*), abrindo um vasto campo de oportunidades através do recurso à transformação digital.

A singularidade do espaço representa uma multidisciplinaridade de valências geradas na ótica do cidadão|cliente|ator. Os trabalhadores da Administração Pública que exercem funções para servir o cidadão|cliente|ator são considerados recursos operantes conforme o paradigma do *Service Dominant Logic*. Eles detêm conhecimentos e competências especializadas para servir (Kuppelwieser & Finsterwalde, 2016) os cidadãos - recursos operantes-, e apresentar propostas de valor que permitem construir soluções viáveis com impacto sistémico-colaborativo ao *service ecosystem*.

O balcão único segue as orientações da Agenda 2030 e dos objetivos sustentáveis (ODS) a ela associados. Nesta esteira de pensamento, o balcão único e o balcão do cidadão- serviço público - constituem-se sistemas expansivos que configuram viabilidade e auto-sustentabilidade económico-social e um elevado nível de retorno de investimento para as populações residentes, estando, desse modo, salvaguardados os valores democráticos presentes nas sociedades modernas.

O serviço público, numa abordagem holística e ecossistémica, assenta em pilares estruturantes que concorrem para a estruturação dos valores democráticos da sociedade em geral. Com o foco na satisfação e bem-estar do cidadão|ator, e na fluidez das suas vivências e experiências do uso em contexto, norteado para gerar valor na esfera social, o serviço público assume a sua relevância contemporânea ao desenvolver um conjunto de

⁶¹ Segundo Osborne (2021, p.4) existem 4 níveis de atuação relacional: o macro, o meso, o micro e ainda o submicro constituído por valores e crenças dos atores individuais. “These are the macro-level of societal beliefs, norms and values, the meso-level of organisational actors, networks, processes, and norms, the micro-level of the individual actors (public service users, staff, and other stakeholders), and the sub-micro-level of the values and beliefs of these individual actors”.

mecanismos que permitam instaurar e desenvolver a cultura de participação e de aprendizagem contínuas, de envolvimento e proximidade. A abertura ecossistémica, viável e sustentável, a cultura cívica, a confiança, o respeito e o sentido de responsabilidade (Dixon *et al*, 2021; Strokosch & Osborne, 2020a), surgem como elementos constituintes que, holisticamente, nutrem o sistema dinâmicoevolutivo de um serviço público, representado pela configuração de um ponto aglutinador de soluções sociais.

No âmbito da Modernização Administrativa e da Inovação Digital, o balcão único e o espaço do cidadão surgem como uma medida de alcance estratégico-democrático pelo retorno que devolve a quem usa o serviço (*open public service*), assente em interações e colaborações ativas de criação de valor (valor-em-troca, valor-em-contexto, valor-em-uso e valor-em-cultural contexto e valor-experiencial)⁶². Esta é, de acordo com Dixon *et al* (2021, p.1), uma ferramenta de governança: “*Co-creation tools and methods provide a structured manner for involving users, thereby maximising the probability of satisfaction, buy-in and adoption. As such, cocreation is not a digital tool; it is a governance tool.*”⁶³ Valoriza-se um serviço personalizado (de proximidade, de inclusão) e profissional (desburocratização, transparência, proficiência e qualidade), assente em interações, capaz de responder proactivamente, visando a prossecução do interesse público, intensificando o propósito colaborativo, na esteira da cocriação de valor com benefício mútuo. Mas nem sempre a cocriação pode ditar o sucesso da organização pública. A fronteira transformacional é periclitante. Temos consciência que, no momento da troca, pode eclodir o fracasso ou a destruição, tornando o território da cocriação de valor instável, enquanto constructo, responsabilizando a governação. Agir com acuidade, antecipação e consolidação, no sentido da prossecução deste objetivo merece a observância e a aposta

⁶² A este propósito Strokosch e Osborne (2020, p.4) proferem o seguinte: “Osborne (2020) differentiates value into five dimensions to capture this complexity: personal well-being (short-term satisfaction and long-term impact); whole-life experiences (including the development of social capital, enabling individuals to become more independent); service outcomes (including social and economic needs); capacity creation (by organisations and the wider service system); and societal value (e.g. social inclusion).” “Osborne (2020) diferencia o valor em cinco dimensões para captar esta complexidade: bem-estar pessoal (satisfação a curto prazo e impacto a longo prazo); experiências de vida inteira (incluindo o desenvolvimento de capital social, permitindo que os indivíduos se tornem mais independentes); resultados dos serviços (incluindo necessidades sociais e económicas); criação de capacidades (por organizações e pelo sistema de serviços mais vasto); e valor societal (por exemplo, inclusão social). [trad. nossa].

⁶³ “As ferramentas e os métodos de cocriação proporcionam uma forma estruturada de envolver os utilizadores, maximizando assim a probabilidade de satisfação, adesão e adoção. Como tal, a cocriação não é uma ferramenta digital; é uma ferramenta de governação” [Dixon et al (2021, p.1)].

na formação dos seus trabalhadores e na cultura da organização, no sentido de envolver e incluir os cidadãos|atores nos processos. Existe o risco de a cocriação passar despercebida⁶⁴ na esfera pública e este risco pode ser fatal para o serviço público. Os espaços - contexto do serviço público são lugares de potenciação transformacional, regidos por normas, regras (*institutional arrangements*), as quais influenciam as práticas experienciais emergentes e sinérgicas, conferindo estabilidade estruturante, auto-organização, auto-ajustamento, conferindo-lhe um estatuto de maior confiabilidade. Os trabalhadores públicos destes lugares deverão assimilar os valores, os princípios, as normas que fundamentam a sua esfera de ação norteando a sua exposta atuação.

De acordo com Vargo & Akaka (2012) e Vargo (2018) as práticas, as interações, as experiências também são influenciadas pelas estruturas que, por sua vez são suscetíveis de mudança. Tudo influencia o sistema e é influenciado por outros sistemas, num ciclo dinâmico interativo e evolutivo que as redes fazem emergir. Nesta ordem de ideias, a cocriação realiza-se através de um processo emergente, contínuo e iterativo (Dixon, 2021, p.14), e “*in collaborations and cocreation processes that involve many different actors, facilitating frequent connections and interactions between the participants is important to ensure information exchange, sharing of ideas and to enhance learning.*”⁶⁵

Numa palavra diríamos que o balcão único e o espaço cidadão são lugares multiplicadores e difusores de valor que congregam, num ponto único, uma multiplicidade de valências, ligadas em rede, através de uma confluência de constelações interativas e sistémicas que conferem, nos dias de hoje, proximidade, inclusão, legitimidade e auto-sustentabilidade. O balcão único e o espaço cidadão representam o locus congregador de valor, um espaço de fenómenos emergentes.

⁶⁴ A este propósito “co-creation is still in its infancy. And if it does not mature, it risks moving from obscurity to oblivion without a moment of clear impact. Maturity means that governments make a radical strategic choice to focus almost obsessively on the users – not only as final recipients of public services but also as players involved in the delivery, from business to government to civil society.” (Dixon et al, 2021,p.2). “A co-criação ainda está a dar os primeiros passos. E se não amadurecer, arrisca-se a passar da obscuridade ao esquecimento sem um momento de impacto claro. A maturidade significa que os governos fazem uma escolha estratégica radical para se concentrarem quase obsessivamente nos utilizadores - não apenas como destinatários finais dos serviços públicos, mas também como atores envolvidos na sua prestação, desde as empresas ao governo e à sociedade civil.” (Dixon et al, 2021, p.2).

⁶⁵ “Em colaborações e processos de cocriação que envolvem muitos atores diferentes, facilitar as ligações e interações frequentes entre os participantes é importante para assegurar a troca de informações, a partilha de ideias e a aprendizagem.” (Dixon, 2021, p.14).

CONCLUSÃO

O conceito de cocriação de valor, ainda recente na literatura de marketing de serviços, é um conceito relativamente abstrato, hoje muito em voga, com um enorme impacto em todas as áreas do conhecimento em geral e na administração pública em especial. Pela sua importância e impacto na sociedade, a cocriação de valor tem vindo a ser investigada sobre diferentes ângulos, desde o filosófico, passando pelo económico, o social, o axiológico, o psicológico e o estético.

Na abordagem do S-D Logic, o serviço é entendido como uma convergência aplicativa de recursos especializados (conhecimentos e competências) para benefício de outrem, sendo materializado em atividades, processos e desempenhos de valor cocriado. Nesta perspetiva, o valor não existe por si mesmo e é sempre cocriado com e pelo cliente através da ativação (uso) e integração de recursos num contexto social. Os cidadãos|atores atuam numa arena social, através de um jogo de interações e de redes conectivas, que determinam uma multiplicidade ou pluralidade de experiências e de soluções.

O valor é cocriado num contexto social onde se incluem, de forma mais alargada, os sistemas de serviço. As organizações públicas são sistemas sociais e são compostas por estruturas sociais que coexistem e interagem entre si de forma dinâmica e evolutiva. Estas são constituídas por esquemas sociais, baseados em valores incorporados na sociedade e que necessitam de conceber mecanismos de integração de recursos (resourceness⁶⁶) para propor novas realidades, novas inovações. Para tal, é crucial que se realizem diagnósticos credíveis que permitam aprofundar o conhecimento das práticas experienciais dos cidadãos|atores, desenvolvidas em contexto (social) e com base em esquemas sociais (*institutional arrangements*) que esclareçam o modo como a integração dos recursos é realizada, através do uso e de práticas dos clientes para cocriar valor. A cocriação é um fenómeno emergente, impermanente e imprevisível.

⁶⁶ Resourceness é uma expressão utilizada por Koskela-Huotari e Vargo (2016) para designar a transformação que se opera nos ecossistemas de serviço, através da emergência de novas instâncias que emergem do uso combinatório de recursos e das disposições institucionais. A adição de ambos promove a instauração de novos recursos, e, conseqüentemente, de novas inovações, deixando o sistema aberto (openness) ajustar-se ao território da imprevisibilidade.

A cocriação de valor não é complacente com formas arcaicas de atuação pública. Não se compadece com culturas organizacionais anquilosadas nem com atitudes retrógradas. A cocriação de valor vem, portanto, alavancar novas formas de estar, de pensar a coisa pública, novas culturas e modos de pensamento de interação com a realidade pública.

A cocriação de valor, sendo um constructo vital para o serviço público, está associado a práticas experienciais, a interações de natureza multidimensional e a sistemas fluidos intercomunicacionais com impacto ao nível do bem-estar dos cidadãos|atores. Estes são os atores fundamentais nas interações que desenvolvem alavancando múltiplas camadas, micro, meso e macro em articulação gradativo-evolutivas.

Ao nível da administração pública, no que concerne a prestação de um serviço público (balcão único e espaço do cidadão), a cocriação apresenta-se como expoente máximo da ilustração de sistemas fluidos, céleres, proficientes, eficazes e económicos, que funcionam em redes conectivas com outros sistemas e subsistemas, abrindo campo para a instauração da inovação enquanto ato criacionista e emergente. Ao despoletar a inovação, a natureza de um serviço público assume, nos dias de hoje, uma estrutura ecossistémica de vanguarda que decorre de inúmeros fatores, destacando-se o contributo do desenvolvimento tecnológico como um dos pilares que propicia a sua viabilidade e auto-sustentabilidade.

O balcão único e espaço do cidadão são estruturas estratégico-inovacionais, são manifestações de uma política pública, representam um modo emergente inovacional, e existem para otimizar processos e construir valor colaborativamente, numa lógica de proximidade, transparência, celeridade, proficiência, economia e bem-estar.

BIBLIOGRAFIA

Akaka, M., Schau, H., & Vargo, S. (2013). The co-creation of value-in-cultural-context. *Research in Consumer Behavior*, 15, 265-284.

<https://www.researchgate.net/publication/289640085>

Azkan, C., Meisel, L., Moller, F., & Otto, B. (2020). Service Dominant Logic Perspective on Data Ecosystems: A Case Study Based Morphology. *ECIS Proceedings*. https://www.researchgate.net/publication/341205004_Service_Dominant_Logic_Perspective_on_Data_Ecosystems

Badinelli, R., Barile, S., Ng, I., Polese, F., Saviano, M., & DiNauta, P. (2012). Viable service systems and decision-making in service management. *Journal of Service Management*, 23(4), 498-526. <http://dx.doi.org/10.1108/09564231211260396>

Bapat, D., & Hollebeek, L. (2023). Customer value, customer engagement, and customer-based brand equity in the context of a digital payment app. *Marketing Intelligence & Planning, Ahead-of-print*. <https://doi.org/10.1108/MIP-09-2022-0417>

Blaschke, M., Haki, K., Aier, S., & Winter, R. (2018). Value co-creation ontology: A service-dominant logic perspective. *Proceedings of Multikonferenz Wirtschaftsinformatik 2018*. <https://www.alexandria.unisg.ch/server/api/core/bitstreams/428517c2-80c1-4d58-a5b5-69393deee3ff/content>

Camilleri, J., & Neuhofer, B. (2017). Value co-creation and co-destruction in the Airbnb sharing economy. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 29(9), 2322-2340. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-09-2016-0492>

Carvalho, M. (2016). O serviço experiencial em bibliotecas universitárias [Tese de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/6165/1/phd_mmmcarvalho.pdf

Cavalcanti, H. (2023). Refinamento teórico do marketing a partir dos desdobramentos da service-dominant logic: o caso Braskem em Maceió-AL [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55193>

Chen, J., Walker, R., & Sawhney, M. (2020). Public service innovation: A typology. *Public Management Review*, 22(11), 1674-1695. <https://doi.org/10.1080/14719037.2019.1645874>

Correia, P., Mendes, I., Dias, I., & Pereira, S. (2020). A evolução do conceito de serviço público no contexto das mudanças de estado e concessões político-administrativas: uma visão aglutinadora. *Revista FAE*, 23(1), 45–64.

<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/660/516>

Dixon, J., Melloni, E., Echevarria, L., Osimo, D., Hellebø, L., Rykkja, K., Sørsdal, L., Triantafillou, A., & Vasilescu, C. (2021). Creating public value together: From research to action. *The Co-Creation Compass: From Research to Action*, 27, 1–23.

https://re.public.polimi.it/bitstream/11311/1231223/1/LISBON_COUNCIL_The-Co-Creation-Compass.pdf

Döring, C., & Carty, R. (2021). Impact of public service logic to improve serviceness in the public sector. *Journal of Positive School Psychology*, 5(3), 59–70. <https://spe-jpsp.com/wpcontent/uploads/2021-3-4.pdf>

Dorsch, M., Törnblom, K., & Kazemi, A. (2017). A review of resource theories and their implications for understanding consumer behavior. *Journal of the Association for Consumer Research*, 2(1), 5–25.

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/688860>

Echeverri, P., & Skålén, P. (2011). Co-creation and co-destruction: A practice-theory-based study of interactive value formation. *Marketing Theory*, 11(3), 351–373.

<https://doi.org/10.1177/1470593111408181>

Goda, K., & Kijima, K. (2015). Modeling service ecosystems innovation. *Journal of Business and Management Sciences*, 3(3), 85–91. <https://doi.org/10.12691/jbms-3-3-1>

Godin, B. (2015). *Innovation contested: The idea of innovation over the centuries*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315855608>

Granstrand, O., & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation*, 90–91, Article 102098.

<https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098>

Hansen, A., & Fuglsang, L. (2020). Living labs as an innovation tool for public value creation: Possibilities and pitfalls. *Innovation Journal*, 25(3), 1–21.

https://www.innovation.cc/scholarly-style/2020_25_3_4_hansen-fuglsang_public-value.pdf

Haug, N., & Mergel, I. (2021). Public value co-creation in living labs—Results from three case studies. *Administrative Sciences*, 11(3), 74–96.

<https://doi.org/10.3390/admsci11030074>

Helkkula, A., & Arnould, J. (2022). Using neo-animism to revisit actors for sustainable development goals (SDGs) in S-D logic. *Journal of Business Research*, 149, 860–868.

<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.01.011>

Huang, K.-H., Cervera, A., & Mas-Verdu, F. (2018). Innovation and service-dominant logic. *Service Business*, 12(3), 453–456. <https://doi.org/10.1007/s11628-018-0369-6>

Jaakkola, E., Aarikka-Stenroos, L., & Ritala, P. (2019). Institutionalization process of service innovation: Overcoming competing institutional logic in service ecosystems. In P. Maglio et al. (Eds.), *Handbook of Service Science, Volume 2* (pp. 497–516). Springer.

<https://doi.org/10.1007/978-3-319-98512-1>

Koskela-Huotari, K., & Vargo, S. (2016). Institutions as resource context. *Journal of Service Theory and Practice*, 26(2), 163–178. <https://doi.org/10.1108/JSTP-09-2014-0190>

Koskela-Huotari, K., Patrício, L., Zhang, J., Karpen, I., Sangiorgi, D., Anderson, L., & Bogicevic, V. (2021). Service system transformation through service design: Linking analytical dimensions and service design approaches. *Journal of Business Research*, 136, 343–355. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.07.017>

Koskela-Huotari, K., & Vargo, S. L. (2018). Why service-dominant logic? In R. F. Lusch & S. L. Vargo (Eds.), *The SAGE Handbook of Service-Dominant Logic* (pp. 40–57). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781526470355>

Kuppelwieser, V., & Finsterwalder, J. (2016). Transformative service research and service-dominant logic: Quo vadis? *Journal of Retailing and Consumer Services*, 28(1), 91–98. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2015.08.011>

Kurup, A., Freeman, B., Arora, C., & Sarkar, D. (2023). Learning for/towards sustainable development: Reimagining education and learning as a key vertical across the SDGs. Task Force 6, Accelerating SDGs: Exploring new pathways to the 2030 agenda. https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2023/07/T20_PolicyBrief_TF6_LearningForTowardsSDGs.pdf

Kuzgun, E., & Asugmab, G. (2015). Value in services: A service-dominant logic perspective. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 207, 242–251.

<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.10.144>

Laud, G., & Karpen, I. (2017). Value co-creation behaviour: Role of embeddedness and outcome considerations. *Journal of Service Theory and Practice*, 27(4), 778–807.

<https://doi.org/10.1108/JSTP-04-2016-0069>

Lusch, R., & Vargo, S. (2014). *Service-dominant logic: Premises, perspectives, possibilities*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139192472>

Mele, C., Colurcio, M., & Spena, T. (2011). Service-dominant logic as a framework for innovation within networks. *SSRN Electronic Journal*.

<https://doi.org/10.2139/ssrn.1934862>

Merz, M., Zarantonello, L., & Grappi, S. (2017). How valuable are your customers in the brand value co-creation process? The development of a Customer Co-Creation Value (CCCV) scale. *Journal of Business Research*.

<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.08.018>

Midgley, G., & Lindhult, E. (2021). A systems perspective on systemic innovation. *Systems Research and Behavioral Science*, 38(5), 635–670.

<https://doi.org/10.1002/sres.2819>

Ng, I., & Vargo, S. L. (2018). Service-dominant (S-D) logic, service ecosystems and institutions: Bridging theory and practice. *Journal of Service Management*, 29(4), 518–520. <https://doi.org/10.1108/JOSM-07-2018-2>

Ojasalo, J., & Ojasalo, K. (2018). Lean service innovation. *Service Science*, 10(1), 25–39. <https://doi.org/10.1287/serv.2017.0194>

Osborne, S., & Strokosch, K. (2022). Developing a strategic user orientation: A key element for the delivery of effective public services. *Global Public Policy and Governance*, 1, 121–135. <https://doi.org/10.1007/s43508-021-00008>

Osborne, S. (2021). Public service logic: A beginner’s guide. *University of Edinburgh Business School*. <https://www.business-school.ed.ac.uk/research/blog/public-service-logic-a-beginners-guide>

- Plé, L., & Cáceres, R. (2010). Not always co-creation: Introducing interactional co-destruction of value in service-dominant logic. *Journal of Services Marketing*, 24, 430–437. <https://doi.org/10.1108/08876041011072546>
- Plé, L. (2017). Why do we need research on value co-destruction? *Journal of Creating Value*, 3(1). <https://doi.org/10.1177/2394964317726451>
- Rubalcaba, L., Strokosch, K., Hansen, A., Røhnebæk, M., & Liefvooghe, C. (2022). Insights on value co-creation, living labs and innovation in the public sector. *Administrative Sciences*, 12, 42. <https://doi.org/10.3390/admsci12010042>
- Russo-Spena, T., & Mele, C. (2012). “Five Co-s” in innovating: A practice-based view. *Journal of Service Management*, 23(4), 527–553. <https://doi.org/10.1108/09564231211260404>
- Scupola, A., & Mergel, I. (2021). Value co-creation and digital service transformation: The case of Denmark. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3896269>
- Silva-Lacerda, J., Castro, M., & Veiga, R. (2018). Da lógica ao lucro: Uma reflexão sobre a aplicabilidade da lógica dominada por serviço ao ramo hoteleiro. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(2), 112–128. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i2.1357>
- Sønderskov, M., & Rønning, R. (2021). Administrative sciences. *Administrative Sciences*, 11(3), 64. <https://doi.org/10.3390/admsci11030064>
- Strokosch, K., & Osborne, S. (2020a). Debate: If citizen participation is so important, why has it not been achieved? *Public Money and Management*, 40(1), 8–10. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1654322>
- Strokosch, K., & Osborne, S. (2020b). Co-experience, co-production and co-governance: An ecosystem approach to the analysis of value creation. *Policy and Politics*, 48(3), 425–442. <https://doi.org/10.1332/030557320X15857337955214>
- Torring, J., Ferlie, E., Jukić, T., & Ongaro, E. (2021). A theoretical framework for studying the co-creation of innovative solutions and public value. *Policy & Politics*, 49(2), 189–209. <https://doi.org/10.1332/030557320X15857337955214>
- Trischler, J., Johnson, M., & Kristensson, P. (2020). A service ecosystem perspective on the diffusion of sustainability-oriented user innovations. *Journal of Business Research*, 116, 552–560. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.01.008>

Vargo, S. L., & Akaka, M. A. (2012). Value cocreation and service systems (re)formation: A service ecosystems view. *Service Science*, 4(3), 207–217. <https://doi.org/10.1287/serv.1120.0019>

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2004). Evolving to a new dominant logic. *Journal of Marketing*, 68(1), 1–17. <https://doi.org/10.1509/jmkg.68.1.1.24036>

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2006). Service-dominant logic: Reactions, reflections and refinements. *Marketing Theory*, 6(3), 281–288. <https://doi.org/10.1177/1470593106066781>

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2008). Service-dominant logic: Continuing the evolution. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 36(1), 1–10. <https://doi.org/10.1007/s11747-007-0069-6>

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2016). Institutions and axioms: An extension and update of service-dominant logic. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 44(1), 5–23. <https://doi.org/10.1007/s11747-015-0456-3>

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2017). Service-dominant logic 2025. *International Journal of Research in Marketing*, 34(1), 46–67. <https://doi.org/10.1016/j.ijresmar.2016.11.001>

Vargo, S. L. (2014). Insights on innovation from an institutional and ecosystem perspective. *RESER Conference*. <https://reser.net/wp-content/uploads/2014/09/Pr-Vargo-presentation-1.pdf>

Vargo, S. L. (2018). Service-dominant logic: Backward and forward. In R. F. Lusch & S. L. Vargo (Eds.), *The SAGE Handbook of Service-Dominant Logic* (pp. 720–739). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.4135/9781526470355>

Vargo, S. L., Peters, L., Kjellberg, H., Koskela-Huotari, K., Nenonen, S., Polese, F., Sarno, D., & Vaughan, C. (2023). Emergence in marketing: An institutional and ecosystem framework. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 51(1), 2–22. <https://doi.org/10.1007/s11747-022-00849-8>

Vargo, S. L., Koskela-Huotari, K., Baron, S., Edvardsson, B., Reynoso, J., & Colurcio, M. (2017). A systems perspective on markets – Toward a research agenda. *Journal of Business Research*, 79(C), 260–268. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.011>

Vargo, S. L., Wieland, H., & Akaka, M. A. (2015). Innovation institutionalization: A service ecosystems perspective. *Industrial Marketing Management*, 44, 63–72.

<https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2014.10.008>

Wibowo, A., Sumarwan, U., Suharjo, B., & Simanjuntak, M. (2021). 17 years of service-dominant logic: Vargo and Lusch's contributions. *Business: Theory and Practice*, 22(2), 482–492. <https://doi.org/10.3846/btp.2021.13050>



O MITO DO DILÚVIO: NAS OBRAS ATRAHAIS, GILGAMES E BÍBLIA

Guilhermina Costa, João Bartolomeu Rodrigues

| 60-72

MODERNISMO: “ORPHEU” E “PRESENÇA”

Ana Margarida Coutinho, Francisco Castro, Maria Helena Rodrigues

| 73-88

A FAMÍLIA O ESPELHO DA SOCIEDADE

Augusto Cacande Cotingo

| 89-100

A EDUCAÇÃO HUMANISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ERASMO DE ROTERDÃO E THOMAS MORE

Mário Santos

| 101-110

ILUMINISMO DE ROUSSEAU NO DESENVOLVIMENTO DA PEDAGOGIA MODERNA

Ramiro Correia

| 111-117

A EDUCAÇÃO BURGUESA EM PORTUGAL E ALEXANDRE HERCULANO

Alexandre Santos

| 118-130

O MITO DO DILÚVIO: NAS OBRAS ATRAHAIS, GILGAMES E BÍBLIA

THE MYTH OF THE FLOOD: in the Works Atrahais, Gilgames and the Bible

COSTA, Guilhermina⁶⁷; & RODRIGUES, João Bartolomeu⁶⁸

Resumo

Com o presente trabalho propomo-nos trazer parte das narrativas sobre a destruição do mundo através da água, transcritas durante o período pré-clássico provavelmente com base em lendas de tradição oral e discutir a existência de vários mitos sobre o Dilúvio ou a intertextualidade nas obras analisadas.

Abstract

With the present work we propose to present a part of the narratives about the destruction of the world by water, transcribed during the pre-classical period, probably based on legends of oral tradition, and to discuss the existence of different myths about the Flood or the intertextuality in the works analysed.

Palavras-chave: *Mito; Dilúvio; Atrahais; Gilgames; Bíblia.*

Key-words: *Myth; Flood; Atrahais; Gilgames; Bible.*

Data de submissão: setembro de 2023 | **Data de publicação:** dezembro 2023.

⁶⁷ GUILHERMINA COSTA – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PORTUGAL.
Email: 19guilherminacosta@gmail.com

⁶⁸ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PORTUGAL. Email: PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS

Com interesse para o tema em discussão faremos uma pequena incursão sobre o que foram as civilizações mesopotâmicas e a hebraica, apesar de sobre esta não se poder falar de uma civilização, mas antes de uma comunidade.

A Mesopotâmia

Mesopotâmia como civilização com cultura elevada e refinada. A Mesopotâmia integra o território a que se chama o crescente fértil que ligava a delta do rio Nilo com os deltas dos rios Tigres e Eufrates. A Mesopotâmia ocupava os territórios onde hoje são o Irão, a Síria, o Iraque e países do Golfo Pérsico. Mas fundamentalmente ocupava o território que hoje designamos de Iraque.

Nesta região desenvolveu-se uma civilização a que chamamos pré-clássica. A origem da escrita (cuneiforme), no quatro milénio antes de Cristo, é atribuída aos Sumérios, povo que habitou a região da Mesopotâmia. Drenaram pântanos, construíram cidades organizadas, criaram instrumentos musicais, escreveram poemas, tinham preocupações astrológicas, eram politeístas e teocratas. O rei era o vigário dos deuses. No centro das cidades-estado construíam o Zigurate uma torre de degraus semelhante às pirâmides, que era um templo, no período dos Assírios era também o palácio do rei.

Na Mesopotâmia a economia ditou a evolução da escrita fator de progresso revolucionário. As cidades-estados não têm fronteira geográficas, são cidades que têm em si uma tendência natural para estender os limites para além do que é seu e dominarem os arredores. São caracterizadas pela luta interna entre o poder temporal e o poder religioso e outro movimento para o exterior de caráter imperialista, o que justifica a existência de muralhas.

Estas cidades têm tendência para a turbulência, dureza, para a guerra, marcada por uma sucessão de impérios com um alastrar territorial, com o anseio de chegar ao Mediterrâneo. Foi Sargão rei dos Acádios (semitas do norte da Síria) que conseguiu uma unificação da região. Criou o primeiro império da região que ia da Síria ao Golfo Pérsico e até ao Mediterrâneo. É o rei que faz a guerra, mas sempre por motivos religiosos.

Os babilônios (ocupavam a região que hoje é o Iraque) dominaram a Mesopotâmia no período do governo do rei Hamurabi que conquistou as principais cidades e criou um império. É a Hamurabi que é atribuído o primeiro corpo legislativo. Criou um código que regia a vida das comunidades com 281 artigos, escritos em cuneiforme em tijolos de argila que se encontram no museu do Louvre em Paris. Após a sua morte o império desmoronou.

Foi um mundo caracterizado pela guerra. Na época suméria começou a haver recrutamento de homens, já no terceiro milênio a.C., para constituir um exército com cerca de 6600 homens. O primeiro exército organizado com profissionais da guerra foi o do rei Sargão. As guerras eram sempre atribuídas aos deuses, os reis eram eleitos ou escolhidos pelos deuses. Sargão seria filho de uma deusa, numa lenda com paralelo à de Moisés no Egito. No conceito mesopotâmico a guerra era sempre justa, santa porque era uma instituição do estado escolhido pelos deuses. A guerra continha um importante fator económico pelo espólio material e humano na medida em que os derrotados eram transformados em escravo e por isso mão de obra acessível.

Apesar da sucessão de sumérios, acádios e babilônias estamos em presença de uma grande civilização e não de uma justaposição de várias civilizações, pois houve assimilação das culturas (Tavares, 1978).

A Judeia

De acordo com o Antigo Testamento o primeiro líder hebreu foi Abraão, alguns elementos arqueológicos situam-no na Babilonia cerca de ano de 2000 a.C. (Silva, 2008, p. 7), Abraão terá sido um pastor que vivia na cidade de Ur e que foi para Canaã, atual Palestina, onde se fixou. São os doze filhos de Jacob neto de Abraão que vão criar as doze tribos de Israel. Esta comunidade prosperou e desenvolveu-se principalmente com os reis Saul, David e Salomão, ungidos por Deus governavam em seu nome. Muito pela localização do reino, na passagem entre a Mesopotâmia, o Mediterrâneo e o Egito, a atividade comercial dos hebreus desenvolveu-se. A Judeia ou Israel tinha como vizinhos os expansionistas e imperialista povos da Mesopotâmia, os hebreus foram conquistados e escravizados por diversas vezes. Uma delas pelo rei babilónio Nabucodonosor que manteve os hebreus no cativeiro e a Judeia sob administração da Babilonia.

Cosmogonia – mito da criação

Falaremos de mito da criação na acessão da origem do mundo narrado com o intuito de compreender a complexidade de fenómenos, acontecimentos e realidades humanas e mundanas que fogem ao controlo e ao conhecimento do ser humano ou transcendem a sua experiência sensível.

A mitologia, que nalguns dos seus aspectos não está muito afastada da teologia, também é um esforço continuado e, ao mesmo tempo, provisório de descobrir a «presença real», a «incondicionalidade», o «mistério» através – mas sobretudo para além – dos aparatos linguísticos (dogmáticos), axiológicos (éticos), representativo-cultuais (litúrgicos) e convencionais (sociais). (Duch, 1998, p. 41).

Os mitos da criação são antropológicos mesmo quando descrevem a criação de seres não humanos, porque as histórias são narradas no interesse da compreensão do sentido da vida humana.

O mito do dilúvio está intimamente ligado com a perceção que as comunidades pré-clássicas tinham sobre a criação da humanidade, isto é, com o mito da criação dessas civilizações antigas numa narrativa que nos leva do nada ao ser; da indeterminação ao sentido, descrevendo a géneses das coisas e o estabelecimento da ordem.

Nos poemas da Mesopotâmia

Cada cidade-estado tinha o seu deus principal e à volta dele criavam lendas e tradições. Em Nipur o deus criador era Endil e foi ele quem modelou com as próprias mãos o homem.

Na cidade de Eridu a explicação da criação era mais complexa: os deuses Igigi andavam irritados por terem de trabalhar para satisfazer os outros deuses e cuidarem da terra, então a deusa Manu mãe de Enki pediu ao filho para criar os homens para proverem as necessidades dos deuses. E assim decidiram matar um deus para que o seu sangue fosse misturado com o barro e criados os homens.

Trazemos aqui a versão proposta por René Labat, na tradução de parte do poema de Atrahasis:

Ea abriu a boca e disse aos deuses, seus irmãos: «De que podemos nós acusá-los? O trabalho deles é pesado, e longa a sua desventura; cada dia eles cavam a terra, grave é a sua lamentação. Mas há talvez um remédio para os seus males: Belet-ili, a Geradora está ali. Que ela crie um ser humano, o Homem, a fim de que suporte o jugo e liberte dele os deuses». Chamaram e interrogaram a deusa, a parteira dos deuses, a sábia Mami: «És tu, ó Geradora, que serás a criadora da humanidade, criando o ser humano, para que ele suporte o jugo da função imposta por Enlil, para que o homem assuma o duro trabalho do deus». Nintu abriu a boca e disse aos grandes deuses: «Não é a mim que pertence fazê-lo; essa função pertence a Enki (ou seja Ea), é ele que purifica todas as coisas: Que me dê a argila, a fim de que eu me ponha à obra». Ea abriu a boca e disse aos grandes deuses: «O primeiro, o sétimo e o décimo quinto dia do mês, eu prepararei como purificação um banho. Que alguém corte o pescoço a um deus e que os outros deuses, mergulhando-se lá, sejam purificados. Com a carne e o sangue deste deus, que Nintu misture a argila a fim de que deus mesmo e o homem se encontrem mergulhados em conjunto na argila; que, nos tempos futuros, nós ouçamos o tamburim, que saído desta carne de deus seja um «espírito»; como vivo, que ele revele o homem por este sinal, para que não se obrigue. Que seja um «espírito». Sim! Responderam na assembleia os grandes Anunnanki, que administram os destinos. No primeiro, no sétimo e no décimo quinto dia do mês, Ea preparou um banho como purificação. Na sua assembleia, os deuses degolaram então Wê-deus que tinha inteligência. Com a sua carne e o seu sangue, Nintu misturou a argila. Na sequência dos tempos, eles ouviram o tamburim. Saído da carne do deus ele teve um «espírito» (...) Depois que Nintu amassou essa argila, ela chamou os grandes deuses Anunnaki, os grandes deuses Igigi que cuspiram sobre a argila. Então Mami abriu a boca e disse aos grandes deuses: Vós encarregastes-me duma função: acabei-a. Vós degolastes um deus com a sua inteligência. Eu suprimi a vossa tarefa tão penosa, e o vosso trabalho foi ao homem que eu o impus. Vós transferistes as queixas para a humanidade: por vós eu desliguei o jugo, estabeleci a liberdade». Logo que os deuses ouviram o que ela dizia, acorreram em conjunto e beijaram-lhe os pés. Dantes, nós chamávamos-te Mami, que o teu nome seja agora soberana de todos os deuses! Entraram então na casa do destino o príncipe Ea e a sábia Mami (...). Doze centos de anos não tinham ainda passado (...) multiplicavam-se os povos. A terra dos homens mugia como um touro e o deus ficou perturbado com o alarido que eles faziam. Enlil ouviu o seu clamor e disse aos grandes deuses: Muito me custa o clamor da humanidade; pela gritaria que eles fazem, sou privado do sono. Que haja um flagelo que os faça calar» (Labat, 1970, pp. 26-36)

Ea é o deus dos acádios e Enki o mesmo deus para os sumérios. Surgem outras versões deste poema de Atrahasis nomeadamente assírias, com a introdução de outros elementos. No poema de Enuma Elish, as origens iniciam quando não havia céu nem terra e nos mares primordiais foram criados os deuses, Marduk o deus principal, criou o céu e a terra e encarregou Ea, seu pai, de criar a humanidade. (Tavares, 1978, pp. 46-47).

Na Bíblia

A primeira página do primeiro livro da Bíblia inicia a primeira parte ou a primeira versão do relato da criação, “No princípio, Deus criou o Céu e a Terra (...)” (Gn 1, 1) e pela voz de Deus surgiram todas as coisas boas. E mais adiante diz, “Então o senhor Deus modelou o homem com a argila do solo, soprou-lhe nas narinas, e o homem tornou-se num ser vivente.” (Gn 2, 7).

Também para os monoteístas de Israel a necessidade de explicar o começo absoluto é patente. “A criação bíblica é uma maneira de pôr ordem num caos inicial; ela consiste em «ordenar» o totalmente desordenado, em pôr forma no «informe». “ (Renaud, 2012, p. 156).

Nestes pequenos excertos da Bíblia já vimos paralelismos com os mitos da criação da Mesopotâmia, paralelismos esses que continuam, pelo menos, até ao versículo 11. Atendendo ao contacto das comunidades hebraica e mesopotâmica não é de estranhar a intertextualidade ou os contactos literários entre a Bíblia e as epopeias mesopotâmicas.

Os Dilúvios

Como dissemos os dilúvios estão intrinsecamente ligados ao mito da criação. São um retorno ao caos, explicam a necessidade de recriação da humanidade, são narrativas que pretendem justificar o que de mal ia acontecendo por causa da transgressão dos homens, como castigo por essa capacidade humana de se insurgir contra a ordem universal divinamente estabelecida. E como essa transgressão é primordial, o castigo não tem função ética ou moral, é um recurso literário para explicar etimologicamente a atual ordem das coisas enquanto ordenação divina.

Nos poemas da Mesopotâmia

Foi nas cidades da Mesopotâmia que foram constituídas as primeiras grandes bibliotecas da humanidade. Para as placas de argila foram transcritos mitos e lendas que marcaram a história dos nossos antepassados.

Na epopeia de Atrahasis

Este poema foi escrito em cuneiforme em três tabuas que se encontram num museu britânico. Foi escrita pelos Sumérios.

Nesta narrativa o dilúvio acontece por os humanos fazerem muito barulho o que motivou a decisão dos deuses de os eliminar.

O deus Énlil envia uma praga e tenta matar a humanidade com fome e sede, mas o seu plano não resulta por intervenção de Atrahasis, ajudado pelo deus Enki, mais protetor da humanidade. Atrahasis mostra às pessoas como derrotar as investidas de Enlil – fazendo sacrifício aos deuses. Finalmente, Énlil propõe inundar o mundo e afogar a barulhenta humanidade. Desta vez, obriga todos os deuses a jurar lealdade a não avisarem Atrahasis, Enki consegue avisar Atrahasis sem tecnicamente quebrar o seu juramento: ele envia a mensagem para as paredes da casa de Atrahasis, onde Atrahasis não pode deixar de ouvir.

[O sonho de Atrahasis]

Atrahasis disse ao seu senhor: "Faça-me saber o significado do sonho. Deixe-me saber, para que eu possa olhar para a sua consequência." Enki disse ao seu servo: "Tu podes dizer: 'Tenho de olhar para fora, enquanto estou no quarto?' Presta atenção ao que digo: 'Parede, escuta-me! Parede, presta atenção a todas as minhas palavras! Foge da casa, constrói um barco, abandona posses, e salva a vida. O barco que construirás (...) Será igual (...) (...) Põe-lhe uma cobertura para que o sol não se veja lá dentro. Que seja coberto por cima, de frente e para trás. A construção deve ser forte, o betume deve ser firme, e assim dar a resistência ao barco. Atrahasis recebeu o comando. Ele reuniu anciãos no seu portão e disse: "Meu Deus não concorda com o vosso deus, Enki e Enlil estão constantemente irritados um com o outro. Eles nos expulsam da terra. Como desde sempre reverencio Enki, ele me contou isso. Eu não posso viver em (...) também não posso fixar meus pés na terra de Enlil. Eu vou morar com meu deus nas profundezas. Isso ele me disse: (...) " [Construção e Embarque na Arca] Os anciãos (...) O carpinteiro levou seu machado, o pedreiro levou sua pedra, o homem rico carregou o betume, o homem pobre trouxe os materiais necessários. [...] Trazendo (...) tudo o que ele tinha (...) Tudo o que ele tinha (...) animais puros que abatia, gado (...) animais gordos que ele matou. Ovelhas (...) ele escolheu e trouxe a bordo. Os pássaros voando no céu, o gado e o (...) do deus do gado, as criaturas da estepe, (...) ele trouxe a bordo (...) Ele convidou seu povo (...) Para uma festa (...) sua família foi trazida a bordo. Enquanto um estava comendo um outro estava bebendo, Ele entrou e saiu; ele não poderia sentar-se, não podia ajoelhar-se, pois tinha o coração quebrado, tinha náusea biliar. [O grande dilúvio] A perspectiva do clima mudou. [O deus tempestade] Adad começou a rugir nas nuvens, foi escutado o seu clamor. Ele trouxe betume para selar sua porta. No momento que aparafusava sua porta, Adad rugia nas nuvens. Ele (...) a terra e quebrou o seu clamor, como uma panela. (...) Veio o dilúvio diante. Seu poder veio sobre os povos como uma batalha, uma pessoa não via outra, não se reconheciam uns aos outros na catástrofe. O dilúvio desceu como um touro, O vento ressoou como uma águia gritando. A escuridão era densa,

o sol tinha ido embora, (...) Como moscas. O clamor do dilúvio. (...) Os deuses encontram-se com fome porque não existem agricultores e sacrifícios não são ofertados. Quando eles descobrem que Atrahasis sobreviveu, eles fazem um plano para certificar-se de que o ruído permanecerá dentro dos limites: Inventam o parto, a mortalidade infantil, e o celibato] [A humanidade punida] Enki disse a Nintu, a deusa parteira: "Tu, deusa do nascimento, criadora de destinos, estabelece a morte para todos os povos! (...) "Agora, então, que haja um terceiro tipo de mulher entre as pessoas, pois existe a mulher que gerou e a mulher que não tenha gerado. Haja também entre o povo a pasittu (demônio): deixá-lo roubar o bebê de colo que o gerou. E estabelecer sacerdotisas e altas sacerdotisas, deixá-las serem celibatárias, e assim reduzir o parto. (Mark, 2023).

Embora Énlil resolva o problema do barulho da humanidade, o dilúvio não é uma experiência positiva para os deuses. Privados de seus servos humanos, percebem, então, quanto estavam dependentes dos humanos. Por isso, providenciam o repovoamento do mundo, tomando, entretanto, medidas contra o crescimento desmedido da humanidade, como a mortalidade, e limites para a reprodução através da infertilidade das mulheres. Mortalidade e reprodução limitada são, portanto, condições necessárias para que os humanos possam viver em paz com os deuses na era pós-diluviana.

No épico de Gilgames

“Aquele que testemunhou o abismo...” (Parreira, 2017, p. 45), assim começa o poema escrito em doze tabuas de argila pelos babilônicos, com uma referência à narração da destruição da humanidade.

Gilgames filho de uma deusa e de um rei sumério de Uruk, dois terços deuses e um terço homem, reinou durante 126 anos, procurou a sabedoria, resgatou a memória de antes do Dilúvio, foi o construtor das muralhas de Uruk, subiu a escadaria e aproxima-se de Eanna (Casa do céu) nem rei nem homem o poderão imitar.

Gilgames é um rei mítico de Uruk a famosa cidade com muralhas fortíssimas. Pensa na sua própria existência e na morte. Ouviu falar de um famoso herói que tinha sobrevivido há morte do dilúvio, quer saber onde está o segredo dessa imortalidade e deixa Uruk percorre distâncias enormes à procura de Uta-napisti que lhe diz que está enganado que a imortalidade é para os Deuses. E a esposa diz-lhe onde está a planta da vida, no fundo do mar. Mas cansado de caminhar foi matar a sede na água fresca, pousou a planta e foi rouba por uma serpente que deixa a sua pele e desaparece para sempre, roubando o segredo da vida.

Uta- napisti relata o dilúvio na tábua XI,⁶⁹

“Disse Uta-napisti, a ele, Gilgames:/ O que te revelo agora, Gilgames, são coisas ocultas,/ é um mistério dos deuses o que te vou contar./ A cidade de Surupapak – essa que conheces,/ posta nas margens do rio Eufrates – /era já antiga quando os deuses que a habitavam / inclinaram os corações a suscitar o Dilúvio./ Prosperou a terra, os homens multiplicaram-se./ O seu rumo igualou-se ao bramir dos bois selvagens./ Por causa do seu tumulto Enil perturbou-se./ Por causa do seu clamor, não conseguia dormir./ Reuniu Enil os deuses cimeiros, dizendo-lhes:/ O tumulto dos humanos tornou-se opressivo. / Por causa dele não consigo dormir. / (...) Ó homem de Surupuppak, filho de Ubar-tutu, / separa-te da terra, constrói uma arca! / renuncia a possessões, cuida de sobreviveres/ Constrói a arca, salva a tua vida! Faz embarcar a semente de tudo o que é vivo! / da arca que vieres a construir, / sejam as dimensões proporcionais: / largura e comprimento deverão equivaler-se. / Tal como a abóboda recobre Apsu, assim lhe darás um teto. / Isto escutei eu – e respondi a EA, meu senhor: / Às tuas palavras, senhor, prestarei atenção; / segundo o ordenaste, assim procederei. / Porém, que direi à cidade, às gentes, aos patriarcas? / Ea abriu a boca para falar / e disse-me, a mim, seu servidor: / Na ocasião falarás deste modo: / tenho por certo que Enlil me é adverso! / Não posso por isso habitar entre vós! / não ousou permanecer em solo de Enlil as suas mercês: / abundância de pássaros e profusão de peixes! / [o país conhecerá] o tempo das fartas colheitas! / sobre vós, pela manhã, há-de chover pão ázimo, / e, pela tarde, torrentes de trigo! (...) ao quinto dia estava pronto o cavername, / cuja area orçava a um acre; a dez varas subiam os costados, / e com dez varas cada igualavam-se os bordos. / (...) com tudo o que possuía carreguei a arca: / Fiz subia a bordo a família e parentela / os animais do campo, as criaturas selvagens do ermo mestres e artesãos de cada ofício. (...) Aos primeiros fulgores da madrugada, / uma nuvem negra elevou-se no horizonte: / no seu bojo, Adad relampejava sem cessar. / Sullat e Hanis, carregando-lhe o trono, / precediam-no pelas montanhas e planícies. / Erragal arrancou os postes de amarração, / Ninurta, ao passar, fez transbordar as represas. / Os Anunnaki atearam archotes lá do alto / e abrasaram a terra com os seus clarões. / o deus da tempestade lacerou o céu com as suas garras / e voltou em negrume o que havia sido luz. (...) por fim abateu-se o Dilúvio. / Aos próprios deuses aterrorizou o Dilúvio. / A deusa brandou como a mulher que dá à luz, / Belet-ili, cuja voz é tão doce, gemeu: / Os dias antigos mudaram-se em argila porque eu, na assembleia dos deuses, consenti na calamidade e conclamar uma guerra para destruir o meu povo, quando eu mesma os dei à luz? (...) durante seis dias e sete noites uivaram os ventos; as chuvadas os vendavais, o Dilúvio – devastaram a terra. (...) a humanidade fora reduzida a argila. (...) Inspecionei as extensões, procurei litorais (...) no Monte Nimus a arca tocou terra; o monte Nimus travou a arca, impedindo-a de se mover (...) Ao sétimo dia – peguei numa pomba e larguei-a. / voou a pomba, mas tornou depois. / Posto que não encontrou poiso, regressou. / peguei numa andorinha e larguei-a. / Voou a andorinha, mas tornou depois. / Posto que não encontrou poiso, regressou. / Peguei num corvo e larguei-o. / voou, viu que baixavam as águas, encontrou alimento, debicou, crocitou, não tornou. / Larguei aos quatro lentos o que tinha dentro de portas – e sacrifiquei. Derramei uma libação no cimo da montanha; / sete

⁶⁹ Transcrevemos a tradução de Francisco Luís Parreira.

e sete vasilhas culturais dispus ordenadamente: / sobre os seus tripodes empilhei caniço, cedro e Mistilo. / Os deuses aspiraram as fragâncias, os deuses apinharam-se como moscas em torno do oficiante.” (Parreira, 2017, pp. 143-148).

Na Bíblia

Como não podia deixar de ser, a narrativa do dilúvio encontra-se no livro que trata a criação, isto é, ao longo do Génesis.

O senhor viu que a maldade do homem crescia na terra e que todo o projeto do coração humano era sempre mau. Então o senhor arrependeu-se de de ter feito o homem sobre a terra e o seu coração ficou magoado. E o senhor disse: ‘vou exterminar da face da Terra os homens que criei, juntamente com os animais os répteis e as aves do céu, porque Me arrependo de os ter feito. (Gn 6; 5-8).

A restante narração sobre o dilúvio insere-se na história de Noé:

O justo preserva a vida,

Noé era um homem justo, íntegro entre os seus contemporâneos e andava com Deus.” (Gn. 6; 9) Então Deus disse a Noé: ‘Para mim chegou o fim de todos os homens porque a Terra está cheia de violência por causa deles. Vou destruí-los juntamente com a Terra. Constrói para ti uma arca de madeira resinosa; divide-a em compartimentos, e calafeta-a com betume por fora. A arca deverá ter as seguintes dimensões: cento e cinquenta metros com arremate. Faz a entrada pelo lado; e faz a arca em três andares sobrepostos. Eu vou mandar o dilúvio sobre a terra, para exterminar para exterminar todo o ser vivo que respira debaixo do céu: tudo o que há na Terra vai perecer. Mas contigo vou estabelecer a minha aliança e entrarás na arca com a tua mulher, os teus filhos e as mulheres dos teus filhos. Toma um casal de cada ser vivo, isto é, macho e fêmea, e coloca-os na arca, para que conservem a vida juntamente contigo.” (Gn. 6; 13-19); “Quanto a ti, junta e armazena todo o tipo de alimentos, isso vai servir de alimento para ti e para eles. (Gn. 6; 21).

O retorno ao caos,

Depois de sete dias, veio o dilúvio sobre a terra. Noé tinha seiscentos anos quando se romperam as fontes do oceano e se abriram as comportas do céu. (...) e a chuva caiu durante quarenta dias e quarenta noites. “(Gn. 7; 10 – 12). (...) morreu então tudo o que tinha sopro de vida nas narinas, isto é, tudo o que estava em terra firme. (Gn. 7; 22).

A nova criação,

No fim de quarenta dias, Noé abriu a claraboia que tinha feito na arca, e soltou um corvo, que ia e vinha, esperando que as águas secassem sobre a terra. Então Noé soltou uma pomba que estava com ele para se as águas tinham secado sobre a terra. Ora, a pomba não encontrando lugar para pousar voltou para Noé na arca, porque havia água sobre toda a superfície da terra. (...) Esperou mais sete dias, e soltou de novo a pomba para fora da arca. Ao entardecer a pomba voltou para junto de Noé, trazendo no bico um rebento novo de oliveira. Noé esperou mais sete dias, e soltou novamente a pomba que não voltou mais.” (Gn. 8; 6-12) (...) “Noé construiu um altar ao Senhor, tomou animais e aves de toda a espécie pura e ofereceu holocaustos sobre o altar. O senhor aspirou o perfume e disse consigo: «Nunca mais amaldiçoarei a Terra por causa do homem (...)»” (Gn 8; 21).

Deus garante a vida,

Deus disse a Noé e a seus filhos: «Eu estabeleço a minha aliança convosco e com os vossos descendentes, e com todos os animais que vos acompanham. (...) Estabeleço a minha aliança convosco; de tudo o que existe, nada mais será destruído pelas águas do dilúvio e nunca mais haverá dilúvio para devastar a Terra.» (Gn. 9; 8-11).

Estas narrativas são a receção de um mito?

Os relatos baseiam-se na antítese entre a retidão e a maldade da humanidade. A causa do Dilúvio está na maldade ou corrupção da humanidade e num equivalente paradigmático no barulho feito pelos humanos que impedia Enlil de dormir. Entendemos que maldade e barulho são equivalentes paradigmáticos, já que ambos são censurados por destruírem o equilíbrio e a ordem divina.

Enki (para os Sumérios) ou Ea (para os babilónicos) e o Deus dos hebreus mostram uma atitude ambivalente: são o instrumento da destruição da humanidade por um lado e por outro, são os protetores da humanidade ordenando a construção da arca.

Enquanto Noé obedece cegamente à ordem divina, Atrahasis e Uta-napsiti expressam a sua preocupação pela humanidade. Ea ou Enki levam Uta-napisti e Atrahasis a informarem os homens de que eles não são bem-vindos na terra de Enlil e por isso vão viver para as terras do seu deus, mas que Enlil os protegerá fazendo sobre eles cair abundância.

A ordem de construção da arca é detalhada e é quase coincidente nas três narrativas sob escopo.

No poema dos sumérios embarcam na arca homens das várias artes e animais das várias espécies. Para os babilônicos e hebreus embarcaram as suas famílias, parentela e casais de animais de todas as espécies, bem como alimento para todos.

Nas três narrativas foi deus quem fechou a porta da arca. Nos poemas da mesopotâmia foi o deus da tempestade Adad.

O Dilúvio vem depois da escuridão que nas três narrativas. Há alternância dos períodos de sete dias que dura o dilúvio para uns e para outros é o período em que os habitantes da arca esperam pelo dilúvio. O dilúvio destrói qualquer sopro de vida na terra e o mundo volta para o caos, para a desordem, para os primórdios da criação onde tudo era argila.

Com a descida das águas, que remete também para a descrição da criação, a arca embate num monte em duas das narrativas e descrevem o inverso dos fatores que o causaram. As descrições para a preparação do desembarque recorrem a aves: o corvo, a pomba e uma andorinha.

Ao desembarcar Noé oferece holocaustos e o Senhor aspirou o seu perfume. Este antropomorfismo apresenta equivalente na narrativa da Babilônia onde Uta-napsiti faz sacrifícios e oferece libação, os deuses aspiram as fragâncias e apinham-se como moscas em torno do oficiante.

Há um arrependimento divino e a promessa de não voltar a destruir a humanidade. Em Atrahasis os deuses, porque sem a humanidade passam fome, resolveram enviar meio de controlo demográfico; na epopeia de Gilgames Ea recrimina Enlil por ter provocado a destruição e relembra-o de que poderia ter diminuído a população humana de muitas formas. Enlil consagrou Uta-napisiti e à sua mulher ornando-os imortais; o Senhor fez com Noé o pacto de não voltar a destruir a humanidade através da água.

CONCLUSÃO

Pelo que aqui deixamos podemos dizer que o núcleo destas histórias é o mesmo, e atendendo à proximidade destes povos e a indubitável convivência intergeracional entendemos que as três obras sob escopo são a transcrição do mesmo mito da criação de tradição oral que foram adaptados aos costumes e tradições das diversas comunidades. Se assim não se entender, terá de se admitir que pelos menos existe intertextualidade nas três narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Bíblia Sagrada*. (1993). Lisboa: Paulus Editora.
- Duch, L. (1998). *Mito, interpretación y cultura*. Barcelona: Herder.
- Labat, R. (1970). *Les Religions Du Proche-Orient*. Paris.
- Mark, J. J. (17 de janeiro de 2023). *A Epopeia de Atrahasis: o grande dilúvio e o significado do Sofrimento*. Obtido de World History Encyclopedia: A Epopeia de Atrahasis: o grande dilúvio e o significado do Sofrimento
- Parreira, F. L. (2017). *Épico de Gilgamesh*. Porto: Assírio & Alvim.
- Renaud, M. (2012). A interpretação da criação segundo Paul Ricoeur. *DiDASKALIA - Revista da Faculdade de Teologia*, pp. 151-172.
- Silva, P. (2008). *As maiores civilizações da história*. São Paulo: Universo dos Livros.
- Tavares, A. A. (1978). Criação do homem nos mitos das origens. *DIDASKALIA - Revista da Faculdade de Teologia*, pp. 35-53.
- Vaz, A. d. (2007). No princípio da Bíblia está o mito. *Didaskalia - Revista da Faculdade de Teologia* , pp. 45-73.

MODERNISMO: “ORPHEU” E “PRESENÇA”

MODERNISM: “ORPHEU” AND “PRESENÇA”

COUTINHO, Ana,⁷⁰ CASTRO, Francisco,⁷¹ & RODRIGUES, Maria⁷²

Resumo

A elaboração deste artigo teve como principal objetivo o de explicar o Modernismo, enquanto movimento cultural que teve início em Portugal, nas primeiras décadas do século XX. Resultante da influência europeia, diversos artistas portugueses, desde pintores a escritores participaram neste fenómeno, destacando-se: Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros, responsáveis pela criação da revista *Orpheu*, que correspondeu à primeira fase do Modernismo português. A segunda fase ficou marcada pelo surgimento da publicação periódica *Presença*, em 1927. A influência deste movimento nas várias formas de expressão artística, na sociedade portuguesa e, por sua vez, na cultura portuguesa, são aspetos explorados ao longo do trabalho.

Abstract

This article aims to explain Modernism, as a cultural movement which began in Portugal, in the first decades of the twentieth century. As a result of the European influence, several Portuguese artists, from painters to writers took part in this phenomenon, such as: Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro and Almada Negreiros. They were responsible for the appearance of the *Orpheu* magazine, which corresponded to the first phase of the Portuguese Modernism. The second phase was distinguished by the periodic publication called *Presença*, in 1927. The influence of this movement on the numerous forms of artistic expression, the Portuguese society and culture are some of the aspects developed in our project.

Palavras-chave: Modernismo; *Orpheu*; *Presença*.

Key-words: Modernism; *Orpheu*; *Presença*.

Data de submissão: setembro de 2023 | **Data de publicação:** dezembro 2023.

⁷⁰ ANA MARGARIDA COUTINHO – UTAD | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: idacoutinho20@gmail.com

⁷¹ FRANCISCO CASTRO – UTAD | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: franciscoluiscastro2002@gmail.com

⁷² MARIA HELENA BOTELHO VELOSO RODRIGUES – UC | Universidade de Coimbra. PORTUGAL. Email: mariahelena.bvr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O modernismo em Portugal surgiu como um movimento artístico e literário de rutura com o passado, refletindo a efervescência cultural e as mudanças sociais do início do século XX. Com forte influência das vanguardas europeias, especialmente o futurismo e o cubismo, o modernismo português propôs-se a quebrar com os modelos estéticos tradicionais e a explorar novas formas de expressão, rompendo com o academicismo e com a tradição romântica e realista que predominava. O presente artigo tem como propósito evidenciar que o movimento do Modernismo foi pelos influenciado pelos acontecimentos do período que então se vivia na Europa.

A investigação começa com uma breve contextualização histórica, de modo a “ilustrar” o período e circunstâncias em que o movimento se inicia e se desenvolve: apoiado em diversos especialistas, é analisado o fenómeno do Modernismo, enquanto movimento cultural que teve origem no início do século XX e se prolongou até ao final do Estado Novo (1970), onde emergem as suas características e manifestações. Nesse contexto, são apresentadas as várias fases deste movimento, nomeadamente: a geração de *Orpheu*, na “qual a literatura aparece associada às artes plásticas e é por elas influenciada” (Barreiros, 1989, p. 407) e, por fim, a revista *Presença* que aspira “a uma literatura e a uma arte desarticuladas, se não mesmo alheadas, de qualquer posição de carácter político ou religioso” (Saraiva e Lopes, 1987, p. 1056).

O Modernismo surge em Portugal num período que permeia a Primeira (1914-1918) e a Segunda (1939-1945) Guerras Mundiais. Na mesma altura, surgia a Teoria da Relatividade de Einstein e a Psicanálise de Freud, bem como transformações tecnológicas que iriam virar o mundo do avesso (eletricidade, telefone, avião, cinema). Todas essas situações influenciaram os pensamentos da época e, conseqüentemente o estilo deste novo movimento literário.

O legado do modernismo português foi essencial para a renovação das artes e para a afirmação de uma cultura própria, fazendo frente à pressão conservadora e aos valores tradicionais que marcaram o início do século XX em Portugal: este influenciou não só a literatura, mas também as artes plásticas, o teatro, a música e até a filosofia e o pensamento social no país.

Contextualização histórica

Nas primeiras décadas do século XX, o mundo desenvolvia-se de forma rápida e acelerada, tanto a nível tecnológico como científico. Enquanto, no século XIX, desenvolviam-se concepções científicas como o positivismo, no qual existia uma forte confiança na ciência e no raciocínio, na viragem do século, começaram a valorizar-se diferentes dimensões do conhecimento, como a Filosofia e a Psicanálise (de Sigmund Freud) que, por sua vez, originaram novas formas de pensar e influenciavam as várias formas artísticas da época. No campo tecnológico, as inúmeras invenções como o telefone, o automóvel, o telégrafo, o avião, etc. sofreram notáveis progressos, possibilitando o aparecimento de novos meios de transporte, como também novos modos de vida. Assim, o Homem transformou-se num ser mais moderno e dinâmico.

Como resultado das inovações tecnológicas e das novas práticas do quotidiano, a Europa, culturalmente, vivia a *belle époque*, ou seja, um “período considerado de expansão e progresso, nomeadamente a nível intelectual e artístico” (Infopédia). Em cidades como Viena e Paris, testemunhava-se o desenvolvimento de uma forte atividade artística e surgiam novidades no campo das artes. Em 1913, assistiu-se à introdução de técnicas e dimensões artísticas inovadoras, num espírito científico e tecnológico inquieto, na confluência de vários artistas, estilos, géneros e nacionalidades e no despertar da consciência feminista. Nasceram, assim, novos movimentos artísticos, como: o futurismo, o cubismo, o dadaísmo, o expressionismo, etc., isto é, movimentos vanguardistas europeus que, mais tarde, viriam a influenciar os autores portugueses.

Enquanto as vanguardas artísticas se erguiam na Europa, colocando a descoberto um carácter novo e radical, em Portugal, o tempo parecia não ter avançado e o atraso era proeminente. Aqui a corrente naturalista era a preferida, não apenas entre o povo, mas também nas instituições oficiais e de crítica (academias). Em termos artísticos, nomeadamente na pintura, exploravam-se temas relacionados com a vida popular, que satisfaziam a burguesia em crescimento, uma vez que esta identificava-se com essas vivências tradicionais.

No contexto da 1ª República Portuguesa, instituída a 5 de outubro de 1910, os políticos republicanos eram geralmente identificados de culturalmente conservadores. No entanto, foi nesta época que surgiram aparentes sinais de mudança nos gostos e nos princípios estéticos da população portuguesa. Apesar do recente nascimento da República

Portuguesa, esta foi impotente na resolução dos problemas do país e esta agitação política deu origem a debates e críticas aos acontecimentos nacionais.

Acrescenta-se ainda que, entre 1914 e 1918, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, colocando em causa os valores morais e espirituais, isto é, a base de sustentação da sociedade burguesa ao longo do século XIX. Foi neste contexto que se gerou um profundo pessimismo (uma crise de consciência), uma incerteza acerca do futuro e uma descrença dos valores civilizacionais no seio das sociedades europeia e portuguesa, refletido também nas obras dos intelectuais da época. As consequências sociais da participação de Portugal, neste confronto bélico, foram representadas nos textos de teatro de revista, que retratavam a intervenção do Estado português. O impacto da grande guerra, isto é, a fome, os problemas de racionamento, a crise dos valores tradicionais, entre outros encontravam-se espelhados no teatro de revista, no qual se criticavam os principais acontecimentos e caricaturavam-se as entidades envolvidas.

Neste período tão conturbado da História de Portugal, de forma a encontrar novas formas de expressão literária, um grupo de escritores e artistas decidiu separar-se do exíguo meio cultural português. Influenciados por essa agitação cultural, escritores como Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá Carneiro, Raul Leal, Luís de Montalvor e Ronald de Carvalho criaram a revista *Orpheu*, tendo sido publicada no Brasil pelo último escritor mencionado.

Modernismo

O Modernismo foi um movimento cultural que se desenvolveu desde o início do século XX até ao fim do regime político do Estado Novo (1970) e que afetou a literatura, as artes plásticas, a música, a arquitetura, assim como outras manifestações culturais. “É o Modernismo português um movimento estético de vanguarda iniciado e impulsionado pela geração de Orpheu (2ª década do século XX), no qual a literatura aparece associada às artes plásticas e por elas influenciada” (Barreiros, 1989, 407).

Esta nova corrente irradiou de França, mais especificamente, de Paris que, na altura, era considerada o centro artístico da Europa. Todos aqueles que desejassem conhecer o novo carácter ousado do campo das artes, dirigiam-se à capital, frequentavam os seus diferentes *ateliers* e participavam em atividades ditas boémias. De facto, grandes personalidades portuguesas foram influenciadas por este centro da vanguarda cultural

européia, nomeadamente: Mário de Sá-Carneiro que viajou para a capital francesa entre os anos 1913 e 1916, Santa-Rita Pintor e Almada Negreiros “que traziam de Paris as novidades literárias e sobretudo plásticas do futurismo e correntes afins” (Saraiva & Lopes, 1987, 1079). Aquilino Ribeiro, o “obreiro das letras” (tal como se considerava a si próprio), também presenciou, em França, o desenvolvimento da corrente modernista, apesar deste ter estado alheio aos movimentos literários da contemporaneidade:

Acaba de aparecer em Paris uma coisa estupenda, inimaginável: a arte futurista. Um habitante de outro planeta exibido numa jaula, não provocaria mais sucesso, nem mais concorrência. Os sequeiros de novidades desalteraram-se. Os amorosos de inédito desmaiaram de vultuosidade [...] Paris passa por lá, comove-se, extasia-se, empina-se, apupa, e sai divertido planteando: quels types! Com efeito quels types, os futuristas! (Machado, 2020, s.p.).

Em Portugal, o movimento estético do modernismo surgiu com a Exposição Livre de 1911, sendo esta considerada a “primeira manifestação de arte livre, ainda bastante tímida, desse desejo de modernização” (Damásio, s.d., p. 2). No entanto, a nível literário, é possível afirmar que a publicação da revista *Orpheu* foi responsável por trazer esta nova corrente e cujos escritores e artistas portugueses tinham acabado de regressar de Paris, de modo a fugir da Primeira Guerra Mundial (1914). Tal como nas artes plásticas, o modernismo literário surgiu como uma verdadeira revolução que comprometeu e fez questionar as tradições e os valores literários. Assim, infere-se que este movimento inovador tinha como princípio reivindicar a liberdade de criação artística, rejeitando os preceitos académicos.

De uma forma geral, o modernismo caracteriza-se por: um rompimento com o passado “o esquecimento do passado e o propósito eficaz de criar e contruir o futuro” (Barreiros, 1989, p. 410), afastando-se das tradições; um objetivo demolidor e irreverente; apresentar uma natureza anárquica, na medida em que se nega um princípio de autoridade o que, por sua vez, provoca a confusão e o caos e um nacionalismo crítico, no qual se critica, ironicamente, a situação cultural e social de Portugal.

Geração “Orpheu”

Em primeiro lugar, a geração de Orpheu pode ser considerada como um fenómeno literário que antecipou o modernismo num Portugal que se encontrava muito atrasado (numa fase prematura), constituindo-se uma das primeiras expressões do modernismo português. Assim, tal como afirmou Fernando Cabral Martins, *Orpheu* “é sinédoque de Modernismo, revista-signo de momento, cujo nome passa a identificar uma geração e uma poética” (Martins, 1994, s.p.).

Em 1913, Fernando Pessoa, um dos maiores poetas da língua portuguesa, e Mário de Sá-Carneiro, poeta e ficcionista português, começaram a revelar um profundo inconformismo em relação a algumas ideias estéticas literárias apresentadas em várias revistas da época, nomeadamente: *A Águia*⁷³, na qual Fernando Pessoa foi crítico literário e *A Renascença*. José de Almada Negreiros, artista interdisciplinar do século XX, também já tinha sido criticado pelas suas pinturas publicadas n’*A Águia*, o que motivou a sua adesão ao grupo de Pessoa e Sá-Carneiro. Desta forma, estes três colaboradores iniciais da revista, juntamente com Alfredo Pedro Guisado (político, jornalista e poeta português) e Armando Côrtes-Rodrigues (poeta, dramaturgo e etnólogo português), projetaram a revista *Orpheu* com o objetivo de “se desenredarem do casulo conservador que lhes tolhia as liberdades, sonham [...] criar uma revista, onde, à vontade, pudessem publicar poemas interseccionistas” (Barreiros 1989, p. 408).

Orpheu também contou com a participação de artistas não ligados ao campo literário, como Guilherme de Santa-Rita, pintor português que, após viver diversas experiências artísticas em Paris, regressa ao seu país e junta-se ao projeto do orfismo, sendo considerado o impulsionador do Futurismo, em Portugal. A partir disto, verifica-se que esta nova revista detinha não só um carácter multidisciplinar, como também transcultural. Aliás, *Orpheu* refletiu um encontro transatlântico, uma vez que usufruiu (beneficiou) da ajuda de Luís de Montalvor (na verdade, pseudónimo de Luís da Silva Ramos), recém-regressado do Brasil, e de Ronald de Carvalho, poeta brasileiro, que colaboraram na edição e publicação número 1 da revista de Pessoa.

⁷³ Revista publicada, no Porto, poucos meses depois da proclamação da Primeira República, em 1910. Foi composta por dez números e contou com a colaboração de diferentes intelectuais como: António Sérgio, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes que, mais tarde, em 1911, fundaram a *Renascença Portuguesa*.

Assim, no dia 24 de março de 1915, um ano após ter começado a primeira Guerra Mundial, a revista literária e vanguardista estreou-se no quadro cultural português, sendo recebida com grande escândalo por parte do público. Os críticos da altura, indignados com forma como os novos poetas se revoltaram contra as normas literárias das escolas tradicionais, apresentou-os como um grupo de “alienados e mistificadores a invadir as letras nacionais” (Barreiros 1989: 408). Muitos rejeitaram o caráter simbolista-decadentista e o violento futurismo do primeiro grupo modernista. Por sua vez, o jornal *A Capital*, poucos dias depois, publicou um artigo intitulado “Literatura de Manicómio”, no qual diretamente repreendia as ideias divulgadas na nova revista publicada.

Júlio Dantas, um dos maiores intelectuais do século XX e grande defensor dos cânones do academismo literário, foi também um grande crítico de *Orpheu*, publicando, em abril de 1915, um artigo titulado de “Poetas-Paranoicos”, acabando por sofrer resposta por parte de Almada Negreiros com o seu célebre *Manifesto Anti-Dantas*, um texto doutrinário no qual, de maneira mordaz e irónica, não só ridicularizou Dantas, como também toda uma geração literária: “uma geração que consente deixar-se representar por um Dantas é uma geração que nunca o foi! É um coio d’indigentes, d’indignos e de cegos!” (Negreiros, 2013, s. p.).

Apesar do escândalo na imprensa que, na verdade, até ajudou na difusão da revista, foi um enorme sucesso, provocando um grande entusiasmo no grupo que se apressou a organizar um segundo número. Contudo, devido a uma série de desentendimentos, Luís de Montalvor e Ronald Carvalho abandonaram a administração, sendo substituídos por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. A saída do primeiro diretor, Montalvor, fez com que o caráter simbolista de *Orpheu* terminasse, tornando-se ainda mais vanguardista. O terceiro número da revista embora já estivesse pronto, acabou por não ser publicado, devido a dificuldades financeiras. A morte de Sá-Carneiro, em 1916, principal financiador do projeto, conduziu ao fim de *Orpheu*, tendo este sobrevivido apenas durante um breve período de tempo. Todavia, o fenómeno do modernismo não ficou por aqui, na medida em que os escritores orfistas difundiam as suas ideias em diversas revistas, como: *Portugal Futurista*, *Centauro*, *Contemporânea* e *Exílio*. De uma forma geral, tal como Jerónimo Pizarro, especialista em Fernando Pessoa, afirmou: “[o] *Orpheu* dá a sensação de ter sido uma sucessão de choques contínuos entre uma geração e outra – entre o mundo, o *status quo*, academia, a imprensa e a sociedade” (Cipriano, 2015), ou seja, à luz de um gosto novo, o da estética modernista, foi necessário desafiar o gosto literário instituído.

Características da Orpheu/ Orfismo

Inicialmente, o grupo de Orpheu revelava um carácter simbolista e decadentista, apesar de se tratar de movimentos artísticos originários do século XIX. O decadentismo surgiu como reflexo do contexto socioeconómico da altura: “[à] medida que os esteios da Modernidade – o capitalismo e o racionalismo histórico -, foram sendo constituídos, mais intensamente o poeta sente a sua inadequação, demonstrando o seu mal-estar na visão de si mesmo e no meio em que pertence” (Rios, 2014, p. 266). Tal como o nome indica, apresenta uma visão pessimista da vida do “eu” lírico que, numa procura constante pelo fim do tédio, busca o extremo das sensações. Este estilo encontra-se representado no primeiro número da revista através da composição “Opiário”, redigido por Álvaro de Campos, que expressa o tédio, o abatimento e a necessidade de ter novas sensações, por parte do sujeito poético.

Fernando Pessoa “tentaria bem cedo o que se chamou estilo paúlco” ou *paulismo* (Barreiros, 1989, p. 409), constituindo-se um dos vários *-ismos* literários por si criados. Vários autores da *Orpheu* aderiram a este movimento literário vanguardista que, com base no simbolismo e no decadentismo, caracteriza-se por descrever impressões indefinidas/confusas, associar ideias desconexas, apresentar irregularidades a nível da sintaxe e por utilizar o recurso expressivo da sinestesia ao formular uma análise das suas sensações.

Como consequência deste movimento, surge o *interseccionismo* de Pessoa que sublinha a “interseção ou sobreposição de elementos díspares assemelhando-se às sobreposições dinâmicas da pintura futurista” (Infopédia, 2003-2021). De facto, este movimento assemelha-se a elementos da pintura futurista italiana, cujo objetivo era proporcionar sensações dinâmicas, ou seja, partindo de uma situação real, o artista afasta-se dela, de forma a provocar, no recetor, uma maior sensibilidade plástica. Deste modo, o observador já não se encontra no mundo do visível e do concreto, mas no da abstração. Um claro exemplo deste facto é a pintura de Guilherme de Santa Rita, que exhibe uma decomposição dinâmica de uma mesa, interseções de linhas diagonais, horizontais e verticais que se cruzam e complementam e que é possível de se observar no segundo número da revista *Orpheu*. A nível literário, os escritores apresentavam interseções de planos metafóricos e cruzamentos de realidades distintas ou até mesmo opostas, tal como se verifica no poema “Chuva Oblíqua” de Fernando Pessoa. Nele, entrecruzam-se diversos panoramas, tais como: o mundo da realidade e o mundo dos sonhos (onírico); o

ambiente rural e o ambiente marítimo; o tempo passado e o tempo presente, entre outros. Uma outra curiosidade é que este mesmo interseccionismo reflete-se nos diversos heterónimos pessoanos.

A revista *Orpheu* apresenta uma forte adesão ao movimento artístico e literário do Futurismo (incitado pelo escritor italiano Filippo Marinetti) que, por sua vez, propõe: a redenção às sensações da vida moderna, nomeadamente, da máquina, da velocidade, da força, da violência; expressa um desprezo por aquilo que é tradicional ou estático; foca-se na construção do futuro e, simultaneamente, procura olvidar-se do passado (das tradições) e, por fim, exalta um gosto pela vida ativa, frenética e dinâmica. No que diz respeito à poesia, o futurismo, a nível formal, evidencia uma maior liberdade métrica (existência do verso livre) e uma autonomia na escolha das palavras, apesar da correção gramatical. Assim, procurava-se desenvolver uma literatura inovadora, inspirada nas correntes do Futurismo e do Cubismo. Um exemplo representativo deste facto foi o heterónimo de Fernando Pessoa, Álvaro de Campos, também conhecido por “O Futurista”:

O heterónimo Álvaro de Campos [...] prega nas odes em verso livre entusiástico, à maneira de Walt Whitman, a sabedoria futurista da sem razão, da energia bruta, da vida jogada por aposta; ou então o anseio, mais whitmaniano ou sensacionista, de ‘sentir tudo de todas as maneiras’” (Saraiva e Lopes 1987: 1084).

Na sua “Ode Triunfal”, Campos manifesta a ideia de progresso ao enumerar uma variedade de realidades novas, tal como se verifica no seguinte excerto: “Ó fazendas nas montras! Ó manequins! Ó últimos figurinos! / [...] Olá anúncios elétricos que vêm e estão e desaparecem! / Olá tudo com que hoje se constrói, com que hoje se é diferente de ontem! / Eh, cimento armado, beton de cimento, novos processos! [...]” (Martins 1986: 56). Ao contrário dos outros futuristas, o heterónimo defende uma fusão de tempos, visto que o presente é o resultado do passado e que, por sua vez, irá influenciar o futuro. Recorre ainda a diferentes formas de expressar a sua faceta futurista, tais como: apóstrofes, onomatopeias, enumerações, comparações, interjeições e frases exclamativas que não só conduzem à ideia da velocidade e da força da máquina, como também demonstra a entrega total do sujeito poético a todas as sensações (reflete o excesso de sensações). Assim, ele exprime a sua admiração com a nova realidade industrial que o envolve.

Para além disto, alguns autores de *Orpheu* aderiram ao fenómeno do *sensacionismo*, tal como se verificou no caso anterior. Um dos últimos *-ismos* criado por Fernando Pessoa, corresponde a uma corrente vanguardista que exprime o desejo de viver em excesso todas as sensações possíveis: “sentir tudo de todas as maneiras e ser tudo e ser todos” (Costa s.d.). Os poetas acreditavam que é por meio do processo sensorial se possui uma total compreensão do mundo. Para eles, não existe uma realidade objetiva (à exceção de Alberto Caeiro), mas, de facto, existem várias sensações que permitem uma percepção do real. Esta ideia também se encontra expressa nalguns poemas de Mário de Sá Carneiro, nos quais ele sofre uma crise de personalidade e revela “uma pretensa plenitude sensorial de quem sabe ‘viajar outros sentidos, outras vidas’” (Saraiva & Lopes 1987, p. 1080).

A “*Presença*”

A segunda fase do modernismo português correspondeu ao surgimento de um outro grupo – o da *Presença*. José Régio, Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões, antigos colegas de Universidade, lançaram esta nova revista literária, a 10 de março de 1927, na cidade de Coimbra. O próprio José Régio afirmou:

Creio que sempre duas inclinações profundas coexistiram em mim: a que me arrastava para todos os moldes de versificação tradicional de muito cedo estudados; e a que me fazia aventurar-se não só a novas combinações, mas até a verdadeiras inovações (Barreiros 1989: 445).

Esta publicação periódica, reuniu, num total, cinquenta e quatro números, até ao ano de 1940 e contou com a participação de diversas personalidades, incluindo de alguns colaboradores da *Orpheu*: Adolfo Casais Monteiro, Afonso Duarte, Almada Negreiros, António Botto, António de Navarro, Carlos Queirós, Edmundo de Bettencourt, Fernando Namora, Fernando Pessoa, Luís de Montalvor, Irene Lisboa, Mário Sá Carneiro, Mário Dionísio, Miguel Torga, Olavo d'Eça Leal, Pedro Homem de Melo, Raul Leal, Saul Dias, Vitorino Nemésio, entre muitos outros (Barreiros, 1989, p. 432).

Tendo como subtítulo “Folha de Arte e Crítica”, a revista *Presença* distinguiu-se como sendo “mais crítica de que propriamente criadora” (Barreiros, 1989, p. 432), o que se verifica nos comentários e nos juízos de valores realizados pelos *presencistas*. Nos seus diversos números, procuraram enquadrar a sua “*presença*” histórico-literária por meio da

crítica, num constante exercício de análise e compreensão dos traços da arte e do pensamento contemporâneo.

Logo no primeiro parágrafo do primeiro número, apresentou-se o grande objetivo da *Presença*: “Em Arte, é vivo tudo o que é original. É original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais íntima duma personalidade artística. A primeira condição duma obra viva é, pois, ter uma personalidade e obedecer-lhe” (Rocha, s.d.). Então, a sua finalidade era criar uma literatura mais viva, ao apontar os dois principais defeitos dos escritores portugueses contemporâneos, nomeadamente: a ausência de originalidade e de sinceridade. Neste contexto, rejeitaram toda a literatura sem personalidade própria, enquanto produto do calculismo [“Em Portugal, raro uma obra é um documento humano, superiormente pessoal ao ponto de ser coletivo” (Rocha, s. p.)].

Além disso, uma outra finalidade omnipresente da revista traduziu-se na abertura do país português ao mundo e na valorização da arte moderna internacional, por meio da recolha e divulgação das manifestações e tendências literárias estrangeiras contemporâneas, com o intuito de combater o academismo, enquadrado no panorama cultural português.

Características da “Presença”

O movimento do presencionismo alheou-se de toda a ação exterior, incluindo das várias crises políticas ocorridas em Portugal e na Europa, criando uma literatura introspetiva. Esta convergiu para o interior (íntimo) do Homem, de modo a projetar para o mundo todos os movimentos dramáticos da alma, sem fingimentos e sem retórica, ou seja, sem artifícios e de forma verdadeira. Assim, é possível afirmar que *Presença* denota um psicologismo intelectualista, que advém da teoria da psicanálise de Sigmund Freud e manifesta uma arte moderna fortemente individualista, tal como João Gaspar Simões declara no artigo “Modernismo”, publicado nos números treze e quatorze.

Além disto, idealizou uma literatura mais livre, opondo-se ao academismo (aos moldes dos princípios tradicionais) e ao jornalismo comum, visto que procuravam não depender das estruturas culturais e rejeitavam a falta de originalidade dos autores portugueses. José Sérgio, um dos fundadores da publicação periódica, revoltou-se contra “a arte contrafeita, afetada, imposta de fora e pronunciou-se por uma arte mais viva, espontânea muito humana” (Barreiros, 1989, p. 433).

Neste âmbito, a revista também defendia a arte enquanto expressão do ser humano, ou seja, acreditavam que, na escrita, a principal motivação de um escritor era esclarecer as preocupações psicológicas do Homem, isto é, os seus impulsos, ora individuais ora coletivos; os seus sentimentos contraditórios; etc., apresentando um primado do psicológico sobre o social.

Para além disto, *Presença* divulgou, sistematicamente, as contribuições dos poetas da *Orpheu* para o movimento modernista, nomeadamente: logo no número três da revista, no artigo “Da geração modernista” foi traçado o perfil das personalidades que mais se destacaram em *Orpheu* – Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro e, no número cinco da revista, foram publicados textos do Fernando Pessoa ortónimo, do heterónimo Álvaro de Campos e um poema de Sá Carneiro. Ao longo dos restantes números, a revista contou com o contributo de Luís de Montalvor; do escritor Fernando Pessoa ortónimo, os seus heterónimos (Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos) e o semi-heterónimo (Bernardo Soares) , do poeta e pintor Ângelo de Lima, entre outros. É necessário ainda referir que, esta divulgação tinha como propósito elaborar um conjunto de recensões críticas acerca da geração anterior e do seu trabalho, sendo eles redigidos por Régio, Casais Monteiro e Gaspar Simões.

Por fim, é possível afirmar que a revista apresentou um enorme contributo histórico-literário que se deu a vários níveis, tais como: a sistemática atividade editorial refletida na publicação duma extensa lista de livros de ficção, poesia e crítica literária; a divulgação de livros e textos literários estrangeiros, que permitiu abrir novas e diferentes perspetivas à literatura portuguesa [Gaspar Simões enalteceu o “papel que a cultura diferenciada e universal desempenha na formação e no descobrimento duma personalidade artística” (Rocha s.d.)]; o constante exercício crítico apresentado nas diversas recensões redigidas; o interesse pela filosofia (manifestado por colaboradores como Delfim Santos, José Bacelar e José Marinho) e pela arte popular, como se verifica em diversos artigos como “Subsídios da arte popular portuguesa” e “Os cantos do Natal e o sentimento religioso popular” de Afonso Duarte; na publicação de cartas de João de Deus, Manuel Laranjeira e António Nobre (importantes poetas e escritores portugueses) e na relevância dada às muitas formas de expressão artística como as artes plásticas, a dança (dado que certas personalidades deste campo artístico inspiraram a criação de poemas), o bailado, o cinema e o teatro.

Conclusão

O legado do modernismo português, enquanto movimento artístico que compreendeu numerosas manifestações artísticas produzidas entre o início do século XX e finais do Estado Novo, foi essencial para a renovação das artes e para a afirmação de uma cultura própria, fazendo frente à pressão conservadora e aos valores tradicionais que marcaram o início do século XX em Portugal: “Tal movimento surgiu como imperativo de levar a poesia a trilhar no nosso País os caminhos ousados e originais por onde ela seguia já no resto da Europa” (Barreiros, 1989, p. 408). De facto, vivia-se, na Europa, a *belle époque*, ou seja, um período de elevado desenvolvimento artístico que, influenciou profundamente a arte em Portugal.

O Modernismo desenvolveu-se em duas consideráveis fases. Iniciou com a geração *Orpheu* que, tal como o artista Almada Negreiros afirmou, correspondeu ao “primeiro grito moderno que se deu em Portugal” (Queirós 2015). Impulsionada por Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros, esta revista *abalou* a sociedade da altura, sendo criticada por diversos intelectuais do século (destacando-se Júlio Dantas) e marcada por tendências como: o decadentismo, o paulismo, o interseccionismo, o futurismo e o sensacionismo.

A segunda fase correspondeu ao surgimento da revista *Presença*, fundada por José Régio, João Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca, em Coimbra. Nesta predominou uma literatura introspetiva, mais viva e a arte como expressão do ser humano. Esta encerrou em si um enorme contributo histórico-literário ao advogar a atividade editorial, ao abrir novas perspetivas à literatura portuguesa, ao promover um espírito crítico e ao dar um maior reconhecimento às restantes formas de expressão artística.

Desta forma, conclui-se que as obras (revistas e artigos) concebidas nesta altura, espelharam os sentimentos e as vivências da época e não influenciaram apenas as manifestações artísticas, como: a música, a arquitetura e a pintura e a literatura, mas também toda a sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, C. M., Ferreira, A. M., & Costa, C. M. (2010). Aeroportos e turismo residencial: Do conhecimento às estratégias. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 13/14(2), 473-484.
- Barreiros, A. (1989). *História da Literatura Portuguesa II*. Braga: Livraria Editora Pax.
- Barreto, A. (2004, setembro 14). A falta de enfermeiros. *Público*, 5.
- Biscaia, M. (2006). *A estética decadentista em A confissão de Lúcio de Mário de Sá-Carneiro* (Tese de Pós-graduação). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Bryant, P. (1999). *Biodiversity and conservation*. Disponível em: <http://darwin.bio.uci.edu/~sustain/bio65/Titlepage.htm>
- Cabral, A. (s.d.). *Introdução à leitura de Fernando Pessoa e heterónimos*. Mem Martins: Sebenta Editora.
- Carlson, W. R. (1977). *Dialectic and rhetoric in Pierre Bayle* (Tese de doutoramento não publicada). Yale University, USA.
- Cipriano, R. (2015). Orpheu acabou. Orpheu continua. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/orpheu/#title-6>
- Cooper, L., Eagle, K., Howe, L., Robertson, A., Taylor, D., Reims, H. ... Smith, W. A. (1982). *How to stay younger while growing older: Aging for all ages*. London: Macmillan.
- Costa, P. (s.d.). Sensacionismo. *Modernismo – Arquivo Virtual de Geração de Orpheu*. Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/s/814-sensacionismo>
- Couto, A., & Pinto, C. (2015). *Um novo tempo da história*. Lisboa: Porto Editora.
- Damásio, L. (s.d.). *A primeira exposição de pintura moderna em Portugal*. Porto: CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernandes, A., et al. (2014). *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.
- Hughes, D., & Galinsky, E. (1988). Balancing work and family lives: Research and corporate applications. In A. E. Gottfried & A. W. Gottfried (Eds.), *Maternal employment and children's development* (pp. 233-268). New York: Plenum.

- Hoyt, K. B. (1988). The changing workforce: A review of projections from 1986 to 2000. *The Career Development Quarterly*, 37, 31-38.
- Machado, A. (2020). Aquilino, Paris e os modernistas. *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2020-07-11-Aquilino-Paris-e-os-modernistas>
- Maia, E. (2012). Alguns equívocos sobre a matemática: Uma conversa informal. *Exedra*, 6, 11-28. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/N6/01-Edu.pdf>
- Martins, C. (1986). *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Editorial Comunicação.
- Martins, F. (1994). Orpheu Continua. In *Orpheu: Edição Facsimilada* (s.p.). Lisboa: Editora Contexto.
- Melo, M. C., & Lopes, J. M. (Eds.). (2004). *Narrativas históricas e ficcionais: Recepção e produção para professores e alunos*. Braga: Universidade do Minho.
- Miller, S. (2000). Introduction to manufacturing simulation. In *Proceedings of the 2000 Winter Simulation Conference* (pp. 63-66). Disponível em: <http://www.informssim.org/wsc00papers/011.PDF>
- Negreiros, J. (2013). *Manifesto Anti-Dantas e por extenso*. Assírio e Alvim.
- Neves, M. (2011). *A revista presença e a consumação de um projeto de cosmopolitismo estético-literário*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Nicol, D., & Liu, X. (1997). The dark side of risk. In *Proceedings of the 11th Workshop on Parallel and Distributed Simulation* (pp. 188-195). Lockenhaus, Austria: IEEE Computer Society.
- Oliveira, P. (s.d.). A Águia. *Modernismo – Arquivo Virtual de Geração de Orpheu*. Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/a/878-a-aguia>
- Porto Editora. (2003-2021). Interseccionismo. *Infopédia*. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/interseccionismo>
- Queirós, L. (2015). Orpheu: O primeiro grito moderno que se deu em Portugal. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/03/24/culturaipsilon>
- Ríos Hernández, M., Blanco Rodríguez, A., Bonany Jané, T., & Carol Grés, N. (1999). *Actividad física adaptada: El juego y los alumnos con discapacidad* (2ª ed.). Barcelona: Paidotribo.

Rios, O. (2014). *Raul Brandão, um intelectual no entre-séculos*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Rocha, C. (s.d.). Presença. *Modernismo – Arquivo Virtual de Geração de Orpheu*. Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/p/727-presenca>

Saraiva, A., & Lopes, Ó. (1987). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Sturgeon, T. (1995). Science fiction. In *The encyclopedia americana* (Vol. 24, pp. 390-392). Glendale: Encyclopedia Center.

Watson, M. W. (1994). Vector autoregressions and cointegration. In R. F. Engle & D. L. McFadden (Eds.), *Handbook of Econometrics* (Vol. 4, Chap. 47, pp. 2843-2915). Amsterdam: Elsevier.

Whitmeyer, J. M. (2000). Power through appointment. *Social Science Research*, 29(4), 535-555. <https://doi.org/10.1006/ssre.2000.0680>

A FAMÍLIA O ESPELHO DA SOCIEDADE⁷⁴

The family: the mirror of society

COTINGO, Augusto Cacande⁷⁵

Resumo

Neste artigo mais uma vez, retratamos em buscar e desenvolver através de autores diversos, sobre a “família”, bem como os valores que a integra na sociedade e seu contexto hoje, destacando assim, sua transformação no transcorrer do tempo e o embasamento dos diversos valores na sociedade. As reflexões teóricas obtidas através deste estudo permitiram expor a opinião de diversos autores que trabalham o tema “Família”, tendo como objetivos detectar que a família ainda é intermediária dos valores que incidem na sociedade e refletir sobre seu contexto contemporâneo. Com tudo, foi necessário expurgar mais sobre o contexto histórico da família, abordar os conceitos que foram constituídos no decorrer do tempo, expor os valores que ainda são importantes para o convívio social e também expor os fatores intermediários da contemporaneidade que permeiam as diversas mudanças que estão acontecendo na sua estrutura.

Abstract

In this article, we once again portray searching and developing through various authors about the "family" as well as the values that integrate it in society and its context today, thus highlighting its transformation over time and the foundation of the various values in society. The theoretical reflections obtained through this study allowed to expose the opinion of several authors who work on the theme "Family", aiming to detect that the family is still an intermediary of the values that affect society and reflect on its contemporary context. However, it was necessary to purge more about the historical context of the family, to address the concepts that were constituted in the course of time, to expose the values that still are important for social life and also to expose the intermediate factors of contemporaneity that permeate the various changes that are happening in its structure.

Palavras chaves: *Família; Sociedade e Valores.*

Key words: *Family; Society and Values.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

⁷⁴ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁷⁵ AUGUSTO CACANDE COTINGO - Formado em Filosofia e em Técnicas Documentais aplicadas a Bibliotecas Universitárias. ANGOLA. E-mail: kacandecotingo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o alvorecer da humanidade a família sempre foi e sempre a base da nossa sociedade e a base do nosso bem-estar. Quando surgem acontecimentos perturbadores na família, o seu efeito pode estender-se por várias gerações. Criar famílias estáveis que possam gerir, entender e resolver os seus problemas é o objectivo das Constelações Familiares.

Como é óbvio neste trabalho propusemo-nos falar da família como espelho da sociedade; trabalho composto por dois pontos chaves, onde no primeiro abordamos um pouco sobre os conceitos e historia da família, como são vista as família hoje e a mesma como fonte de valores para o sustentáculo da sociedade; e no segundo ponto falamos do que vem a ser a final de contas a família dentro da sociedade e o que seria da mesmo “sociedade” sem os pilares da família. Basicamente isto que nos leva a viajar no mundo do saber.

1. CONCEITO, HISTÓRIA DA FAMÍLIA

O termo “família” é derivado do latim “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também escravidão legalizada.

No direito romano clássico a "família natural" cresce de importância - esta família é baseada no casamento e no vínculo de sangue. A família natural é o agrupamento constituído apenas dos cônjuges e de seus filhos. A família natural tem por base o casamento e as relações jurídicas deles resultantes, entre os cônjuges, e pais e filhos.⁷⁶ Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, nos tempos medievais (Idade Média), as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. Dessas novas famílias fazia também parte a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias, a paterna e a materna.

⁷⁶ ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. Rio: Forense, 1977.

Com a Revolução Francesa surgiram os casamentos laicos no Ocidente e, com a Revolução Industrial, tornaram-se frequentes os movimentos migratórios para cidades maiores, construídas em redor dos complexos industriais. Estas mudanças demográficas originaram o estreitamento dos laços familiares e as pequenas famílias, num cenário similar ao que existe hoje em dia. As mulheres saem de casa, integrando a população activa, e a educação dos filhos é partilhada com as escolas. Os idosos deixam também de poder contar com o apoio directo dos familiares nos moldes pré-Revoluções Francesa e Industrial, sendo entregues aos cuidados de instituições de assistência.

Na altura, a família era definida como um “agregado doméstico (...) composto por pessoas unidas por vínculos de aliança, consanguinidade ou outros laços sociais, podendo ser restrita ou alargada” Nesta definição, nota-se a ambiguidade motivada pela transição entre o período anterior às revoluções, representada pelas referências à família alargada, com a tendência reducionista que começava a instalar-se reflectida pelos vínculos de aliança matrimonial.

Na cultura ocidental, uma família é definida especificamente como um grupo de pessoas de mesmo sangue, ou unidas legalmente (como no casamento e na adopção). Muitos etnólogos argumentam que a noção de "sangue" como elemento de unificação familiar deve ser entendida metaforicamente; dizem que em muitas sociedades e culturas não-ocidentais a família é definida por outros conceitos que não "sangue".

A família poderia assim se constituir de uma instituição normalizada por uma série de regulamentos de afiliação e aliança, aceites pelos membros. Alguns destes regulamentos envolvem: a exogamia, a endogamia, o incesto, a monogamia, a poligamia, e a poliandria.

A família vem-se transformando através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e socioculturais do contexto em que se encontram inseridas. Esta é um espaço sociocultural que pode ser continuamente renovado e reconstruído; o conceito de próximo encontra-se realizado mais que em outro espaço social qualquer, e pode ser visto como um espaço político de natureza criativa e inspiradora sendo vital para qualquer circunstância a transmissão de valores socialmente aceites.

Assim, a família deverá ser encarada como um todo que integra contextos mais vastos como a comunidade em que se insere. De encontro a esta afirmação, [[JANOSIK e GREEN]], referem que a família é um “*sistema de membros interdependentes que*

possuem dois atributos: comunidade dentro da família e interação com outros membros”⁷⁷. Engels, em seu livro Origem da família da propriedade privada e do estado, faz uma ligação da família com a produção material, utilizando-se do materialismo histórico-dialético e relacionando a monogamia como "propriedade privada da mulher".

1.1. Família hoje

Durante os estudos, partindo da necessidade de compreender a evolução das famílias até a actualidade, procuramos subsídios para que facilitasse este trabalho na busca por respostas em relação ao modelo de família que vem se formando nos dias de hoje. A família está em conexão íntima com a sociedade, e está, a sua participação não deve deixar de lado o seu dever de respeitar e promover a família tendo em vista que ela constitui um valor indispensável e irrenunciável, possui direitos próprios, inalienáveis, que jamais podem ser rechaçados. Interpretar de forma crítica e reflexiva, a formação das diferentes famílias constituídas na atualidade, é importantíssimo que façamos uso de fundamentação, mostrando que as famílias vem perdendo espaço para o consumismo desenfreado, o que ocasiona o distanciamento entre as pessoas por conta da falta de diálogo, de afecto, regras e limites, que por sua vez, deposita-se nas instituições educacionais a responsabilidade de cuidar e educar e que a omissão das famílias tem transformado essa nova geração em pessoas deprimidas, frustradas, vazias e angustiadas.

A família e seus valores em meio às ameaças e desafios do nosso tempo, é a primeira escola das virtudes sociais de que a sociedade tem necessidade. Frente a esta realidade a família traz em si inúmeros valores essenciais que por nada podem ser ofuscados, tolhido ou menosprezado, pois a família não é somente lugar um de crescimento pessoal, dos afetos, da transmissão da cultura entre as gerações, mas sim uma comunidade de amor, o lugar do direito e do princípio do cuidado, da solidariedade, partilha, amizade, companheirismo, respeito e unidade. A família foi sempre considerada como a primeira e fundamental expressão da natureza social do homem, em que delineia-se, no desígnio do Criador, como lugar primário da humanização.

Por tanto, Ser família hoje é construir um espaço de confiança e apoio incondicional. É saber que nesse espaço, cada membro terá acolhido, carinho e compreensão, sem importar as falhas e limites pessoais. É um antídoto para a solidão, o

⁷⁷ Cfr. STANHOPE, 1999, p. 492.

desespero e a tristeza; Ser família hoje, significa nadar contra a maré e ter coragem de corroborar valores como solidariedade, amor ao próximo, honestidade, dignidade e respeito às diferenças. É saber colocar limites e respeitá-los também. É conviver com as diversas formações que surgem com o tempo: filho de ex-marido, actual namorada do pai, etc. Ser família hoje, significa mais que convivência, é estar ao lado, aceitar as diferenças, compartilhar as flores e as pedras, espaço de onde brotam as vocações. Ser família nos dias actuais, vai além do âmbito familiar, a família começa dentro de casa, mas se manifesta nos diferentes campos de actuação. Devemos ser família na rua, na escola, no trabalho, e até nas discussões conflituosas. Família é quem se sente parte importante, peça fundamental na construção da história, família é quem podemos abreviar ou simplificar, chamando pelo nome de AMOR!

Apesar de tudo, a família, seja lá o que ela for, continua respondendo pelos seus membros. Esta resposta pode ser mais ou menos calorosa, amorosa, e responsável, mas a responsabilidade é da família. Creio, mesmo, que com a mundialização, etc., houve um retorno a um “fundamentalismo” do qual a família seria um dos elementos-chave, ou seja, uma busca de valores, de estabilidade, de segurança, etc., em um fechamento, representado pela família como valor, e não uma abertura para um universalismo, pretendido há algum tempo atrás, e que parece não poder dar sustentação às pessoas em uma sociedade esgarçada.

1.2. A Família como fonte de valores para a Sociedade

Os bons valores devem ser aprendidos ainda na infância e transmitidos de pais para filhos, como uma herança. Só assim é possível garantir que as crianças de hoje se tornem adultos melhores amanhã.

Quando os valores prioritários são os valores ou bens materiais, como ocorre em amplos sectores da sociedade actual, ou quando os valores se confundem com os desejos ou as apetências de um ser humano, como também acontece, a descoberta de verdadeiros valores humanos tem uma grande importância para a motivação da vontade humana.

Porquê? Porque a motivação humana remete sempre para valores humanos verdadeiros, materiais e espirituais – sempre que os primeiros sirvam os segundos e não ao contrário.

A descoberta e valores corresponde aos imateriais, aos do espírito, aos que fazem referência à verdade (valores intelectuais), ao bem (valores morais) e à beleza (valores estéticos). São três tipos de valores estreitamente relacionados entre si, porque verdade, bem e beleza são os termos inseparáveis de um trinómio. (Se alguém tentasse separá-los, encontrar-se-ia com uma verdade má e feia, com um bem feio e falso, com uma beleza falsa e má).

Como descobrir estes valores? Cada qual deve tomar a iniciativa de os procurar porque lhe são muito importantes: são os elementos que aperfeiçoam o próprio ser; mediante eles, um indivíduo pode acabar por ser, chegar a ser aquilo que é: pessoa ser mais e melhor pessoa.

Mas nem sempre que se procuram, se encontram. Também é verdade que às vezes, emergem de repente no nosso horizonte existencial, inclusivamente apesar da nossa resistência (...) Um dia qualquer. uma vida rotineira, e talvez sem relevo, pode sentir-se sacudida – e até invadida – pela descoberta de um novo valor que a transforma.⁷⁸

Há algum âmbito onde a descoberta de valores seja menos difícil ou mais provável? Em primeiro lugar, o âmbito vital da família. Se os pais optaram por certos valores e se comprometeram com eles, cada filho que vem ao mundo não tem de desenvolver a tarefa hercúlea e problemática de tratar de descobrir por que valores vale a pena arriscar a vida (ibidem).

Nem sempre acontece assim. Optar por certos valores significa escolher, entre os melhores, aqueles que mais convenham, numa família concreta com as suas circunstâncias actuais, para o desenvolvimento pessoal de cada membro e para a melhoria familiar. Logicamente, serão prioritários os valores humanos mais cultivados por ambos os cônjuges.

Comprometer-se com uns valores e organizar a vida familiar em função deles supõe tê-los interiorizado profundamente. Só assim serão capazes de os pôr de moda na sua família, sendo eles próprios, para os seus filhos, portadores de valores.

Esses valores, vividos pelos pais. Com naturalidade e com graça, com bom humor, sabendo sorrir habitualmente, serão atractivos para os filhos e contagiosos. A família, sob esta perspectiva, aparece-nos como um museu vivo de valores. E não porque os pais

⁷⁸ Cfr: Polaino e Carreño, 1992, p. 75.

pendurem os valores nas paredes, como se tratasse de um quadro que, passivamente, se deve admirar. Os valores familiares constituem, pelo contrário, um dado irrefutável, quase com cunho testemunhal, que vai unido ao comportamento diário dos pais (ibidem, p. 76). E também estarão presentes estes valores na conduta dos filhos, quando os pais, além de os viverem e de os fomentarem, promovem e mantêm vigentes algumas normas e costumes familiares que mostram a presença viva destes valores preferenciais.

Os valores familiares – em famílias cristãs não são só valores naturais, mas também valores sobrenaturais – nenhuma criança inicialmente os questiona. Mais tarde sim, porque, na medida em que cresce, emerge e amadurece a sua liberdade pessoal, há-de comprometer-se também nas escolhas que faz e que, obviamente, são sempre muito pessoais (...). Precisamente, por isso, os pais têm de preparar essa fase de referência – através do seu comportamento – que lhe sirva de orientação.

Isto será tanto menos difícil para os pais quanto mais cedo façam da sua família um museu vivo de valores, quando os filhos são ainda muito pequenos.

Será menos difícil também a sua adolescência, quando o quadro de referência e um mínimo de normas e costumes tenham sido parte importante do seu ambiente familiar acolhedor desde a primeira infância.

Deste modo, quando o filho adolescente ou o filho jovem dá prioridade a alguns valores como fundamento para apoiar a sua vida, tem já, como em depósito, uns valores que anteriormente assumiu e integrou, quase sem dar por isso, contagiados ou emprestados pelos seus pais.

Estes valores familiares descobertos na convivência do lar paterno, nas relações diárias de pais e filhos, de irmãos de diferentes idades, traduzem-se – como efeito de descoberta – em motivos. Em consequência, a conduta de cada filho estará motivada desde o princípio, a sua vontade estará motivada.

Penso, por contraste, em tantos filhos desmotivados antes e durante a sua adolescência, quando os primeiros responsáveis da família não se propuseram ou não souberam criar este ambiente familiar cimentado na sinceridade, na generosidade, na lealdade, na laboriosidade, no optimismo, na compreensão exigente, no respeito confiado, na disponibilidade, na gratidão, na amizade e noutros valores humanos.

No entanto, os valores humanos estão diretamente ligados, ao que é, ou ao que teria que ser do homem para o homem tais como, honestidade, ética, educação, cultura, humildade, bondade, moral, respeito, solidariedade, justiça, e por aí vai; A família é onde, em princípio, qualquer ser humano adquire os seus primeiros valores.

2. A FAMÍLIA O ESPELHO DA SOCIEDADE

Família na Doutrina Social da Igreja é compreendida como sendo célula vital da sociedade, primeira sociedade natural, fundada no matrimônio (um vínculo perpétuo entre um homem e uma mulher), santuário da vida, a quem é atribuída uma tarefa educativa que é direito dos filhos, é protagonista da vida social e deve ter a sociedade a seu serviço.

A família é importante para a pessoa e para a sociedade, é no âmbito da família que o homem recebe as primeiras noções do bem e da verdade, aprende a amar e ser amado e o significado de ser pessoa. De outro tanto, sem famílias fortes na comunhão e estáveis no seu compromisso, os povos se debilitam e é no seu âmbito que se dá a aprendizagem das responsabilidades sociais e da solidariedade.⁷⁹

Também é afirmada a prioridade e precedência da família em relação à sociedade e ao Estado. Na sua função procriadora a família é mesmo condição de existência da própria sociedade. A legitimação da família está fundada na própria natureza humana e não no reconhecimento da lei civil. Ela antecede ao próprio Estado, por isto ela não existe em função do Estado, antes o contrário a sociedade e o Estado é que existem para a família.

Nas suas relações com a família o Estado tem o dever de ater-se ao *Princípio da Subsidiariedade*, não lhe subtraindo as tarefas que pode realizar sozinha ou associada a outras famílias e tem o dever de apoiá-la garantindo-lhe os auxílios necessários para que possa bem cumprir as suas responsabilidades.⁸⁰

A família, neste contexto, é compreendida como sendo a primeira escola de sociabilidade da pessoa humana, no seu âmbito os anciãos são vistos como escola de vida e transmissores de valores e tradições e têm direito de ser tratados com amor, sobretudo quando se encontram em situação de dependência. Há um provérbio na língua Umbundo

⁷⁹ Cfr. *Catecismo*, 2224.

⁸⁰ Cfr. (*Familiaris Consortio*, 472).

que diz “ *Tchilanda Ongombe tchitunda kondjo*”⁸¹ ; o que significa dizer que a família tem que ser aquela instituição onde auguramos a identidade para a vida na sociedade.

Segundo a Doutrina Social da Igreja o divórcio é *verdadeira praga social*, o adultério, a poligamia e a união livre representam graves ofensas à dignidade do casamento.⁸²

De outro tanto, ... "a Igreja não abandona a si próprio aqueles que se divorciaram, esforçar-se-á infatigavelmente por oferecer-lhes os meios de salvação. São exortados a perseverar na vida eclesial e a incrementar as obras de caridade e as iniciativas da comunidade em favor da justiça" ... "que não se considerem separados da Igreja"... "A Igreja reza por eles."

A Sagrada Família é um exemplo preclaro de "vida familiar". Que Nazaré nos ensine o que é a família, a sua comunhão de amor, a sua beleza austera e simples, o seu carácter sagrado e inviolável; aprendamos de Nazaré como é preciosa e insubstituível a educação familiar e como é fundamental e incomparável a sua função no plano social. Enfim aprendamos uma lição de trabalho.⁸³

Não podemos permitir que a influência da família na sociedade seja desvalorizada, ela é quem define nossos princípios, o que entendemos por certo e errado e, principalmente, como nos relacionaremos com os integrantes de outras famílias. É a partir da nossa casa que aprendemos como administrar os nossos sentimentos e tudo isso contribui completamente como será o comportamento da sociedade futuramente.

2.1. O quê seria a sociedade sem a família

Hoje em dia muito se comenta sobre a “falta de valores” na sociedade, criam teorias, protesta-se por uma sociedade com mais “valores”. Chegamos a um nível absurdo onde constatamos que a própria vida, o bem mais importante que temos, não tem mais valor algum, podendo a qualquer momento ser trocada por um par de ténis em um assalto. Nossos filhos, tanto adolescentes como as crianças, não têm mais o hábito da leitura, manter-se focados por 15 minutos em uma actividade então é coisa rara hoje em dia, excepto, claro, as relacionadas com a internet. Têm dificuldades de aprendizagens, não respeitam mais a família e muito menos a si próprios. Seria essa situação uma decadência

⁸¹ Provérbio da tradição da língua Umbundo.

⁸² Cfr. *Catecismo*, 2385 - 2400 e *Familiaris Consortio*, 84.

⁸³ Cfr. Paulo VI, Discurso em Nazaré, 5 de janeiro de 1964.

social? Precisamos voltar a ser uma sociedade de valores, onde haja cuidado pelo ser humano, na mais profunda ética de Kant. Será isso ainda possível? Ou essa mudança seria um fato e a única coisa que podemos fazer é aprender a lidar com a mesma? Quando falamos dessa “perda de valores”, estamos nos referindo à falta de um comportamento individual do ser humano mais ético, adicionado a outros comportamentos que de alguma forma agridem o hoje e o amanhã, como a falta de respeito com o próximo, agressão por fatos fúteis, periodização económica em relação ao ser humano, dentre outros. Com isso, estamos aos poucos dissolvendo valores que antigamente eram importantes para o funcionamento da sociedade, como ética, moral, família, amizade e outros e passamos a viver em um mundo completamente individual (cada um por si), onde acabamos experienciando aquilo que chamamos de “falta de valores”.

Hoje julgamos as pessoas pela etnia, pelo que elas ouvem, pela função e valor que recebem em seus empregos, pelo valor de suas contas bancárias, pelo fato de como se vestem, dentre outras diversas formas de julgamentos e acabamos esquecendo o que realmente é importante, ou seja, carácter, honra, honestidade, ética, moralidade e etc. Há hoje no mundo um enorme desrespeito com as pessoas de um modo geral e que cada vez mais crescente, fazendo com que o mundo viva uma guerra continua. Perdemos nossa essência, não temos mais vontades próprias, somos facilmente manipulados pelas médias em gerais, o que acaba nos tornando ainda mais individuais só que esquecemos, que nossas atitudes querendo ou não influenciam nosso meio social, ainda que seja de modo discreto. O mundo está esquecendo o amor e a solidariedade e com isso, está trazendo a ganância, o sofrimento. Estamos, vivemos em um mundo sem regras e preceitos, mas desde quando isso é bom?

Jean-Jacques Rousseau dizia: “*O homem é bom por natureza. É a sociedade que o corrompe*”, mas no fundo acho que seria ao contrário, afinal, é o homem que passa a ter um comportamento individual e a se separar da sociedade como um todo, pensamento apenas em si mesmo, em busca da vantagem pessoal, tal como prescreve, pragmaticamente, a “Lei de Gerson”. Sem afirmar e defender os valores fundamentais de nossa sociedade, essa crise de valores irá existir por um longo tempo e continuaremos a viver em uma sociedade sem valores e sem escrúpulos.

CONCLUSÕES

A relação da família sempre teve grande importância no desenvolvimento da sociedade. O núcleo familiar, pais e filhos, é responsável pela forma como veremos o mundo no futuro. A escola tem o objetivo de difundir conhecimento e não de educar, dar limites ou moralidade.

Não podemos permitir que a influência da família na sociedade seja desvalorizada, ela é quem define nossos princípios, o que entendemos por certo e errado e, principalmente, como nos relacionaremos com os integrantes de outras famílias. É a partir da nossa casa que aprendemos como administrar os nossos sentimentos e tudo isso contribui completamente como será o comportamento da sociedade futuramente.

A família é, sempre foi e sempre será a base da nossa sociedade e a base do nosso bem-estar. Quando a família se encontra doente toda a sociedade fica doente. A melhor maneira de medir o estado da saúde da família acaba sendo medir o estado de saúde da sociedade. Quando a família não está bem, a sociedade não está bem. A sociedade é apenas um reflexo da família. A sociedade apenas reflecte o que se passa na família. A sociedade é apenas um reflexo da família e quando a sociedade não está bem, não é na sociedade que devemos procurar as causas, mas sim na família. A sociedade é a consequência da família e o resultado da família uma vez que esta mesma sociedade é apenas constituída por famílias. Quando uma sociedade se encontra doente isso apenas significa que as famílias se encontram doentes.

Este é o efeito alavanca; um pequeno problema na família, traduz-se num grande problema na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. C. M. (1977). *Direito romano*. Forense.

Paulo VI. (1964, 5 de janeiro). *Discurso em Nazaré*. Santa Sé.

Pontifício Conselho para a Família. (1981). *Familiaris consortio* (n.º 47). Libreria Editrice Vaticana.

Santa Sé. (1997). *Catecismo da Igreja Católica* (n.º 2224). Gráfica Vaticana.

Stanhope, M. (1999). Teorias e desenvolvimento familiar. In M. Stanhope & J. Lancaster, *Enfermagem comunitária: Promoção da saúde de grupos, famílias e indivíduos* (1.ª ed.). Lusociência.

Polaino-Lorente, A., & Carreño, P. A. (1992). *Familia: locura y sensatez*. AC.

A EDUCAÇÃO HUMANISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ERASMO DE ROTERDÃO E THOMAS MORE⁸⁴

*Humanistic education: a comparative analysis between erasmus of rotterdam and
Thomas More*

SANTOS, Mário⁸⁵; & RODRIGUES, João Bartolomeu⁸⁶

Resumo

Erasmus de Roterdão e Thomas More destacaram-se como dois dos maiores expoentes do humanismo renascentista, oferecendo perspectivas que transcendem o seu tempo e permanecem profundamente relevantes na educação contemporânea. Este artigo analisa as suas concepções pedagógicas, destacando as visões de Erasmo, expressas em *A Educação de um Príncipe Cristão*, e de More, sintetizadas em *Utopia*. Ao explorar as influências destes pensadores no desenvolvimento de ideias como a formação ética, a igualdade e o acesso universal ao ensino, este estudo reflete sobre o impacto das suas propostas no contexto educativo português e global. Em Portugal, princípios como a democratização do ensino e a inclusão refletem diretamente os ideais de More, enquanto a ênfase no pensamento crítico e na interdisciplinaridade, defendida por Erasmo, encontra eco em currículos modernos. Globalmente, as suas ideias influenciaram movimentos de alfabetização e inclusão digital em regiões como a América Latina e África, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por fim, são comparadas as suas ideias com pedagogias não humanistas, evidenciando os contrastes em termos de objetivos e métodos, e discutido o seu impacto nos desafios contemporâneos.

Abstract

Erasmus of Rotterdam and Thomas More stood out as two of the greatest exponents of Renaissance humanism, offering perspectives that transcend their time and remain deeply relevant in contemporary education. This article analyzes their pedagogical conceptions, highlighting the views of Erasmus, expressed in *The Education of a Christian Prince*, and of More, summarized in *Utopia*. By exploring the influences of these thinkers on the development of ideas such as ethical training, equality, and universal access to education, this study reflects on the impact of their proposals in the Portuguese and global educational context. In Portugal, principles such as the democratization of education and inclusion directly reflect More's ideals, while the emphasis on critical thinking and interdisciplinarity, advocated by Erasmus, is echoed in modern curricula. Globally, their ideas have influenced literacy and digital inclusion movements in regions such as Latin America and Africa, aligning with the Sustainable Development Goals (SDGs). Finally, their ideas are compared with non-humanistic pedagogies, highlighting the contrasts in terms of objectives and methods, and their impact on contemporary challenges is discussed.

Palavras-chave: *Humanismo; Educação; Ética; Igualdade; Erasmo de Roterdão; Thomas More.*

Keywords: *Humanism; Education; Ethics; Equality; Erasmus of Rotterdam; Thomas More.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

⁸⁴ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁸⁵ MÁRIO SANTOS – UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

⁸⁶ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt.

INTRODUÇÃO

O Renascimento europeu foi um momento de profunda transformação cultural, social e intelectual. Com o redescobrimento dos textos clássicos e a emergência de novas abordagens filosóficas, nasceu uma visão renovada do papel da educação como alicerce para o progresso humano. Neste cenário, Erasmo de Roterdão (1469-1536) e Thomas More (1478-1535) afirmaram-se como duas das figuras mais influentes do humanismo renascentista. Unidos pela amizade e pelo compromisso com a reforma social, diferiram nos caminhos que traçaram para alcançar os seus objetivos educacionais e sociais. Ambos, no entanto, partilhavam a crença no poder da educação como motor de transformação. Este artigo pretende explorar as trajetórias e pedagogias de Erasmo e More, analisando como os seus princípios moldaram o pensamento educacional ao longo dos séculos. Além disso, propõe uma reflexão sobre os desafios contemporâneos à luz das suas ideias, examinando as suas intersecções com outros humanistas e com pedagogias alternativas, tanto progressistas quanto tecnocráticas. Por fim, procura demonstrar a atualidade e a universalidade das suas propostas no âmbito educativo e social.

Erasmo de Roterdão: Vida, Obra e Contributos Pedagógicos

Erasmo nasceu nos Países Baixos em 1469, filho ilegítimo de um sacerdote, o que moldou profundamente a sua visão crítica sobre as instituições religiosas e sociais do seu tempo. Após uma infância difícil, marcada pela entrada em mosteiros, encontrou refúgio nos estudos clássicos, que viriam a definir o curso da sua vida. Formado em teologia e letras clássicas, Erasmo viajou extensivamente pela Europa, passando por cidades como Paris, Londres, Veneza e Basileia. Estas viagens foram cruciais para a disseminação de ideias humanistas, permitindo-lhe estabelecer uma vasta rede de correspondência com outros intelectuais da época, como Thomas More e Martin Luther.

Durante estas viagens, Erasmo utilizou o seu contacto com diferentes culturas e universidades para promover a reforma educacional e a valorização do pensamento crítico. Em Veneza, trabalhou com Aldo Manúcio, um dos mais renomados editores renascentistas, contribuindo para a publicação de textos clássicos que moldariam o currículo humanista em toda a Europa. Em Basileia, centro de atividade editorial, Erasmo pôde supervisionar pessoalmente as edições das suas obras, garantindo a sua ampla distribuição.

Estas experiências cosmopolitas permitiram-lhe não apenas criticar as instituições educacionais existentes, mas também propor reformas que combinassem os valores humanistas com uma abordagem prática. Erasmo acreditava que a educação deveria preparar os indivíduos para enfrentar os desafios da sociedade, promovendo um diálogo intercultural e ético, um ideal que ressoaria através dos séculos.

A sua obra mais célebre, *Elogio da Loucura* (1511), é uma sátira brilhante que expõe as falhas humanas e as hipocrisias da sociedade. Contudo, é em *A Educação de um Príncipe Cristão* (1516) que Erasmo demonstra a sua visão pedagógica, defendendo que a educação deve formar líderes virtuosos, capazes de governar com sabedoria e compaixão. Erasmo acreditava que a educação, ao combinar o rigor intelectual com a moralidade, era a chave para a paz e a justiça social.

A Pedagogia da Sátira como Método Educativo

Segundo Cantos (2006), a pedagogia de Erasmo distingue-se pelo uso da sátira como ferramenta para provocar a reflexão moral e desafiar as estruturas de poder. Obras como *Elogio da Loucura* combinam humor e crítica, incentivando os leitores a questionarem as normas estabelecidas e a examinarem as suas próprias falhas. Este método inovador posicionava a reflexão e a autocrítica como elementos centrais na formação do indivíduo, preparando-o para lidar com os desafios éticos e intelectuais da vida pública.

Erasmo defendia ainda o estudo da língua grega como essencial para a formação do pensamento crítico e da compreensão dos textos clássicos e religiosos. Na famosa carta a Martin van Dorp (1515), Erasmo defendeu que o grego permitia não só uma interpretação mais autêntica das escrituras, mas também a preservação do legado clássico. Como, Osório (2004) argumenta, a valorização da riqueza linguística era, para Erasmo, uma forma de cultivar a mente e a alma, destacando o papel da educação na renovação espiritual e moral.

O Legado de Erasmo na Educação Contemporânea

As ideias de Erasmo ressoam nos currículos modernos que valorizam a interdisciplinaridade, o pensamento crítico e a formação ética. Em Portugal, disciplinas como Filosofia continuam a desempenhar um papel crucial na formação dos estudantes, alinhando-se com os princípios humanistas defendidos por Erasmo. Globalmente, a sua visão pedagógica encontra eco em iniciativas de educação para a paz e em programas de formação de líderes éticos, como os promovidos pela ONU. Além disso, os seus ideais de justiça e diálogo refletem-se em práticas educativas que promovem a inclusão e a resolução pacífica de conflitos.

Thomas More: Educação, Igualdade e Justiça Social em Utopia

Thomas More nasceu em Londres, em 1478, numa família que valorizava a educação como um caminho para o progresso social. Estudou Direito em Oxford, mas foi a sua paixão pela filosofia e pela literatura que o aproximaram do movimento humanista. Como conselheiro de Henrique VIII, More demonstrou a sua integridade moral em várias ocasiões, recusando apoiar políticas que considerava injustas, como a separação da Igreja de Inglaterra da autoridade papal. Este posicionamento culminou na sua oposição ao Ato de Supremacia, um gesto que, apesar de levar à sua execução em 1535, exemplifica o seu compromisso com os princípios de justiça e ética que também fundamentaram as suas ideias pedagógicas. Para More, a educação não era apenas uma ferramenta de instrução, mas um meio para formar cidadãos moralmente responsáveis, capazes de resistir a pressões políticas e sociais que comprometessem os valores fundamentais de igualdade e cooperação.

A sua obra mais famosa, *Utopia* (1516), descreve uma sociedade fictícia onde a igualdade e a justiça social são alcançadas através da educação universal. More propõe um modelo educativo acessível a todos, independentemente do género ou posição social, integrando disciplinas como filosofia, matemática e ciências naturais. Esta visão progressista reflete o seu compromisso com a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ironia e Transformação em Utopia

Como aponta Stieltjes (2005), a ironia em Utopia é uma ferramenta poderosa que desafia o leitor a questionar as injustiças do seu tempo. Mais do que uma proposta literal, a obra é uma crítica às desigualdades sociais e ao abuso de poder, oferecendo um modelo alternativo que valoriza a cooperação e o bem comum. Através desta abordagem, More sublinha a importância de uma educação que prepare os cidadãos para participar ativamente na construção de uma sociedade mais equitativa.

Uma Crítica às Desigualdades e à Influência de Platão

De acordo com de Sousa (2017), a originalidade de Utopia reside na sua capacidade de criticar as desigualdades sociais do período renascentista, indo além das propostas filosóficas de Platão em A República. Embora influenciado pelo pensamento platônico, More desenvolve uma visão mais prática e humanista, centrada na cooperação e na justiça social. Esta perspectiva faz de Utopia uma obra não apenas filosófica, mas também pedagógica, ao propor uma educação que capacite os cidadãos para transformar a sociedade.

Impacto e Reinterpretação em Contextos Modernos

As ideias apresentadas em Utopia foram reinterpretadas e aplicadas em vários contextos ao longo da história. No século XIX, movimentos socialistas e utópicos inspiraram-se na obra de More para propor comunidades baseadas na cooperação e na partilha de recursos. Em particular, os princípios de igualdade social e educacional influenciaram as políticas de educação pública em países como a França e os Estados Unidos, onde a universalização do ensino básico foi vista como um pilar para a construção de sociedades mais igualitárias.

No contexto contemporâneo, os ideais de Utopia continuam a ressoar em programas de inclusão educacional e em movimentos que promovem o acesso equitativo à educação em regiões economicamente desfavorecidas. Por exemplo, projetos como o Bolsa Família no Brasil refletem, de forma adaptada, o ideal de justiça social defendido por More, ao integrar políticas de educação e combate à pobreza.

Globalmente, a obra também influenciou movimentos educacionais que procuram incorporar valores de sustentabilidade e cooperação, como os promovidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Em particular, o ODS 4, que defende uma educação de qualidade e inclusiva, ecoa as propostas de More para uma formação acessível a todos, sem distinções de classe ou género. O impacto de More no debate educativo alinha-se também diretamente com o ODS 5 (Igualdade de Género) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), sublinhando a importância de uma educação equitativa como base para a justiça social. As suas ideias também têm sido debatidas em contextos de economia solidária e educação alternativa, mostrando a versatilidade e a atualidade dos seus conceitos.

Comparação entre Erasmo de Roterdão e Thomas More

Ao analisar as pedagogias de Erasmo de Roterdão e Thomas More, surgem tanto convergências quanto divergências significativas. Ambos partilhavam a convicção de que a educação era uma ferramenta central para a transformação social e moral, mas abordavam esta questão de formas distintas.

Erasmo via a educação como um meio de formar líderes virtuosos que pudessem governar com sabedoria e justiça, enfatizando o papel dos clássicos e da ética cristã no desenvolvimento do carácter. Por outro lado, More acreditava na universalização do ensino, defendendo que a educação deveria ser acessível a todos os cidadãos, independentemente do género ou da posição social, como base para uma sociedade igualitária. Este contraste reflete-se nas suas obras principais: enquanto *A Educação de um Príncipe Cristão* foca na formação de líderes, *Utopia* apresenta uma visão de transformação estrutural abrangente.

Além disso, Erasmo utilizava frequentemente a sátira como ferramenta pedagógica, incentivando a reflexão crítica e a autorreflexão, enquanto More optava pela ironia para expor injustiças sociais e propor soluções utópicas. Apesar das diferenças, ambos enfatizavam valores como a justiça, a paz e a cooperação, alinhando-se nos objetivos fundamentais das suas pedagogias.

Comparação com Outros Humanistas e Pedagogias Não Humanistas

Além de Erasmo e More, outros pensadores humanistas como Comenius e Rousseau também influenciaram profundamente o pensamento educacional. Comenius, em *Didática Magna*, propôs métodos que sistematizavam o ensino e defendiam a universalidade da educação, um ideal próximo ao de More. Rousseau, por sua vez, apresentava uma abordagem prática e naturalista em *Emílio*, enfatizando a liberdade individual na aprendizagem, em contraste com a ênfase de Erasmo nos clássicos como base para a formação ética.

Quando comparadas com pedagogias não humanistas, as propostas de Erasmo e More destacam-se pelo foco no desenvolvimento integral do indivíduo e na promoção de valores éticos e sociais. As pedagogias tecnocráticas, por exemplo, priorizam a formação técnica e a adequação ao mercado de trabalho, frequentemente negligenciando o pensamento crítico e os valores humanistas. Já a pedagogia tradicionalista, com sua ênfase na autoridade do professor e na transmissão hierárquica do conhecimento, contrasta com as abordagens dialógicas e participativas de Erasmo e More, que valorizavam o questionamento e o envolvimento ativo dos estudantes.

Impacto Global e Atualidade

As ideias de Erasmo de Roterdão e Thomas More transcenderam os limites geográficos e temporais do Renascimento, deixando marcas profundas em diferentes regiões e períodos históricos. Na América Latina, o humanismo de ambos inspirou movimentos educativos que procuraram combater as desigualdades impostas por heranças coloniais. Iniciativas como os projetos de alfabetização de massa, liderados por figuras como Paulo Freire, ressoam as ideias de inclusão e justiça social promovidas por More em *Utopia*. A ênfase na educação como ferramenta de emancipação cultural e social, um dos pilares do pensamento de More, encontrou terreno fértil na América Latina, especialmente em países como o Brasil e o México, onde a educação foi usada para questionar estruturas opressoras e promover maior equidade.

A visão de More encontra paralelo em políticas educativas portuguesas que promovem a inclusão e a democratização do ensino. Desde a Revolução de Abril de 1974, o acesso à educação tornou-se um direito universal em Portugal, refletindo o ideal de More de uma sociedade justa e igualitária. A aposta em programas como o Plano Nacional de Leitura e o aumento do acesso ao ensino superior reforçam este compromisso com a formação integral e equitativa dos cidadãos.

No contexto africano, particularmente durante e após os processos de descolonização, as ideias humanistas de Erasmo e More foram reinterpretadas como base para sistemas educativos mais inclusivos e culturalmente relevantes. Os princípios de igualdade e acesso universal defendidos por More foram adaptados para responder às necessidades de sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e económicas. Por exemplo, em países como Moçambique e Angola, a educação pósindependência inspirou-se em ideais humanistas para promover não só a alfabetização, mas também a formação de uma consciência coletiva voltada para a construção nacional.

Além disso, no mundo contemporâneo, a democratização do acesso às tecnologias digitais representa uma extensão dos ideais de Erasmo e More. A inclusão digital, promovida por organizações como a UNESCO, alinha-se diretamente com a visão de More de uma educação universal e acessível. Do mesmo modo, a insistência de Erasmo na importância do pensamento crítico é refletida em programas educacionais globais que enfatizam habilidades de resolução de problemas e o uso responsável da informação digital. Em suma, a influência destes dois humanistas continua a moldar políticas e práticas educacionais, reafirmando a relevância dos seus legados no combate às desigualdades globais e na promoção de sociedades mais justas e equitativas.

REFLEXÕES FINAIS

Erasmo de Roterdão e Thomas More foram visionários cujas ideias moldaram profundamente o pensamento educacional e social. As suas propostas, centradas na ética, igualdade e desenvolvimento integral, continuam a inspirar práticas e políticas educativas em todo o mundo. Em Portugal, princípios como a democratização do ensino e a inclusão refletem diretamente os seus ideais, enquanto globalmente, as suas influências ecoam em movimentos de alfabetização, igualdade de género e inclusão digital.

Olhando para o futuro, os desafios contemporâneos, como a desigualdade educacional e a rápida evolução tecnológica, tornam ainda mais relevante o legado de Erasmo e More. A sua visão humanista oferece um guia para construir sistemas educativos que priorizem não apenas o conhecimento técnico, mas também a formação ética e social. Como pilares do humanismo renascentista, Erasmo e More permanecem exemplos atemporais de como a educação pode ser uma força transformadora para o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagagno, N., & Visalberghi, A. (1981). *História da pedagogia*. Livros Horizonte.
- Alves, C. C. B. (2021). *A influência do pensamento socrático nos fundamentos da educação de adultos* (Dissertação de mestrado). Repositório Aberto da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/75690>
- Cantos, J. (2006). *Erasmo de Roterdão e a pedagogia da sátira* (Tese de doutoramento). Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.368171>
- Comenius, J. A. (1999). *Didáctica magna*. <https://aeaveiro.pt/biblioteca/view/1109/Didactica%20Magna%20-%20Comenio.pdf>
- Cruz, A. M. da S. e. (2008). *Uma visão pedagógica dialogal na crise da primeira globalização*. Repositório Aberto da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/1010>
- Freire, A. I. R. (2008). *Utopia III, de Pina Martins: a actualização da Utopia de Thomas More*. Repositório Aberto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. <http://hdl.handle.net/10348/140>
- Lopes, M. dos S. (2012). Para uma suma do saber: a cultura do humanismo no Renascimento. *Gaudium Sciendi*, (1), 79–88. <https://doi.org/10.34632/gaudiumsciendi.2012.2126>
- Osório, J. A. (2004). Acerca de um tópico do humanismo em Erasmo: a defesa do grego na carta a Martin van Dorp (1515). *Máthesis*, (13), 177–198. <https://doi.org/10.34632/mathesis.2004.3920>

Sartorelli, E. C. (2019). *Erasmus e os ciceronianos*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316.2/45205>

Sousa, H. E. M. de. (2017). A *Utopia* de Thomas More como crítica às desigualdades: uma originalidade para além de Platão. *PERI*, 9(2), 107–124.
<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/2917>

Stieltjes, C. (2005). *A ironia em A Utopia de Thomas More: ideologia e história*. Universidade de São Paulo.
https://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/posgraduacao/defesas/2006_docs/claustieltjes.pdf

ILUMINISMO DE ROUSSEAU NO DESENVOLVIMENTO DA PEDAGOGIA MODERNA⁸⁷

Rousseau's enlightenment in the development of modern pedagogy

CORREIA, Ramiro⁸⁸, & RODRIGUES, João Bartolomeu⁸⁹

Resumo

Podemos considerar que Jean-Jacques Rousseau introduziu ideias revolucionárias na Pedagogia, especialmente com a defesa da educação natural, que na época desafiava os métodos tradicionais e, por vezes, se afastava mesmo do movimento iluminista, colocando razão e sensibilidade ao mesmo nível da educação da criança. Se pensarmos nas teorias educativas atuais, muito do que o autor defendeu é ainda válido, especialmente a ideia de que o aluno é o elemento mais importante da aula e que o pedagogo / professor deve adaptar-se às necessidades e ritmos de aprendizagem de cada um deles, para o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Abstract

We can consider that Jean-Jacques Rousseau introduced revolutionary ideas in Pedagogy, especially with his advocacy for natural education, which at the time challenged traditional methods and sometimes even diverged from the Enlightenment movement, placing reason and sensitivity on the same level in the education of children. If we think about current educational theories, much of what Rousseau defended is still valid, especially the idea that the student is the most important element of the classroom and that the educator/teacher should adapt to the needs and learning rhythms of each student for their well-being and integral development.

Palavras-chave: *Iluminismo; Pedagogia Moderna; Rosseau.*

Keywords: *Age of Enlightenment; Modern Pedagogy; Rousseau.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

⁸⁷ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁸⁸ RAMIRO CORREIA – UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

⁸⁹ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt.

INTRODUÇÃO

É do conhecimento geral que o Iluminismo veio romper com as tradições autoritárias e dogmáticas que dominavam o ser humano, devido à grande influência da Igreja em todos os aspetos do quotidiano, incluindo a Educação. Defendendo os valores do racionalismo, do experimentalismo e do individualismo, este novo movimento trouxe mudanças radicais na forma de ver o Homem e, especialmente, no ramo da Pedagogia.

Vários foram os pensadores que trabalharam os ideais iluministas, pondo em prática teorias pedagógicas centradas na criança, na sua autonomia e na importância do seu desenvolvimento integral como indivíduo livre e crítico. Um desses filósofos foi Jean-Jacques Rousseau, com a sua desafiante obra *Emílio ou Da Educação*, que se centra no aluno como ser individual e natural, cuja educação deve seguir princípios ligados à exploração e à experiência prática, cortando com a rigidez da educação eclesiástica.

Assim, neste artigo, faremos uma breve descrição do Movimento Iluminista, centrando-nos na sua componente pedagógica para, depois, comprovarmos como Rousseau (apesar das lacunas e críticas que lhe são apontadas ao longo dos tempos) esteve no cerne do desenvolvimento desta nova pedagogia, acabando por influenciar algumas das tendências educativas mais modernas.

A pedagogia de Rousseau no contexto setecentista:

Retomando os aspetos apontados na introdução, podemos definir o Iluminismo como um movimento intelectual e político do século XVIII, que veio romper com as tradições autoritárias e dogmáticas da Igreja, para defender a Razão, a Ciência e a importância da liberdade e igualdade entre indivíduos. (Silva, 2018).

Nasceu do espírito revolucionário francês, que colocava o Homem no centro de todas as preocupações, especialmente em termos pedagógicos: para que cada um pudesse ser um cidadão moderno, livre, consciente e crítico, a sua educação teria de ser também ela revolucionária. Segundo Silva (2018, p.3) “o Homem é o produto do meio em que vive, da sociedade e da educação”, por isso, toda a sua formação deveria ter por base a racionalidade e o saber de experiência feito.

Contudo, olhando para a educação em França, no início do século XVIII, podemos considerá-la longe do “florescimento cultural” de outros países. (Abbagnano, 1981, p. 461). A verdade é que a escola continua a ser apenas para os privilegiados, os filhos ricos da burguesia e dos nobres que se perpetuavam no poder. Nas universidades, ainda se apostava no ensino dogmático, do *magister dixit*. Apesar da Assembleia de França querer revolucionar a educação desde as suas fundações, não parecia fácil acabar com séculos de domínio da Igreja. Mas, as mudanças começaram a surgir, em parte devido à expulsão dos jesuitas e muito graças à ação de pensadores como Rousseau. (Silva, 2018).

De origem helvética, Jean-Jacques Rousseau viveu quase toda a sua vida em França, desenvolvendo aí o seu trabalho de filósofo, escritor e pedagogo. Foram vários os prémios que recebeu em Academias Francesas, pela forma eloquente com que discursava, mas também pelas temáticas polémicas que defendia, afastando-se por vezes dos ideais iluministas. Valeram-lhe o título de pensador mais radical da época as críticas à sociedade burguesa e a defesa da justiça, igualdade e soberania do povo. (Santos, 2013).

Rousseau destacou-se dos pensadores do seu tempo por colocar a razão e o sentimento ao mesmo nível, exaltando “o respeito à natureza e a beleza da simplicidade da vida” (Santos, 2013,

p.4). Não deixa, contudo, de ser um verdadeiro pensador moderno, que vê na individualidade humana a sua autenticidade, por oposição à falsidade e artificialidade da sociedade da época. Como refere Almir Paulo dos Santos, retomando as palavras de estudiosos anteriores, Rousseau defendia arduamente a ideia de a “cegueira do homem no meio de tantas luzes” tem de ser evitada retirando-se para a natureza (Santos, 2016, p.898).

Deste modo é ele quem introduz na pedagogia a ideia de que a educação deve centrar-se na criança, nas suas necessidades ao longo do crescimento físico e intelectual. É preciso dar autonomia e liberdade ao jovem para que este se desenvolva ao seu próprio ritmo, como tão bem nos demonstra nos diálogos e conselhos dados a Emílio ao longo da obra homónima. O autor lamentava que os seres humanos, tendo nascido livres e iguais, se deixassem, depois, acorrentar pela sociedade, pela propriedade privada, que aumentava exponencialmente o fosso entre ricos e pobres, tornando-se o cerne da desigualdade social. (Santos, 2013). Para ele, o regresso à natureza seria uma forma de purificar o Homem, fazê-lo voltar às origens e permitir a sua transformação para melhor.

Sabe-se que Rousseau se opunha veementemente à ideia secular de que o homem é por natureza mau e que só uma educação rígida poderia destruir o *pecado original*. Pelo contrário, na sua obra *Emílio ou Da Educação*, cria um tratado pedagógico revolucionário, com premissas que ainda mantêm atualidade no sistema educativo do século XXI. Defende que o ser humano nasce bom, mas acaba por deixar-se corromper por uma sociedade desigual e falsamente moralista. Por isso, preconiza o uso de métodos sensitivos, intuitivos e ativos, para que a aprendizagem se torne efetiva, ao “mobilizar o interesse da criança, promovendo a revolução da educação, das instituições e dos costumes”. (Cardoso, 2022, p. 85).

Em *Emílio ou Da Educação*, nota-se uma perspetiva diretamente ligada ao exercício da liberdade como forma de devolver o Homem à natureza. Numa primeira fase, dá-se tempo para que a criança se descubra a si própria, desenvolva a sua sensibilidade, em comunhão com a natureza e o mais próximo possível da sua mãe, que lhe protege “o coração do vício e a mente do erro” (Cardoso, 2022, p. 89). Só assim o jovem poderá mais tarde interagir com o mundo. Na obra, o próprio autor surge como mestre do pequeno Emílio, mas apresenta-se como um ser secundário, que tem por dever estar atento ao desenvolvimento e às necessidades da criança, ajudando-a estruturar o seu próprio saber. Mais tarde, já na fase adulta, todo este caminho levará a que o jovem se torne “completo e sensível para a vida social (...) capaz de compreender a prática da vida do Contrato Social” (Cardoso, 2022, p. 91).

Para o autor, o tempo da infância é muito curto, deve ser aproveitado em toda a sua autenticidade e diversidade. Mas tal não quer dizer que Rousseau possa ser rotulado de “ingénuo em relação ao poder emancipador da razão” (Santos, 2016, 89). Nem podemos considerá-lo como um radical que defende a teoria do *bom rebelde*, em que o homem deve fugir da sociedade e voltar costas ao mundo urbano. Nota-se, claramente, na obra de que temos falado, como noutras publicadas pelo autor, que a natureza serve como espaço de desenvolvimento para a criança, onde ela amadurece todas as suas potencialidades físicas e racionais para, na idade adulta, poder usá-las sabiamente na vida pública. A natureza é pois, uma espécie de “voz interna, (...) conectando entre si os conceitos de consciência, entendimento, (...) autenticidade e personalidade própria”. (Santos, 2016, 899).

O objetivo máximo desta educação é transformar Emílio (que representa todas as crianças) num bom cidadão, capaz de exercer a sua soberania, num estado democrático e laico, com leis justas e igualitárias, como Rousseau defende noutras obras, que nos dariam para muitas páginas de debate.

Das críticas à modernidade da obra

Neste artigo, interessa-nos demonstrar a genialidade de Rousseau enquanto pedagogo iluminista, não esquecendo que com o escrutínio vêm também as críticas, das quais ele não esteve isento, como já tivemos oportunidade de referir brevemente. Uma das principais lacunas que é apontada à sua pedagogia é o facto de teorizar “a respeito da educação sem se preocupar com a sua institucionalização (Alves, 2019, p. 169). Quer isto dizer que apesar de identificar o que estava errado na pedagogia da sua época, não procurou encontrar consensos. Acusam-no de querer romper com a sociedade e a política, para “gerar um cenário oportuno para a formação do homem natural sem qualquer interferência externa” (Alves, 2019, 169). Muitos o acusam igualmente de utopismo e inclusive de se ver como senhor da verdade, não aceitando sugestões dos seus pares e acabando por se afastar dos outros pensadores da época das luzes.

Não podemos negar que há, nas suas obras, e em especial em *Emílio ou Da Educação*, uma parte de fantasia. Mas é exatamente aí que podemos encontrar os verdadeiros paradoxos que norteiam a vida real. (Paiva, 2010). É pela superação dos conflitos interiores, da dicotomia natureza / sociedade, que Rousseau se destaca na teorização pedagógica moderna. De facto, não existe dualidade neste autor, pelo contrário, encontramos uma verdadeira unidade: à dimensão humana, natural, acrescenta-se, com a chegada da vida adulta, a de cidadão esclarecido, iluminado.

Outro traço de modernidade é, sem dúvida, a crítica ao conceito tradicional de infância, como já explorámos. “O iluminismo pedagógico de Rousseau torna-se responsável pela formulação de um novo conceito de infância.” (Dalbosco, s/d, 15). Ao tratar a criança como tal, o pedagogo irá esforçar-se por entrar no seu mundo, estar atento às suas necessidades e ao seu ritmo natural de aprendizagem. Haverá maior rutura com a pedagogia tradicional? E não será este um dos grandes legados que o pensador suíço nos deixou? Ele foi o responsável por trazer a criança para o centro da discussão educativa, de forma a mostrar, com o seu Emílio, todas as etapas pelas quais o Homem tem de passar

até atingir a maturidade física, psicológica e social. Então, segundo ele “pelo respeito dos estágios de formação e pela valorização de cada período da vida, a melhoria social deixaria de ser uma utopia (...) o caminho escolhido pelo autor (...) foi o da educação. (Alves, 2019, 174).

Ao pensarmos nos documentos orientadores do sistema educativo atual, não encontramos aí nuances das ideias defendidas por Rousseau no seu tempo? A centralidade do aluno no processo de ensino - aprendizagem ou a necessidade de adaptação aos diferentes estágios do desenvolvimento da criança, tão em voga na atualidade, vêm já dessa época.

CONCLUSÃO

Depois de todas as considerações tecidas, podemos terminar este artigo retendo duas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, é inegável a forma como a pedagogia iluminista marcou o mundo ocidental, trazendo ideias da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) para a tónica da frente das preocupações educativas. É o século das luzes porque pretende *iluminar* o Homem, mostrar-lhe que é pela razão, pelo pensamento e pela experiência que se adquire o conhecimento e que, através deste irá exercer o seu papel na sociedade.

Em segundo lugar, é o próprio Rousseau que estabelece esta “relação entre educação e política” (Silva, 2018, 11), mostrou que só uma revolução educativa poderia levar à mudança moral, social e, também política, colocando a criança no centro de todo o debate pedagógico do seu tempo. É verdade que é por vezes acusado de ideias radicais, mal interpretadas ou até ingénuas, mas não é menos certo que podemos nomeá-lo como um dos pais da pedagogia moderna, com ideias hoje em dia resgatadas, melhoradas e usadas como base do sistema educativo português. Ao defender estas ideias temos “um Rousseau que, ao mesmo tempo que se insere em sua época, se estende para um antes e um depois...” (Neto, 2023, 81), e terminamos com uma citação interessante, que revela toda a complexidade do pensamento deste filósofo setecentista, impossível de resumir nestas páginas: “...se trata de um mosaico de ideias e de um quebra-cabeças cuja montagem se vale de peças das mais diferentes matizes que se encontram espalhadas nos escritos e na vida desse controverso filósofo que inquietou toda a sociedade francesa e europeia do seu tempo (Paiva, 2010, 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. (1981). *História da pedagogia*. Livros Horizonte.
- Alves, J. (2019). A pedagogia de Rousseau e sua crítica à educação na França do século XVIII. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da UNIFESP*, 166–177.
- Cardoso, D. (2022). Ideias do século das luzes: A educação rousseauiana como projecto iluminista. *Revista Filosofia e Educação*, 14(2), 73–95.
- Dalbosco, C. (s.d.). *O iluminismo pedagógico de Rousseau*.
<http://rousseaustudies.free.fr/articleailluminismopedagogico.pdf>
- Neto, M. (2023). *Educação e liberdade em Jean-Jacques Rousseau*. Editora Edfika.
- Paiva, W. (2010). Homem e cidadão na obra pedagógica de Rousseau. *Revista Estudos Filosóficos*, (4), 97–118.
- Santos, A. (2016). Educação “pelas coisas”: Princípio pedagógico no iluminismo de Rousseau. *Educação (Porto Alegre)*, 39(n.º especial), S96–S105.
- Santos, M. (2013). A pedagogia filosófica do movimento iluminista no século XVIII e suas repercussões na educação escolar contemporânea: Uma abordagem histórica. *Imagens da Educação*, 3(2), 1–13.
- Silva, A. (2018). As ideias pedagógicas de Rousseau e Pestalozzi: Apontamentos sobre o projecto de masculinidade iluminista. *Teoria e Prática da Educação*, 21(1), 53–66.

A EDUCAÇÃO BURGUESA EM PORTUGAL E ALEXANDRE HERCULANO⁹⁰

Bourgeois Education in Portugal and Alexandre Herculano

SANTOS, Alexandre José Marques dos Santos⁹¹; & RODRIGUES, João Bartolomeu⁹²

Resumo

Este artigo examina o desenvolvimento da educação em Portugal no século XIX dentro do contexto da ascensão da burguesia e das reformas liberais iniciadas pela Revolução de 1820. Ele analisa como a educação se tornou uma pedra angular para a construção de uma sociedade moderna moldada por valores burgueses de progresso, utilitarismo e secularismo. Ênfase especial é colocada em Alexandre Herculano, uma figura central no pensamento político e social português, que defendeu firmemente a educação pública, secular e crítica. Usando fontes históricas primárias e análises secundárias, este estudo explora as tensões entre tradição e modernidade, ilustrando como os ideais liberais enfrentaram resistência institucional e cultural.

Abstract

This article examines the development of education in Portugal in the 19th century within the context of the rise of the bourgeoisie and the liberal reforms initiated by the Revolution of 1820. It analyzes how education became a cornerstone for the construction of a modern society shaped by bourgeois values of progress, utilitarianism, and secularism. Special emphasis is placed on Alexandre Herculano, a central figure in Portuguese political and social thought, who strongly advocated for public, secular, and critical education. Using primary historical sources and secondary analysis, this study explores the tensions between tradition and modernity, illustrating how liberal ideals faced institutional and cultural resistance.

Palavras-chave: *Educação; Burguesia; Liberalismo; Alexandre Herculano; Modernidade.*

Keywords: *Education; Bourgeoisie; Liberalism; Alexandre Herculano; Modernity.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

⁹⁰ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁹¹ ALEXANDRE J. M. SANTOS – UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

⁹² JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt.

INTRODUÇÃO

No século XIX, Portugal viveu um processo de intensas transformações políticas, económicas e sociais. Com a Revolução Liberal de 1820, a sociedade começou a ser reconfigurada em torno de novos paradigmas, sobretudo aqueles defendidos pela classe burguesa em ascensão. Este movimento, que buscava modernizar a estrutura do país, enfatizou o progresso científico e industrial, em detrimento das tradições aristocráticas e da hegemonia clerical. Nesse cenário, a educação tornou-se um ponto central das reformas, sendo reconhecida como ferramenta estratégica para formar cidadãos aptos a participar do mercado de trabalho e das decisões públicas.

Os ideais liberais, articulados em torno de conceitos como liberdade individual, secularismo e progresso, desempenharam papel essencial na formulação de políticas educacionais. Contudo, a implementação de um sistema educativo alinhado a esses ideais encontrou resistência nas instituições tradicionais, especialmente na Igreja Católica, que até então controlava grande parte do

sistema educativo. O século XIX, portanto, foi marcado por tensão entre os valores da modernidade e a persistência de práticas e estruturas do Antigo Regime.

Alexandre Herculano (1810–1877) emergiu como uma das figuras mais proeminentes deste período de transição. Além de se destacar como escritor e historiador, Herculano foi um defensor vigoroso das reformas liberais, particularmente na esfera educacional. Este artigo explora o papel central da educação no projeto burguês português, analisando as reformas introduzidas no sistema educativo e o papel de Herculano como intelectual e político nesse contexto.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Ascensão da Burguesia em Portugal no Século XIX

O século XIX em Portugal foi marcado pela emergência e consolidação da burguesia enquanto classe dominante, principalmente como resultado das mudanças econômicas e políticas trazidas pela Revolução Liberal de 1820. A burguesia se consolida como um agente de modernização, defendendo valores como o progresso, a eficiência e racionalidade. A educação tornou-se parte essencial deste projeto, pois era vista como mecanismo de formação de indivíduos capazes de gerenciar negócios, atuar no serviço público e integrar-se às novas dinâmicas sociais promovidas pelo liberalismo.

A Revolução Liberal de 1820 trouxe o fim do absolutismo e dinâmica um modelo político baseado em ideias progressistas, inspirado pelas revoluções francesa e americana. No entanto, ao contrário de outros contextos europeus, a burguesia portuguesa enfrentou uma realidade marcada pela resistência de estruturas tradicionais, incluindo a aristocracia e a Igreja Católica. Nesse contexto, a promoção da educação como instrumento de transformação encontrou grandes desafios, mas também serviu como bandeira ideológica para consolidar o poder da nova classe.

De acordo com historiadores como Rui Ramos (2001), o período de estabilização do Estado liberal (1834-1851) foi essencial para o desenvolvimento da burguesia enquanto o grupo influenciava a configuração das políticas nacionais. Ramos argumenta que as elites burguesas defenderam uma "modernização controlada", que priorizava reformas econômicas e sociais sem romper completamente com estruturas pré-existentes, incluindo a centralidade do catolicismo na sociedade portuguesa. Contudo, um dos seus objetivos centrais foi reconfigurar o acesso e a finalidade da educação, integrando-a ao projeto de construção da sociedade burguesa.

1.2. Valores Educativos da Burguesia no Século XIX

A educação burguesa foi uma resposta ao novo ideal de cidadania surgido no contexto liberal. Diferentemente do modelo aristocrático de formação clássica — com ênfase nas humanidades e na religião —, a educação burguesa valorizava o utilitarismo e a praticidade. Os valores centrais eram:

Utilidade prática: A educação deveria preparar indivíduos para o mercado de trabalho, especialmente em áreas técnicas e administrativas, que são essenciais num período de industrialização incipiente.

Autonomia e meritocracia: A burguesia valorizava o mérito individual, promovendo um sistema educativo que reforçasse esforços e talentos, em contraponto ao privilégio aristocrático de nascimento.

Secularização do conhecimento: A defesa de uma educação laica, capaz de proporcionar formação científica e racional, foi entendida como necessária para promover a liberdade intelectual e o progresso.

Segundo autores como António Nóvoa (2005), esta visão educativa foi acompanhada por profundas reformas curriculares que procuravam aproximar o ensino das necessidades práticas do Estado e do mercado. Estas mudanças, contudo, encontraram resistências institucionais, especialmente por parte da Igreja, que via o ensino religioso como eixo central na formação moral da população.

1.3. Papel do Estado nas Reformas Educacionais

A centralização do sistema educativo foi uma das prioridades do liberalismo português no século XIX. Durante este período, o Estado investiu progressivamente no controle das instituições educativas, em detrimento da hegemonia da Igreja Católica. O objetivo era criar uma rede de ensino público que garantisse acesso à educação básica e secundária para parcelas mais amplas da população, com foco em valores liberais de cidadania, trabalho e progresso.

A reforma educacional de 1835, promovida por Passos Manuel, destacou-se como um marco fundamental. Este decreto estabeleceu a criação de escolas primárias em todas as localidades com mais de 100 habitantes, demonstrando o compromisso do Estado com a alfabetização e a formação básica da população. Além disso, implementaram-se liceus, instituições responsáveis pelo ensino secundário, que tinham como finalidade formar indivíduos com conhecimentos gerais e prepará-los para estudos superiores ou para o mercado de trabalho.

Apesar de significativas no papel, as reformas enfrentaram grandes desafios em sua aplicação prática. O baixo investimento público, a falta de professores específicos e a resistência das elites locais desenvolvidas para uma implementação desigual. Autores como Joaquim Romero de Magalhães (2001) destacam que, embora houvesse intenção de modernizar a educação, a precariedade estrutural e as dificuldades econômicas limitavam os resultados em várias regiões do país.

1.4. Modernização do Sistema Educativo

A modernização do sistema educativo no século XIX, embora tardia em relação às outras nações europeias, trouxe mudanças estruturais e curriculares significativas. As reformas promovidas pelos governos liberais refletiram uma tentativa de alinhar o ensino às exigências da nova ordem burguesa, priorizando conteúdos científicos e técnicos em detrimento do modelo predominantemente clássico e religioso até então dominante.

O desenvolvimento dos liceus e escolas técnicas representou um marco desta transição. Por exemplo, instituições como o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1852) passaram a desempenhar um papel crucial na formação de profissionais para setores emergentes, incluindo engenharia e comércio. Essas mudanças curriculares refletiram a necessidade de formar uma força de trabalho comprometida para atender às novas demandas econômicas decorrentes da industrialização incipiente.

No entanto, as taxas de analfabetismo no país são altas, e as desigualdades sociais e regionais limitam o alcance das reformas. Enquanto nas áreas urbanas surgiram escolas e liceus relativamente bem incluídos, como regiões rurais, majoritariamente pobres, permanentes com um sistema educativo negligenciado. A falta de professores capacitados e a insuficiência de recursos financeiros para estruturar o sistema educacional impediram que o ensino atingisse o nível pretendido pelas elites liberais.

1.5. Impactos Sociais e Resistências Culturais

Embora o liberalismo buscasse criar uma sociedade mais inclusiva, a universalização do ensino enfrentava obstáculos estruturais profundos. O sistema educativo projetado pelas reformas atendeu majoritariamente à elite e à classe média burguesa emergente, excluindo os estratos mais pobres da sociedade. A disparidade de acesso à educação era particularmente evidente no caso das mulheres e das populações rurais.

Além disso, a oposição da Igreja Católica exerceu uma influência decisiva no ritmo das mudanças educacionais. Apesar da centralização do ensino nas mãos do Estado e da tentativa de secularização, as ordens religiosas mantiveram um controle específico sobre grande parte do sistema escolar. Em muitos casos, as famílias continuaram a preferir as escolas confessionais, associando-se à formação moral e disciplinar.

Autora como Maria Filomena Mónica (2003) aponta que o debate entre Estado e Igreja se prolongou ao longo de todo o século XIX, deixando marcas indeléveis na maneira como o sistema educativo foi consolidado. A criação de uma educação pública, laica e universal era, para muitos, uma ameaça à ordem estabelecida, especialmente para as elites conservadoras.

1.6. Contribuições de Alexandre Herculano para o debate educacional

Alexandre Herculano (1810–1877) foi uma das vozes mais influentes no debate educacional português do século XIX. Enquanto escritor, historiador e político, ele defendeu que a educação era um instrumento indispensável para o progresso nacional. Para Herculano, somente através de um ensino público, universal e independente, seria possível combater os altos níveis de analfabetismo e formar cidadãos capazes de participar criticamente na vida política e social.

Como liberal convicto, Herculano enfatizava a necessidade de um sistema educativo livre de influência da Igreja Católica, a quem frequentemente acusava de promover a ignorância e de utilizar a educação como instrumento de manipulação ideológica. Ele defende, por outro lado, uma abordagem baseada na ciência e na razão, vendendo-as nelas como bases para a construção de uma sociedade moderna e democrática.

Herculano, em suas obras e intervenções públicas, propôs três eixos centrais para a reforma educativa:

Secularização do ensino: Herculano considerava que a educação deveria estar nas mãos do Estado, fora da esfera de influência religiosa, permitindo o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos indivíduos.

Universalidade: Ele reconhece a urgência de expandir o acesso ao ensino para além das elites urbanas, abrangendo também as populações rurais e mais pobres.

Qualidade e rigor científico: Para Herculano, era fundamental que o ensino introduzisse disciplinas práticas e científicas que preparassem os indivíduos para o mercado de trabalho e para os desafios do mundo moderno.

Embora as suas ideias tenham sido progressistas para a época, elas resistiram tanto por parte das elites conservadoras quanto pela Igreja. A luta de Herculano por uma educação laica e democrática foi essencial para a formação de um discurso reformista no país, ainda que suas propostas completas tenham demorado décadas para serem rompidas.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e histórico-documental, utilizando uma combinação de fontes primárias e secundárias para analisar as reformas educacionais em Portugal no século XIX, com foco nas contribuições de Alexandre Herculano. A escolha por essa abordagem deve-se ao fato de que o objetivo é compreender como as transformações do sistema educacional português se inserem no contexto social e político da época, especialmente sob o ponto de vista do pensamento liberal, defendido por Herculano.

2.1. Fontes Primárias

Textos e Obras de Alexandre Herculano: Incluem suas publicações e artigos sobre a educação, bem como suas cartas e intervenções públicas, nos quais discutiram temas como a secularização do ensino e a modernização educativa.

Documentos Legislativos e Oficiais: Decretos como o de Passos Manuel (1835) e outros textos normativos do século XIX que regulamentaram a educação pública. Estes documentos permitem observar a tentativa de transformação do sistema educacional, homologado ao liberalismo.

Relatórios Públicos e Estatísticas da Época: Utilizados para avaliar a eficácia das reformas educacionais e entender sua aplicação prática e impacto social.

2.2. Fontes Secundárias

Estudos Históricos e Acadêmicos: Literatura que discute as reformas educacionais em Portugal, os conceitos educacionais propostos pelo liberalismo, e as implicações sociais e políticas desses processos. Estes textos ajudam a contextualizar o debate educacional e os desafios enfrentados durante a implementação das reformas.

Pesquisas sobre o Liberalismo Português: Obras que analisam o pensamento político de Herculano e sua influência nas reformas educacionais, além de trazer uma visão mais ampla da relação entre o Estado, a Igreja e a educação.

Procedimentos de Análise

A análise será realizada em três etapas principais:

Estudo das Reformas Educacionais: Análise dos decretos e documentos legais para entender o que pretende e reformas promovidas pelo Estado durante o período liberal.

Interpretação das Obras de Herculano: Investigação do pensamento educacional de Herculano a partir de seus escritos sobre a educação pública e a crítica à influência religiosa no ensino.

Triangulação de Dados: Comparação entre as reformas legislativas e sua implementação prática, considerando as dificuldades enfrentadas e as resistências sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes documentais, juntamente com as obras e contribuições de Alexandre

Herculano, revelou importantes insights sobre as reformas educacionais no século XIX em Portugal. O estudo da legislação e das propostas educacionais, bem como a discussão do pensamento de Herculano, permite compreender a dificuldade entre a modernização e a tradição, a resistência das estruturas conservadoras e os desafios de se construir um sistema educativo laico e democrático em um contexto de alta desigualdade social.

3.1. As Reformas Educacionais e a Modernização do Sistema Escolar

Os documentos analisados demonstram que, com a ascensão do liberalismo após a Revolução de 1820, surgiram reformas que buscavam transformar a estrutura educacional portuguesa. Mais significativamente foi a Reforma de 1835, promovida por Passos Manuel, que visava criar uma rede nacional de escolas públicas e aumentar o acesso ao ensino, especialmente nas áreas urbanas. Contudo, as reformas ainda estão longe de alcançar uma verdadeira universalização do ensino, principalmente nas zonas rurais e nas classes mais baixas.

Por um lado, a expansão das escolas primárias e a criação de liceus e escolas técnicas nas cidades foram avanços importantes que permitiram a introdução de disciplinas que atendem à crescente demanda por uma força de trabalho desenvolvida para as novas indústrias. De acordo com relatórios públicos da época, houve um aumento na quantidade de escolas abertas, mas a implementação era desigual e envolvente para a maioria das camadas populares. A falta de professores bem treinados e de infraestrutura escolar nas áreas rurais foi um desafio que limita as possibilidades de inclusão educacional para os camponeses e as classes menos favorecidas.

Além disso, a segregação social no acesso ao ensino se manteve, já que as reformas favoreceram principalmente os filhos da classe média e das elites urbanas. As propostas de reformas eram externas à modernização, mas ainda possuíam inúmeras barreiras de classe, localização e recursos que impediram que as mudanças acontecessem de forma eficaz em toda a sociedade.

3.2. As Propostas de Alexandre Herculano: Educação Laica e Cidadania

Alexandre Herculano desempenhou um papel significativo na defesa de um sistema educacional mais moderno, laico e democrático. Seus escritos e intervenções públicas demonstraram seu compromisso com uma educação que rompe com os laços tradicionais com a Igreja e que promovesse a formação cívica e a crítica racional. Para Herculano, a educação deveria ser central na construção da cidadania e da modernidade, com foco no pensamento científico, na promoção da liberdade de pensamento e na capacitação dos cidadãos para participar ativamente da vida pública.

Porém, as propostas de Herculano enfrentaram grande resistência da Igreja Católica e de segmentos da elite conservadora, que tinham uma educação que questionasse a autoridade religiosa e o status quo político. Apesar disso, Herculano defende que a educação pública não apenas deveria ser laica, mas também acessível a todos, independentemente do status social, de formar uma sociedade mais justa e igualitária. Ele através da instrução como um meio de ascensão social e de inclusão, um ponto crucial para que Portugal superasse os problemas de atraso que o colocavam atrás de outras nações europeias.

Ao analisar seus escritos, fica claro que Herculano estava antecipando uma mudança social mais ampla e uma transformação da consciência coletiva do país, através da educação. Mas as implementações práticas de visão foram limitadas pela falta de um financiamento adequado, pela resistência de grupos conservadores e pela estrutura feudalista que ainda permeava muitas áreas da sociedade.

3.3. As Barreiras Socioculturais às Reformas

Os estudos de historiadores contemporâneos, combinados com as evidências documentais comprovadas, revelaram que as reformas educacionais enfrentaram resistências significativas em dois níveis: o de natureza política e social, e o cultural. Primeiramente, o Estado liberal foi confrontado com as dificuldades financeiras e com a escassez de recursos para garantir que as reformas necessitem de abrangência necessária. Muitos projetos de educação nas zonas rurais nunca foram implementados devido à falta de infraestrutura, além da escassez de professores preparados para ensinar. A resistência da Igreja, que ainda controlava muitas escolas, dificultou a transição para um sistema educacional laico e nacional, tal como defendido pelos reformistas como Herculano.

Do ponto de vista social e cultural, a maioria da população portuguesa era ainda profundamente influenciada pela tradição e pelos valores da Igreja, o que limitava a facilidade e a eficácia de uma educação que contestava essas bases. Por isso, a secularização da educação, que foi defendida por Alexandre Herculano e outros liberais, gerou enorme oposição. Além disso, a resistência da classe camponesa e das elites locais às mudanças educativas reflete uma preocupação com a perda de poder e controle sobre as estruturas tradicionais. Muitas vezes, essas populações não viam a educação como uma prioridade, preferindo manter os sistemas educacionais tradicionais baseados em figuras religiosas locais.

3.4. Impacto Social e Limitações das Reformas

Embora as reformas de 1835 e outras medidas posteriores tenham ampliado significativamente o acesso ao ensino formal nas áreas urbanas, os impactos reais das mudanças educacionais foram limitados. As regiões rurais, em particular, foram fortemente negligenciadas pelo sistema educacional reformado. Estatísticas e relatórios da época mostram que a taxa de alfabetização, mesmo com o crescimento das escolas públicas, continua extremamente baixa em áreas periféricas e entre as camadas populares.

Além disso, a elitização da educação continua sendo uma realidade. Apesar de algumas tentativas de popularização da educação, muitos estudantes da classe trabalhadora foram excluídos do sistema educacional. O impacto das reformas foi mais palpável nas classes médias urbanas, que passaram a ter acesso às escolas mais especializadas, como as escolas industriais e comerciais, favorecendo o crescimento da classe burguesa.

No entanto, a promoção de uma educação laica e pública, como defende Herculano, tornou-se uma base para futuras reformas e influenciou debates educacionais em décadas posteriores. Ainda assim, a ambição de uma educação verdadeiramente democrática e universal permaneceria distante, refletindo as grandes desigualdades sociais e regionais de Portugal na época.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisa as reformas educacionais em Portugal no século XIX, com particular enfoque nas propostas de Alexandre Herculano, e como estas se inseriram no processo de modernização da sociedade portuguesa durante o período liberal. A partir de uma metodologia qualitativa e histórico-documental, baseada no exame de fontes primárias e secundárias, foi possível identificar as principais transformações educacionais ocorridas nesse período, bem como as resistências sociais e políticas que limitaram o impacto real dessas reformas.

O estudo revelou que, embora as reformas de 1835, promovidas por Passos Manuel, obtiveram avanços avançados na organização do sistema educacional português, com a criação de escolas primárias e técnicas e a tentativa de laicização do ensino, muitos dos objetivos não foram cumpridos.

O país, com vastas disparidades regionais e uma classe rural em grande parte isolada do acesso à educação formal, viu-se com um sistema educacional cuja expansão foi desigual e cuja qualidade muitas vezes deixou a desejar. O financiamento inadequado e a falta de uma infraestrutura escolar robusta, especialmente nas zonas rurais, representaram desafios críticos para a efetividade das reformas.

Alexandre Herculano, figura central no pensamento liberal e educacional da época, se destacou como um defensor ardente de uma educação pública e laica. Sua visão de um ensino acessível a todos, fundamentada na razão e no pensamento crítico, refletiu a tentativa de romper com a hegemonia da Igreja e as estruturas de poder que, até então, dominavam a educação. O pensador via a educação como um instrumento essencial de modernização e de construção da cidadania. Contudo, suas propostas e críticas enfrentaram grande resistência da Igreja e da classe conservadora, o que limitou seu impacto imediato e a implementação plena de um sistema educacional verdadeiramente democrático. Apesar disso, o trabalho de Herculano deixou uma marca no pensamento pedagógico português, influenciando, no longo prazo, os debates sobre a educação pública e laica no país.

Outro ponto crucial abordado nesta pesquisa foi o contexto socioeconômico e cultural que dificultou a implementação de uma educação acessível a toda a população. A divisão entre classes sociais e a predominância de uma sociedade rural e conservadora limitavam as reformas a um público restrito, muitas vezes ligado às camadas médias urbanas. Apesar de a educação ter se expandido, as camadas populares e rurais foram, de certa forma, arquivos do processo, em grande parte devido à resistência das elites locais e à falta de um esforço genuíno de governo na promoção de um sistema mais inclusivo.

Embora as reformas educacionais do século XIX tenham sido um marco importante na história de Portugal, a educação ainda esteve distante de ser um verdadeiro motor de mobilidade social e cidadania. A verdadeira democratização do ensino dependeria de uma mudança profunda nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país, o que só aconteceria em períodos posteriores.

Assim, conclui-se que, embora as reformas educacionais tenham traçado o caminho para a modernização da educação em Portugal, elas foram limitadas em seu alcance, refletindo a resistência estrutural das elites e os desafios socioeconômicos da época.

O pensamento de Herculano, com sua defesa de um ensino acessível e laico, permanece relevante, visto que suas ideias e críticas ainda ressoam no contexto da educação pública e democrática. Porém, as transformações de fato ocorreram apenas quando houve condições políticas e sociais mais elaboradas à plena implementação das reformas e à superação das desigualdades educacionais que marcaram o período.

Por fim, esse estudo demonstra a importância de contextualizar as reformas educacionais não apenas como atos legais, mas como processos profundamente enraizados nas dinâmicas sociais e políticas de uma época marcada pela transição do Antigo Regime para o sistema liberal. Entender as limitações e contradições dessas reformas é fundamental para a avaliação crítica dos progressos feitos e das falhas persistentes em um dos maiores desafios enfrentados pelo Estado português: a transformação do seu sistema educacional em uma verdadeira ferramenta de igualdade e de promoção da cidadania.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, J. (2014). *Educação e modernidade em Portugal no século XIX: A relação entre o Estado e a Igreja*. Universidade de Lisboa Press.
- Costa, P. (2001). *A história da educação em Portugal no século XIX*. Edições Afrontamento.
- Ferreira, A. (2005). *Alexandre Herculano: A evolução do pensamento pedagógico*. Instituto de História Contemporânea.
- Silva, M. (2012). *A educação pública e a constituição do Estado Liberal em Portugal (1834–1850)*. Círculo de Leitores.
- Vasconcelos, J. (2016). *Reformas educacionais em Portugal no século XIX: Impactos e limitações*. Universidade do Porto Press.
- Governo de Portugal. (1835). *Decreto sobre a organização das escolas primárias*. Imprensa Nacional.
- Passos Manuel, P. (1835). *Decreto de reformas educacionais (Reforma de Passos Manuel)*. Recuperado de [link para base de dados histórica].
- Silva, R. (2010). *A educação laica e os desafios à implementação das reformas no século XIX: Um estudo sobre as propostas de Alexandre Herculano*.

mundis
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

ISBN 978-989-36764-0-0

